RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC

CNPJ:83.878.892/0001-55
NIRE: 42.3.0001127-4
Inscrição Estadual:250.166.321
Código CVM: 00246-1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 foi extremamente desafiador, repleto de incertezas e obstáculos. Além da pandemia causada de forma intempestiva pela Covid-19, que gerou reflexos adversos em toda a economia, com impacto tanto na queda do consumo de energia quanto no aumento da inadimplência, a empresa ainda enfrentou, nos dias 31 de junho e 1º de julho de 2020, o "Ciclone Bomba", considerado o pior evento climático da história da Celesc, além de 3 outros tornados no Oeste e Meio Oeste do Estado e uma grade tragédia por conta de chuvas torrenciais no Alto Vale. O ciclone causou grande destruição na rede elétrica de Santa Catarina, interrompendo cerca de 50% da distribuição de energia elétrica pela Celesc em todo o Estado, e gerou perdas financeiras de R$22,0 milhões. Para recompor a rede, os empregados próprios e parceiros da Celesc trabalharam, incansavelmente, 24 horas por dia para levar energia aos locais de difícil acesso e minimizar o sofrimento da população. No pico do evento climático, cerca de 1,6 milhão de unidades consumidoras ficaram sem energia elétrica na área de concessão da Celesc. Naquele mesmo dia, 300 equipes da empresa e terceirizadas foram mobilizadas e começaram a atuar para mitigar os danos e, já na manhã seguinte, conseguiram restabelecer o sistema para cerca de 750 mil UCs, ou seja, a metade dos clientes afetados. Em 72 horas, praticamente todo o sistema estava recomposto.

Para minimizar os impactos frente a este cenário desafiador, a Celesc trabalhou na captação de recursos e tomou medidas para proteger o caixa da companhia, como a continuidade do Plano de Desligamento Incentivado (PDI), o contingenciamento parcial de investimentos e a redução de despesas com materiais, serviços e outros gastos. Se, de um lado, a diretoria buscou saídas para vencer os desafios financeiros, de outro, os empregados trabalharam para agregar qualidade aos serviços prestados, contribuindo como agentes de desenvolvimento econômico e bem-estar social para o Estado. Os números comprovam a eficácia da parceria e do esforço para manter em equilíbrio a empresa que fornece energia para os catarinenses. Mesmo diante de todos os desafios, em 2020, a Celesc registrou os melhores indicadores de continuidade de energia da história da empresa. Pela primeira vez, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) ficou abaixo de 10 horas, e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção de Energia) ficou abaixo de 7,00, considerando uma janela móvel de doze meses (em novembro de 2020, o DEC registrado foi de 9,00 e o FEC 6,64), resultado de gestão estratégica e trabalho dos seus empregados. Essa atuação se refletiu principalmente nos resultados positivos alcançados no ano, que demonstram as condições da companhia para cumprir todas as suas obrigações corporativas e ainda garantir a própria sustentabilidade, fortalecendo-se, cada vez mais, como a energia dos catarinenses.

Em 2020, o EBITDA do consolidado atingiu o total de R$922,6 milhões. Comparando-o com o mesmo período do ano anterior (R$724,8 milhões), representa um aumento de 27,3%, refletindo a resiliência da companhia frente à um cenário adverso, através de um ótimo desempenho das Receitas e Despesas no período. O Lucro Líquido apurado foi de R$518,7 milhões no ano, frente a R$283,6 milhões referente ao ano anterior, um resultado líquido 82,9% maior entre os períodos, o que representa uma margem líquida de 5,86% em 2020 frente a 3,54% no exercício anterior. Um dos fatores que explicam o resultado líquido maior no exercício de 2020 na Companhia, foi o bom resultado de equivalências patrimoniais de suas investidas. Na controlada Celesc D, o bom desempenho é efeito do aumento do seu faturamento, além de todo o comprometimento da empresa com a gestão de suas despesas gerenciáveis e no controle dos investimentos.

Em 2020, foram aplicados R$671,2 milhões para expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão. Desse total, R$629,8 milhões foram aplicados pela subsidiária Celesc D e R$41,4 milhões pela subsidiária Celesc G, com incremento total de 11,9% em relação ao volume registrado em 2019 (R$599,9 milhões).
Sempre focados em atender da melhor forma possível aos nossos consumidores, mantivemos os investimentos também no campo, por meio do Programa Celesc Rural, aportamos cerca de R$23 milhões em projetos de eficiência energética direcionados a baixa renda, entidades beneficentes e educação técnica, além de outros R$3 milhões em 49 projetos contemplados pelo edital público em cultura e esporte.

Além disto, a empresa, que presta seus serviços de grande relevância à sociedade catarinense e sensível ao momento crítico que a envolveu, criou um comitê de parcelamento e parcelou faturas de energia elétrica para cerca de 59 mil unidades consumidoras, que totalizaram aproximadamente R$220 milhões, sendo R$100 milhões ao Grupo A (indústrias, comércios) e outros R$120 milhões ao Grupo B (residenciais).

Com os investimentos ao longo dos últimos anos, os indicadores de qualidade do serviço têm mantido melhoria contínua e a Celesc vem se firmando cada vez mais como Grupo, com constante e consistente desenvolvimento das atividades de geração de energia e novos negócios. Além da política de investimentos, as subsidiárias mantêm o foco na otimização dos custos operacionais, gerenciando continuamente o custo de Pessoal, Materiais, Serviços e Outros – PMSO.

Quanto ao desempenho no Mercado de Capitais, as ações Preferenciais da Companhia (CLSC4) apresentaram variação positiva de 14,20% no acumulado dos últimos 12 meses, destacando que, no mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE), que mede o comportamento das principais ações do setor elétrico, apresentou evolução positiva de 8,12% e o Índice Bovespa fechou o ano de 2020 com uma elevação de 2,92%.

Para os próximos anos, a linha de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, continuará viabilizando o financiamento parcial do programa de investimentos em infraestrutura energética da Celesc D. Os recursos serão aplicados na execução de obras de ampliação e modernização do sistema elétrico até 2022. Essa operação junto ao BID traz uma série de importantes vantagens em relação aos demais modais de financiamento.

Diante do dinamismo e da evolução do setor, a Celesc D superou os obstáculos e conseguiu manter a concessão, em um ano de término do ciclo 2016-2020. Maiores esforços no segmento de distribuição envolverão atuação em recuperação de receitas, automação nas atividades e transformação digital, treinamento, capacitação e reforço contínuo na saúde e segurança dos empregados, além de uma gestão de investimentos. Os maiores desafios da Celesc são reduzir as perdas globais (técnicas e não técnicas), diminuir provisões, incrementar a incorporação dos investimentos na base de remuneração e equacionar, junto aos empregados e sindicatos das categorias, a situação do passivo assistencial e previdenciário. Desta forma, a empresa encontrará perenidade e sustentabilidade econômico-financeira adequadas para se fortalecer e atuar de forma eficaz em outros segmentos de energia elétrica, como geração distribuída, comercialização e transmissão.

No tocante à automação e digitalização, a empresa já iniciou os trabalhos para implantação da primeira cidade que contará com todos os medidores de energia totalmente automatizados – medidores inteligentes, propiciou a possiblidade de os consumidores pagarem suas faturas atrasadas diretamente nas lojas de atendimento com cartões de créditos e débitos, instalará 82 totens pelo Estado com cerca de 20 serviços disponíveis aos clientes, investiu aproximadamente R$40 milhões em religadores, dentre outros.
O Plano Diretor da empresa também foi revisitado em 2020. As premissas estratégicas do Grupo Celesc fazem parte de seu Plano Diretor, um plano amplo e de longo prazo, denominado atualmente de Celesc 2025-2035. Foi reestruturado em 2019, a partir de exaustivos estudos de cenários, ambições dos *stakeholder*s e as diretrizes legais vinculadas à gestão estratégica, para indicar o caminho a ser seguido pela companhia para a sustentabilidade e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. Após a revisão anual realizada em 2020, foi mantida a Identidade Corporativa assim como o Posicionamento Estratégico, que aponta para estratégia de capitalização de sinergias em volta do principal negócio da empresa: distribuição. Por sua vez, o mapa estratégico, que define os objetivos estratégicos, direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir, e norteia os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade, conforme o posicionamento estratégico definido, também foi remodelado e recebeu novos indicadores.
Os resultados positivos registrados nos indicadores técnicos e econômicos traduzem uma maior solidez do Grupo, e, principalmente, um atendimento cada vez melhor à sociedade catarinense.
Fica nosso agradecimento a toda a Diretoria e a cada um de nossos Empregados e Empregadas que caminham com muita energia diuturnamente nesta jornada em busca de prover melhor qualidade de vida aos catarinenses e bons resultados aos acionistas.

Cleicio Poleto Martins
Diretor Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, da Manifestação do Conselho de Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório é prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, mas está à disposição para acesso público nos *websites* da Celesc, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da B3, sendo ainda publicado em mídia impressa em jornal de grande circulação no município onde está localizada a sede da Companhia e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, de acordo com a legislação brasileira.

Ainda com vistas à homogeneidade da comunicação com os seus diversos públicos, a Companhia divulga anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade, desenvolvido conforme as diretrizes da ***Global Reporting Initiative – GRI***, disponível no portal de Relações com Investidores, no endereço: **www.celesc.com.br/ri**

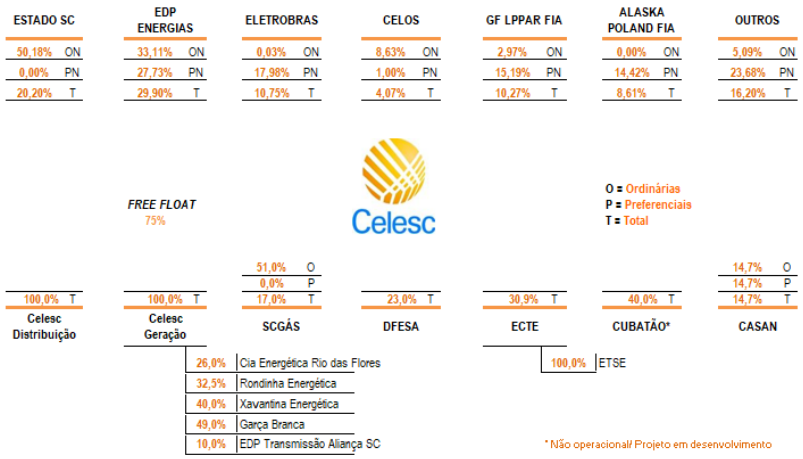
2. GRUPO CELESC

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Companhia possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. – Celesc G e a Celesc Distribuição S.A. – Celesc D. Além disso, detém o controle acionário em conjunto da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan e do Projeto da Usina Elétrica Cubatão.

Seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias. As demais ações ordinárias estão assim distribuídas: Energias do Brasil S.A. – EDP – 33,11%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS – 8,63%, Geração L Par Fundos de Investimentos – 2,97%, Eletrobras – 0,03%, outros investidores – 5,09%. Do total da Companhia o Governo do Estado detém 20,20%, Energias do Brasil S.A. – EDP – 29,90%, Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS – 4,07%, Geração L Par Fundos de Investimentos – 10,27%, Eletrobras – 10,75%, Alaska Poland FIA 8,61% e outros investidores – 16,20%.

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

dezembro/2020



3. PRÊMIOS

3.1.

3.2. PRÊMIO ANEEL DE QUALIDADE 2019

Pela primeira vez na história da empresa, a Celesc foi a distribuidora mais bem avaliada do Brasil por consumidores residenciais entre as empresas do setor elétrico que atendem mais de 400 mil unidades consumidoras. O levantamento anual feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 2019, resultou no Prêmio ANEEL de Qualidade 2019 (categorias Região Sul e Brasil), entregue em fevereiro de 2020 ao presidente da empresa, Cleicio Poleto Martins, e ao governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, em cerimônia realizada em Brasília. O índice foi aferido por meio de pesquisa de opinião realizada em todo o Brasil, de forma

presencial domiciliar pela empresa Qualitest – Inteligência em Pesquisa, no período de 22 de julho a 13 de novembro de 2019. O levantamento avaliou a percepção do consumidor a respeito da qualidade e do valor percebido, da sua confiança no fornecedor, da fidelidade e da sua satisfação integral. Foram entrevistados 27.308 consumidores residenciais, de 596 municípios atendidos pelas 91 distribuidoras de energia elétrica que atuam no Brasil. Na área de concessão da Celesc, os clientes conferiram índice 77,10 ao grau de satisfação pelos serviços prestados, bem acima do índice médio nacional para a categoria, que foi de 67,38.

3.3. ASSOCIATION OF ENERGY ENGINEERS INTERNATIONAL AWARDS

Também pela primeira vez, a Celesc foi reconhecida pelo Association of Energy Engineers (AEE) International Awards – que distingue trabalhos desenvolvidos na área de Eficiência Energética em todo o mundo – com a conquista do primeiro lugar na categoria Projeto Inovador de Energia do Ano 2020, com o Bônus Motor, que substituiu motores antigos por novos, mais modernos e eficientes, utilizando um sistema de bônus financeiro. O foco da iniciativa são os sistemas de força motriz, responsáveis por praticamente 30% do consumo de energia elétrica no Brasil. Para as empresas, promove a diminuição do consumo de energia e o aumento da competitividade. Para a sociedade em geral, além de levar oportunidades de desenvolvimento a toda a cadeia produtiva e econômica catarinense, também colabora com a preservação do meio ambiente. O Bônus Motor promoveu a substituição de mais de 1,7 mil motores e representou uma economia de energia anual de 18,64 GWh, o que corresponde ao consumo de, aproximadamente, 7,5 mil moradias no mesmo período. Em motores, foram vendidos R$14,87 milhões, dos quais R$5,02 milhões foram pagos pela Celesc. Os clientes participantes tiveram um bônus médio de 33,78% na troca dos seus equipamentos.

3.4. PRÊMIO EMPRESA CIDADÃ ADVB 2020

O projeto da Celesc, Bônus Fotovoltaico – pioneiro no país, que promove a geração distribuída por meio de bonificação concedida aos clientes participantes na aquisição de placas fotovoltaicas para captação de energia solar, conquistou o 1º lugar na categoria Preservação Ambiental do Prêmio Empresa Cidadã ADVB 2020. A iniciativa teve início em 2016 e concedeu bônus de 60% aos participantes na instalação de 1.250 desses sistemas eficientes de geração de energia elétrica. Em 2019, foi concluída a apuração efetiva dos resultados: ao todo, foram investidos R$22,17 milhões, sendo R$14,1 milhões provenientes do Programa de Eficiência Energética da ANEEL/Celesc e R$8 milhões como contrapartida dos clientes que adquiriram as placas solares. Os participantes ganharam não apenas a bonificação ao comprar o sistema, mas fizeram uma importante contribuição à preservação do meio ambiente, com o uso de uma energia limpa e sustentável. O benefício estimado foi a geração de energia de 4.464,36 MWh/ano, suficiente para abastecer mais de 22,3 mil residências durante um mês inteiro. Além disso, o Bônus Fotovoltaico evitou o lançamento de 303 toneladas de CO2 na atmosfera, correspondente ao plantio de 2.170 árvores.

3.5. CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Pelo sexto ano consecutivo, a Assembleia Legislativa do Estado – ALESC certificou a Celesc por suas práticas em Responsabilidade Social. A certificação de Responsabilidade Social, promovida pela ALESC em parceria com outras instituições, tem o objetivo de reconhecer e destacar empresas privadas, públicas e organizações sem fins lucrativos que tenham responsabilidade social como política de gestão. A Celesc recebe certificação desde 2015, quando a participação foi oportunizada para instituições dessa categoria.

3.6. 22º PRÊMIO ABRADEE

Em 2020, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica promoveu a 22ª edição do "Prêmio Abradee", também alusiva à comemoração dos 45 anos da instituição. A edição especial não concedeu prêmios individuais às companhias, mas reconheceu os esforços de todas as distribuidoras de energia elétrica que atuam no país, durante a crise sanitária mundial provocada pela pandemia de COVID-19. Por isso, a entidade enviou a cada companhia, entre elas a Celesc, uma placa que destaca a dedicação das equipes, as quais somam mais de 200 mil trabalhadores atuando na linha de frente para a manutenção do sistema elétrico, indispensável para o exercício de qualquer atividade desempenhada pela sociedade no século XXI.

3.7. PRÊMIO ABRACONEE PARA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Celesc recebeu o prêmio de 2º lugar nacional na categoria ***Holding*** pela qualidade da apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2019 durante o XXXVI Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – ENCONSEL, realizado em formato de *webinar*.

Esse Prêmio é conferido anualmente pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – ABRACONEE às empresas que se destacam nos quesitos conteúdo, correção gramatical, apresentação gráfica, elaboração das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, Balanço Social e Notas Explicativas.

4. DESTAQUES DO ANO

4.1.

4.2. DOAÇÕES PELO BÔNUS EFICIENTE

Em 3 julho, foi realizada de maneira virtual a cerimônia de entrega das doações arrecadadas durante a 6ª edição do projeto Bônus Eficiente. Ao todo, foram arrecadados R$954 mil, que foram divididos e repassados às instituições: Obras de Assistência Social

Dom Orione de Florianópolis, Programa Viver Ações Sociais de Chapecó, Associação Vida e Arte de Tubarão e Instituto Joinvillense de Educação e Assistência.

Selecionadas por chamada pública, realizada entre 10 de outubro e 31 de outubro do ano passado, essas instituições beneficiadas nesta 6ª edição do projeto tem propósito filantrópico de assistência social, sem fins lucrativos, e atuam em Santa Catarina. Foram recebidas efetivamente 72 inscrições. Em janeiro, foi divulgada a lista de selecionadas.

Considerado um grande eixo de atuação da área de Eficiência Energética da Celesc, o projeto Bônus Eficiente concede desconto de 50% na troca de eletrodomésticos antigos por equipamentos novos com Selo Procel, mediante doação de R$50 para instituições filantrópicas.

4.3. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – LAO

A Celesc D foi a primeira empresa catarinense beneficiada com essa nova modalidade para a atividade de Linhas de Distribuição, em setembro, iniciativa desenvolvida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, órgão ambiental estadual. A LAO é a última de três autorizações ambientais: Licença Prévia – LAP, Licença de Instalação – LAI e LAO, necessárias para o funcionamento do empreendimento e que devem ser renovadas, em média, a cada quatro anos.
No caso da atividade de Linhas de Distribuição, o impacto, como a supressão de vegetação e implantação das estruturas e cabos, já ocorreu na fase de instalação do empreendimento. Anteriormente, o processo de renovação de LAO era moroso e, a partir do lançamento da modalidade autodeclaratória, se não houver alterações no projeto original do empreendimento, a renovação é concedida de forma *online* e imediata.

4.4. CONCURSO NACIONAL DE DESENHO, REDAÇÃO E VÍDEO SOBRE ELETRICIDADE COM SEGURANÇA

Estudantes catarinenses, por meio da Celesc D, voltaram a se destacar no ***Concurso Nacional de Desenho, Redação e Vídeo*** promovido pela Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade – Abracopel.

O concurso, realizado todos os anos, recebe inscrições de todo o País, porém, em Santa Catarina, a parceria existente entre a Abracopel e a Celesc D proporciona a oportunidade de as escolas, dentro da área de concessão da Companhia, participarem nas duas etapas: Nacional e Regional. Essa parceria com a Abracopel consolida, na prática, o princípio de Responsabilidade com a Sociedade, os Empregados e o Meio Ambiente.

Apesar das circunstâncias em virtude da pandemia, a participação catarinense novamente foi expressiva, contando com 23 estudantes da área de concessão da Celesc entre os melhores classificados no *ranking* nacional.

4.5. VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Em 30 de novembro, a Celesc realizou videoconferência para apresentar os resultados do 3º trimestre do ano de 2020 aos investidores e mercado em geral.

Durante o evento, foi apresentada uma visão geral do Grupo Celesc, o desempenho por área de negócio e as Informações Trimestrais – ITR do 3º trimestre de 2020. Também foram abordadas as medidas mitigadoras da Companhia ao longo de 2020 no combate à crise do COVID-19.

5. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E CRIAÇÃO DE VALOR

As premissas estratégicas da Celesc fazem parte de seu Plano Diretor Celesc 2025-2035, um plano amplo e de longo prazo, reestruturado e aprovado em 2019 (do então denominado Celesc 2030). Foi revisado em 2020 em função do cenário sem precedentes históricos recentes, decorrentes da pandemia da COVID 19, a partir de incansáveis estudos de cenários, ambições dos *stakeholders* e as diretrizes vinculadas à gestão estratégica. O Plano Diretor define as Bases da Estratégia Corporativa, Posicionamento e Objetivos Estratégicos e as macro metas até 2025 e horizonte até 2035. As metas de curto e médio prazo são refletidas no Planejamento Estratégico para 5anos e o detalhamento dessas Iniciativas Estratégicas aos Projetos de Eficiência Operacional.

Na revisão anual de 2020, foram mantidos a Identidade Corporativa e o Posicionamento Estratégico, que aponta para estratégia de capitalização de sinergias em volta do principal negócio da empresa.

O mapa estratégico, que define os objetivos estratégicos direcionadores de resultados que a empresa pretende atingir e norteia os principais indicadores e metas físicas financeiras e de sustentabilidade, foi também revisitado, conforme demonstrado a seguir:

Para concretizar os objetivos e as metas estabelecidas na revisão anual do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico, são direcionadas as Iniciativas Estratégicas, para os próximos 5 anos, conforme relacionadas: (i) Recuperação de Receitas e Gestão de Provisões; (ii) Gestão de Investimentos; (iii) Automação e Transformação Digital; (iv) Investimento Seletivo em Novos Negócios; (v) Gestão por Processos e Metas; (vi) Equilíbrio atuarial. Estas Iniciativas foram desdobradas em 14 projetos, que no processo de revisão teve o acréscimo de um projeto de Segurança no Trabalho.

6. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E *COMPLIANCE*

A Celesc e suas subsidiárias integrais contam com uma estrutura de governança alinhada às boas práticas corporativas e relacionada à Segunda Linha de Defesa conforme o modelo das Três Linhas do *Global Institute Of Internal Auditors* (IIA), tais como Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

6.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (**www.celesc.com.br/ri**), que orienta a alta administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da gestão estratégica de Riscos Corporativos, Riscos de Reporte Financeiro e Riscos de Integridade, definindo as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, da Diretoria Executiva e dos demais envolvidos. Esta política foi revisada na íntegra, considerando os aspectos legais vigentes, estrutura da empresa, *benchmarking*, melhorias nos processos afetos e foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de outubro de 2020 conforme registro em ata.

A estrutura de governança de controles e riscos do Grupo Celesc é organizada da seguinte forma:

O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como uma de suas responsabilidades específicas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e controles internos

estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa (Lei Federal nº 13.303/2016 – L eis das Estatais).

Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, para integrar a estrutura organizacional de gestão de riscos, a empresa possui desde 2018, também em atendimento a Lei nº 13.303/2016, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, constando entre suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição aos riscos do Grupo Celesc.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites, desenvolvimento de planos de ação para mitigação dos riscos e acompanhamento da execução destes.

A Companhia conta com uma Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL, que tem entre suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controles internos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc. Dentro da estrutura hierárquica desta Diretoria, há o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno, que em 2020 realizou entre suas atividades principais a avaliação e revisão dos riscos corporativos mais críticos com reporte ao CAE, revisão dos processos mapeados, selecionados conforme materialidade das Demonstrações Financeiras, bem como dos riscos de reporte financeiro e controles neles existentes, para na sequência, em 2021, realizar os testes de efetividade.

6.2. COMPLIANCE

A exemplo do ano anterior, a Diretoria Executiva reforçou, em 2020, o apoio da alta administração ao Programa de Compliance por meio da assinatura da Carta Compromisso, assumindo a missão de patrocinar as ações e práticas de Compliance e contribuindo para uma gestão mais transparente e legítima.

Novos treinamentos sobre o Código de Conduta Ética e o Programa de Compliance (“Fazer o certo é bom para todos”) também foram desenvolvidos e disponibilizados ao público interno em plataforma EAD, contemplando o quadro de empregados, diretores e conselheiros através de trilhas de aprendizagem.

As trilhas de capacitação foram planejadas para promover a ideia de que a integridade vai muito além do cumprimento de deveres e obrigações, sendo um verdadeiro princípio que deve ser perseguido por todos na Companhia.

Da mesma forma que os treinamentos apontados, a comunicação exerceu um papel fundamental na efetivação de uma cultura de integridade. Nesse contexto, diversas peças publicitárias foram divulgadas mensalmente nos meios de comunicação interna para abordar temáticas relacionadas ao Programa de Compliance da Companhia.

Para fortalecer o conjunto de diretrizes internas, normativas de integridade foram criadas e outras revisadas.

Com o objetivo de identificar e avaliar o nível de exposição aos riscos de integridade nos relacionamentos comerciais firmados pela Celesc, o processo de análise de integridade de agentes econômicos e parceiros foi aprimorado no ano de 2020, incorporando nova metodologia para classificação de riscos e dando ênfase às ações de monitoramento da gestão contratual.

A gestão de riscos de integridade foi outra importante iniciativa que teve continuidade na condução do Programa de Compliance da Celesc. Com o apoio de consultoria especializada, foram mapeadas situações de risco e desenvolvidos planos de ação, ensejando o comprometimento de diversas áreas e gestores da Companhia na missão de consolidar uma cultura de integridade. O processo de gestão de riscos de integridade consta na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Celesc (http://ri.celesc.com.br/governanca-corporativa/politicas/).

Para conhecer mais sobre o Programa de Compliance da Companhia, basta acessar a aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (Disponível em: **http://ri.celesc.com.br/**).

6.3. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Alinhado ao valor e princípio de Ética na conduta com pessoas e processos, a Celesc reforça o compromisso com o respeito à privacidade e à proteção dos dados pessoais de seus clientes em conformidade com a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para garantir a conformidade com a LGPD, foi designado um Encarregado de Dados.

Foram realizadas apresentações e *workshops* internos para promover a cultura de privacidade, bem como foi publicada a Política de Privacidade (Disponível em: **https://www.celesc.com.br/politica-de-privacidade-celesc**). Em 2020, também houve a contratação da empresa de consultoria Ernst & Young para realização do diagnóstico da adequação dos processos atuais à Lei e apoiar na jornada de conformidade.

7. AMBIENTE ECONÔMICO

A Celesc acompanha e monitora continuamente a evolução da conjuntura econômica e a variação dos principais indicadores como PIB, inflação, câmbio e juros e a forma como essas variáveis influenciam no mercado de energia elétrica. O câmbio, por exemplo, atua diretamente na compra de energia de Itaipu, PIB e investimentos no crescimento do mercado de energia. Os juros impactam no financiamento e investimentos (custo do capital) e, a inflação, nos suprimentos e PMSO.

O ano de 2020, que iniciou com perspectivas positivas para a economia brasileira, foi marcado pela reviravolta proporcionada pela Covid-19. Restrito à China no começo do ano, o vírus se alastrou pelo mundo, atingiu dimensão e gravidade inéditos e levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificar a situação como pandemia global no mês de março. Para conter a propagação do vírus e evitar o colapso de seus sistemas de saúde, os governos foram obrigados a tomar medidas drásticas e o isolamento social foi implantado como barreira contra a disseminação do vírus. Tomada pela incerteza e pelo medo, a economia global parou, levando a um choque simultâneo de oferta e demanda aos mercados. Os governos e bancos centrais, a fim de amenizar os impactos econômicos e sociais, injetaram massivos estímulos monetários e fiscais. No âmbito interno, o cenário brasileiro não divergiu do internacional e medidas sanitárias e econômicas de mitigação à crise do coronavírus também foram estabelecidas.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que é considerado uma prévia do PIB, teve um resultado negativo de 4,04% registrado no acumulado de 2020. Esse indicador incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços.

O Índice de Preço ao Consumidor – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que mede o custo de vida das famílias com renda média de um a quarenta salários mínimos, assinalou 4,52% em 2020. Já o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, que reflete a evolução dos preços administrados e do atacado, apontou 23,52% como resultado da elevada variação cambial ocorrida no período.

A Taxa de Juros medida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic fechou o ano a 2,00% decorrente dos fortes estímulos da política monetária à economia. A taxa de juros real, considerando o IPCA, foi negativa no período.

No acumulado de janeiro a novembro de 2020, em Santa Catarina, o Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina – IBCr-SC, calculado pelo Banco Central do Brasil, registrou retração de 2,1%, resultado melhor que a média nacional, que recuou 4,5% no mesmo período.

8. AMBIENTE REGULATÓRIO

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

8.1. CELESC D

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

A Nota 5.3.1, letra c, apresenta a situação dos indicadores estabelecidos.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por 3 anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por 2 anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade da concessão.

b) Reajuste Tarifário Anual de 2020

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.756, de 21 de agosto de 2020, homologou o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2020. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 8,14%, sendo de 7,67%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 8,42%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

Os Encargos Setoriais têm participação de 2,11%, os custos com transmissão participam com 3,38%, as despesas de energia impactam em 5,89%, os custos da distribuidora participam com 0,54%, os componentes financeiros do processo atual acarretam com -0,64% e o efeito da retirada dos componentes financeiros do processo ordinário anterior é de -3,19%.

Em 4 de setembro de 2020, o Juiz da 2ª Vara Federal de Florianópolis entendeu, em juízo de cognição sumária, que o reajuste autorizado pela ANEEL na Resolução Homologatória nº 2.756, de 18 de agosto de 2020, viola, neste momento, o Princípio do

Equilíbrio Financeiro-Econômico e a Teoria da Imprevisão, nos termos do art. 6º, V, do Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual suspendeu a sua aplicação durante o período de calamidade pública previsto no Decreto Legislativo Federal nº 06/2020. A decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 5018546-02.2020.4.04.7200/SC foi ajuizada pelo PROCON/SC.

A referida liminar teve como objeto a suspensão da implementação do reajuste da tarifa de energia elétrica no âmbito do Estado de Santa Catarina até o fim do estado de calamidade pública, por conta da pandemia do COVID-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06/2020, com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Ainda em juízo, foi determinado que a Celesc, no caso de já ter enviado aos consumidores a fatura com o novo reajuste, procedesse ao envio de nova conta de luz com o valor sem o reajuste e, no caso de o usuário já ter pago a conta de luz pelo valor reajustado, que fosse realizado o crédito do montante correspondente na fatura do mês seguinte.

Contra a decisão liminar, a Celesc apresentou recurso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (5044167-67.2020.4.04.0000), requerendo que, *in limine*, fosse suspensa a tutela de urgência concedida pelo Juízo singular.

Paralelamente, foi realizada consulta à Superintendência de Gestão Tarifária – SGT/ANEEL, sobre a manutenção do tratamento quanto à apuração de ativos e passivos regulatórios em consonância com o disposto na REH nº 2.756/2020. Tal entendimento foi ratificado pela SGT por meio de comunicação eletrônica em 19 de outubro de 2020: "*para fins tarifários a SGT enxerga que as tarifas da CELESC estão vigentes e uma vez revertida a liminar, a CELESC poderá imediatamente proceder ao refaturamento*".

Dessa forma, quanto aos itens de ativos e passivos regulatórios e demais aspectos, foram utilizadas as definições postas pela REH nº 2.756/2020 para o cálculo do próximo processo tarifário em agosto de 2021, de forma provisória, até decisão proferida em Agravo de Instrumento em face da liminar (Autos nº 5044167-67.2020.4.04.7200) ou decisão de mérito nos Autos nº 5018546-02.2020.4.04.7200/SC.

No dia 30 de outubro de 2020, a Celesc recebeu a decisão que deferiu a tutela recursal nos autos do Agravo de Instrumento nº 5044167-67.2020.4.04.0000 – Implantação do Reajuste Tarifário, retornando a situação ao seu status quo. Assim, a empresa passou a proceder ao ajuste das faturas que não perceberam os efeitos do reajuste tarifário de 22 de agosto de 2020, para restabelecer a sua receita requerida do ciclo tarifário, conforme consta na Resolução Homologatória nº 2.756, de 18 de agosto de 2020. Os efeitos da liminar foram considerados no exercício de 2020.

c) Bandeiras Tarifárias

Na reunião pública da diretoria da ANEEL de 26 de maio de 2020, ficou decidido manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Entretanto, a diretoria da ANEEL decidiu, em reunião extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, reativar a sistemática de acionamento das Bandeiras Tarifárias em função da queda no nível de armazenamento nos reservatórios das hidrelétricas e da retomada do consumo de energia elétrica.

Tratou-se de medida emergencial da Agência para aliviar a conta de luz dos consumidores no futuro, uma vez que os custos ficariam represados e seriam inseridos nos próximos eventos tarifários e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário de pandemia da Covid-19. Os valores das bandeiras tarifárias são atualizados todos os anos e levam em consideração parâmetros como estimativas de mercado, inflação, projeção de volume de usinas hidrelétricas, histórico de operação do Sistema Interligado Nacional, além dos valores e limites do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Uma vez que, em 10 de março de 2020 – um dia antes do anúncio de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – a ANEEL havia proposto a discussão para o ciclo 2020/2021 dos valores adicionais, a proposta ficou em Consulta Pública no período de 12 de março a 27 de abril de 2020. No entanto, os impactos da pandemia no consumo de energia e nas atividades econômicas alteraram de forma significativa os estudos e parâmetros utilizados na proposta da Agência.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes são:

i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
ii) Bandeira Amarela: R$1,343 a cada 100 kwh;
iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R$4,169 a cada 100 kwh;
iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R$6,243 a cada 100 kwh.

A definição das faixas de acionamento é realizada conforme o método Função de Distribuição Acumulada – FDA, definida no manual de Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, submódulo 6.8, pelos seguintes critérios:

i) Bandeira Tarifária Verde: quantil estatístico da FDA associado à probabilidade de 75%;
ii) Bandeira Tarifária Amarela: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 75% e 85%;
iii) Bandeira Tarifária Vermelha: intervalo da FDA compreendido entre os quantis 85% e 95%:
iii-a) Patamar 1: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 85% e 90%; e
iii-b) Patamar 2: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 90% e 95%.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no ano de 2020 foram:

Mês	Bandeira	Repasse da CCRBT à Celesc D (R$/mil)	Repasse da Celesc D à CCRBT (R$/mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Amarela	2.048	-	257/2020
Fevereiro	Verde	10.854	-	662/2020
Março	Verde	2.187	-	903/2020
Abril	Verde	1.886	-	1274/2020
Maio	Verde	1.991	-	1572/2020
Junho	Verde	1.905	-	1930/2020
Julho	Verde	3.028	-	2250/2020
Agosto	Verde	3.054	-	2545/2020
Setembro	Verde	2.809	-	2824/2020
Outubro	Verde	2.796	-	3118/2020
Novembro	Verde	2.724	-	3369/2020
Dezembro	Vermelha II	3.155	-	3701/2020

d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Anual – RTA, que ocorreu em 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, a Celesc obteve a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado. Essa decisão foi atendida pela ANEEL na homologação dos processos tarifários de 2016, 2017 e 2018.

Em dezembro de 2018, o valor foi atualizado por meio da SELIC para R$317,6 milhões e está contabilizado na rubrica de provisão de contingência regulatória.

Em 2019, a juíza titular do processo, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Ainda em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2019 foi proferida sentença de mérito contrária à Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, em que aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

Diante da decisão de mérito de primeira instância, em agosto de 2019, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, alocou no processo tarifário o valor do não repasse tarifário. A Distribuidora solicitou diferimento do valor em 5 processos tarifários, sendo que a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R$65,8 milhões.

No RTA de 2020, o mesmo método foi adotado considerando o pedido realizado formalmente à Agência Reguladora de diferimento em 5 processos e desta vez com o tratamento do montante de R$68,5 milhões como um redutor.

Para os próximos processos tarifários, a Agência avaliará a possibilidade de manutenção do diferimento ou a consideração integral do valor. O saldo remanescente permanece como contingência regulatória, sendo que o saldo atualizado em dezembro de 2020 é de R$207,3 milhões.

e) Reversão Item Financeiro: Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE 2015 e CVA – CDE (RTA de 2015 e RTP de 2016)

Conforme salientado na Nota Técnica nº 194/2015-SGT/ANEEL 16, que instruiu o RTA de 2015 da Celesc D, a reversão do componente financeiro do RTE 2015 não foi realizada, em virtude da discussão judicial a respeito do pagamento das cotas e recebimentos dos subsídios da CDE. Da mesma forma, não havia sido considerada nos processos tarifários anteriores a constituição de CVA – CDE relativa ao mesmo período.

Administrativamente, o acordo de parcelamento da CDE ainda não foi encerrado pela ANEEL, de forma que foi inserida no processo uma observação que possibilita revisitar os valores considerados, caso haja posição desfavorável nos processos.

O Item 28 do Voto atribuído ao Diretor-Relator do Processo possui a seguinte redação:

> *"Diante dos argumentos e dos documentos apresentados pela Concessionária, bem como da análise da Superintendência, conquanto a decisão esteja vigente, neste momento impõe-se acatar o pleito da Celesc-DIS, de tal forma que as diferenças entre pagamento e cobertura sejam apuradas nas datas de pagamento originais, naturalmente sem prejuízo de futura análise, eventualmente no processo*

administrativo específico nº 48500.003205/2017-9919, no cenário de decisão de mérito em processo judicial que seja desfavorável à concessionária."

8.2. CELESC G

a) Leilão de Usinas Amortizadas

Das 12 usinas que formam o parque próprio da Celesc G, 9 foram abrangidas pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013: UHE Palmeiras, UHE Bracinho, UHE Garcia, UHE Cedros, UHE Salto Weissbach, UHE Pery, PCH Celso Ramos, CGH Caveiras e CGH Ivo Silveira.

Com a entrada em vigor das Leis Federais nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, tendo em vista as Usinas Ivo Silveira e Caveiras possuírem capacidade instalada inferior a 5 MW, ambas foram convertidas em CGH, por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 5.362, de 21 de julho de 2015 (Ivo Silveira), e nº 7.246, de 21 de agosto de 2018 (Caveiras). Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão, também foram assinados os termos aditivos ao Contrato Concessão nº 006/2013. Dessa forma, os efeitos da Lei Federal nº 12.783/2013 não recorrem sobre tais usinas.

Em 2015, o MME, por meio da Portaria nº 218, determinou que a ANEEL promovesse leilão para licitação das concessões das usinas hidrelétricas, que não aderiram aos termos de prorrogação antecipada das concessões, diante dos termos e condições estabelecidos na Lei Federal nº 12.783/2013. Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina é licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida por meio da Receita Anual de Geração – RAG, incluídas a Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M e a Remuneração para Melhorias – GAG Melhoria, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga – RBO em taxa de 9,04% real ao ano.

Em contrapartida, foi exigido o Bônus de Outorga como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração. A Celesc G arrematou o Lote C, ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas abrangidas pela Lei nº 12.783/2013, adicionado ao aporte financeiro de R$228,6 milhões a título de Bônus de Outorga.

Por fim, como resultado do leilão, a Celesc G assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016, na data de 5 de janeiro de 2016. Tais contratos possuem vigência de 30 anos a partir da finalização dos prazo das concessões anteriores.

As Usinas Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto Weissbach possuíam concessões anteriores ao Leilão nº 12/15 ainda vigentes até a data de 7 de novembro de 2016, sendo que a partir dessa data se iniciou a execução do novo Contrato de Concessão

A tabela a seguir apresenta a relação das usinas do Lote C arrematado pela Celesc G:

Usinas	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Termo Final da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
Total		**63,20**	**43,34**	

A energia gerada pelas usinas foi alocada no regime de cotas, que é o percentual da garantia física de energia e de potência da usina alocada às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas foi de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

b) Prorrogação da Concessão da UHE Pery

Em 2017, a Celesc G decidiu prorrogar a concessão da Usina Pery – UHE Pery, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, pelo regime de cotas. Assim, em 7 de julho de 2017 a Celesc G assinou com o Ministério de Minas e Energia - MME o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n° 006/2013 – ANEEL, tendo como objeto a exploração do potencial de energia hidráulica da Usina, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência, prorrogando sua concessão pelo período de 30 anos, com termo final em 09 de julho de 2047.

Nos anos seguintes (2018 a 2020), a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL fixou a Receita Anual de Geração (RAG) para os próximos ciclos da UHE Pery, incluindo a GAG Melhoria junto à RAG, sendo que o valor da indenização dos ativos não amortizados referentes à ampliação concluída em agosto de 2013, durante a vigência do contrato de concessão anterior, não foram considerados para a definição do valor da RAG.

Desde então, a Celesc G vem discutindo com a ANEEL a forma de indenização do Projeto Básico de ampliação da UHE Pery.

c) Ampliação da PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015, autorização para ampliação da Usina PCH Celso Ramos da ordem de 7,2 MW (5,62 MW para 12,82 MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão das obras até novembro de 2021.

Em 2018, o projeto básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, prevendo a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando de 7,2 MW para 8,3 MW e totalizando 13,92 MW de capacidade instalada.

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do projeto básico da ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. Com a inscrição no 29º Leilão de energia nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, definiu a garantia física do projeto. As obras iniciaram em julho de 2019, estando com 84% concluída até dezembro de 2020.

Destaca-se também que a Celesc G participou do Leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse empreendimento, com a vigência iniciando em janeiro de 2023. O aviso de homologação e adjudicação do Leilão nº 03/2019 foi publicado dia 3 de outubro de 2019.

Com a assinatura dos CCEARs no último trimestre de 2020, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 9.524 de 8 de dezembro de 2020 que alterou as características técnicas da PCH Celso Ramos, em aderência ao Despacho nº 939/2019, adequando também o cronograma de implantação das obras, previsto para conclusão ao final de março de 2021.

Com relação aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Empresa suspendeu as obras de ampliação da Usina Celso Ramos ao final de março de 2020, sendo que seu reinício se deu ao final de abril do mesmo ano, após a liberação das atividades principais e correlatas pelo decretos oficiais. Devido a essa suspensão, o prazo para conclusão das obras de ampliação da Usina passou para março de 2021, mantendo-se em linha com o cronograma regulatório.

d) Ampliação da UHE Salto Weissbach

Em 2018, foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de ampliação da UHE Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5 MW cada, totalizando o acréscimo de 23 MW de potência instalada na Usina, passando para 29,28 MW.

Em 2019 a Celesc G protocolou o pedido para a obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA. Em junho de 2019, após manifestação daquele Instituto, a Celesc apresentou todas as informações técnicas condizentes com a referida etapa. Entretanto, em agosto daquele mesmo ano, o órgão ambiental solicitou um Estudo Integrado de Bacias, sendo que posteriormente, em 2020, houve a dispensa do referido estudo, o que pode reduzir o tempo de análise do processo. Até o final de 2020 essa etapa do licenciamento ambiental permanecia em análise.

Após a emissão da LAI, o processo retorna para análise da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que então será encaminhado à ANEEL para calcular a remuneração desse projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Empresa possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

e) Ampliação CGH Caveiras

Em 2018, a Celesc G protocolou na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada. No mesmo ano, por meio do Despacho nº 3.005/2018, conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

Em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, sendo que este estudo foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL. Em 28 de setembro de 2020, por meio do Despacho nº 2.752, a ANEEL aprovou a revisão dos Estudos de Inventário e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento PCH Caveiras.

Em 17 de dezembro de 2020, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3.592, que conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH. Assim, a Empresa deverá, no prazo de quatorze meses contados a partir do referido Despacho, elaborar o Projeto Básico e apresentar à ANEEL o Sumário Executivo.

Após a revisão e consolidação do projeto básico e respectiva aprovação pela ANEEL, será realizado o estudo de viabilidade ambiental, obtenção das licenças (prévia e de instalação) junto ao IMA/SC e aprovação do plano de negócios pela Empresa, para que o projeto seja licitado e construído.

f) Reativação da CGH Maruim

A CGH Maruim, construída em 1910, está localizada no município de São José/SC. Considerada uma das usinas hidrelétricas mais antigas do país, está desativada desde 1972 e é objeto da Celesc G o projeto para sua reativação.

Em 2018, a Celesc G promoveu a revisão e consolidação do projeto básico, sendo que essa nova configuração prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente, tombada como patrimônio histórico desde 2005.

Em 2020, a Celesc G manteve tratativas junto ao IMA/SC visando a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI, a qual foi aprovada pelo IMA/SC no terceiro trimestre do ano, porém sem publicação legal, formalização necessária para condução das próximas etapas.

Com a publicação da LAI pelo IMA, será elaborado o plano de negócios, visando a aprovação para contratação das obras.

g) EDP Transmissão Aliança SC S.A.

A EDP Transmissão Aliança SC, sociedade formada pela EDP – Energias do Brasil, com participação de 90,00%, e pela Celesc G, com participação de 10,00%, venceu a disputa pelo lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, referente à Licitação para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional, que aconteceu na B3, ao oferecer um deságio de 34,99%, ou uma proposta de receita anual permitida (RAP) de R$171,824 milhões, ante o valor máximo de R$264,343 milhões estabelecido pela ANEEL. As condições obtidas no leilão resultam em uma rentabilidade de 12% real acionista, acima da meta estabelecida no Plano Diretor da Companhia (10%).

O Lote 21 foi o terceiro maior projeto ofertado no leilão e demanda investimentos previstos da ordem de R$1,2 bilhão.

	Origem	Destino	Circuito*	Extensão (KM)	Tensão (Kv)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	CD	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilhinha	CS	27,8	230
Total			**CS/CD**	**433,1**	**525/230**
SUBESTAÇÃO	SE 525/230 SIDERÓPOLIS 2		-	-	525/230

* CS: Circuito simples / CD: Circuito Duplo

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do Estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado.

Não obstante, a implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão é obrigação das concessionárias do serviço de transmissão e está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017, celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e a ANEEL.

Neste sentido, em 10 de janeiro de 2019, a ANEEL enviou à EDP Transmissão Aliança SC S.A. o Oficio nº 011/2019, informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTEE 2018, emitido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a instalação do terceiro autotransformador 525/230 kV, 3 X 224 MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A. Por meio da Nota Técnica nº 501/2019, a ANEEL autorizou a implantação do reforço ainda em 2019. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea à da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado.

O investimento desse terceiro autotransformador, previsto pela ANEEL, é de R$42 milhões e estabelece uma Receita Anual Permitida – RAP adicional no montante de R$5 milhões.

Com relação aos efeitos da pandemia do COVID-19 no projeto, as atividades relacionadas à fabricação de equipamentos puderam ser mantidas, conforme decreto estadual vigente. Contudo, como o projeto abrange aproximadamente 30 municípios catarinenses e número elevado de trabalhadores, as obras civis estiveram suspensas até o início de junho de 2020, quando foram retomadas gradativamente. A Empresa avalia que o cronograma regulatório não foi prejudicado, sendo que o prazo para operação comercial de todo o projeto é agosto de 2022.

h) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG de 2020

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.746, de 28 de julho de 2020, homologou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R$) Ciclo 2020/2021	Receita Mensal (R$) Ciclo 2020/2021
UHE Pery	10.474.530,55	872.877,55
UHE Garcia	10.821.565,74	901.797,14
UHE Bracinho	13.725.718,15	1.143.809,85
UHE Cedros	9.808.376,89	817.364,74
UHE Palmeiras	21.243.017,34	1.770.251,44
UHE Salto	6.739.359,83	561.613,32

i) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e os PAEs das usinas e encaminhou ao órgão regulador e entidades relacionadas.

Em 2019, a Celesc G deu continuidade ao PAE e realizou reunião com as Defesas Civis de Angelina (Usina Garcia), Blumenau (Usina Salto Weissbach), Rio dos Cedros (Usinas Cedros e Palmeiras) e Schroeder (Usina Bracinho).

No mesmo ano, a Celesc G contratou empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco.

Os laudos de segurança foram elaborados e finalizados pela consultoria especializada no segundo semestre do ano, sendo o resultado satisfatório e as ações recomendadas para adequações e manutenção das estruturas serão tomadas no decorrer do ano de 2021, citando entre elas a contratação de empresa para instalação de instrumentação de barragens e projeto executivo de adequações civis aos critérios atuais da Eletrobras.

Também encontra-se no planejamento de ações da empresa a contratação de empresa de engenharia consultiva para a elaboração de RPS – Revisão Periódica de Segurança, onde os PSB/PAE serão totalmente revisados, com atualização de dados hidrológicos, novos estudos de "*dam break*", simulação computadorizada das áreas afetadas e divulgação dos resultados aos órgãos de defesa civil envolvidos. De acordo com a Resolução ANEEL nº 695/2015, a Celesc G tem até o ano de 2022 para a entrega das revisões.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1. CELESC D

9.1.1. Expansão do Sistema

O sistema elétrico de alta tensão sob responsabilidade da Celesc possui aproximadamente 5 mil quilômetros de linhas de transmissão de 138 mil e 69 mil Volts, com cerca de 318 transformadores de potência e capacidade de 7,8 mil MVA para uma demanda máxima registrada de 5.371 MVA. Em 2020, foram realizadas ampliações, melhorias e finalização de obras em 12 subestações (SEs) e instalados medidores mais precisos em 143 saídas de alimentadores em SEs, sendo 2 subestações novas concluídas, 5 subestações com ampliação de capacidade e melhoria em 5 subestações, foram adquiridos 8 terrenos para a construção de subestações e também estão previstas obras em mais dois terrenos que já são de propriedade da Celesc. Temos ainda 2 novas em execução, 3 novas em contratação, 17 ampliações em execução, 1 ampliações em contratação.

Entre os destaques no ano, estão a construção de novas subestações (SEs) em Araquari, no Norte do estado (SE Araquari Corveta) e, em Palhoça, na região da Grande Florianópolis (SE Palhoça Caminho Novo). Além disso, também foram ampliadas as SEs de Garopaba (SE Garopaba), Canoinhas (SE Canoinhas), Gaspar (SE Gaspar) e Joinville Vila Nova, todas com impacto de cerca de 30% no aumento da energia disponível para as suas respectivas áreas de atuação e, especialmente, na maior confiabilidade do sistema elétrico para o melhor atendimento aos consumidores. Ainda estão por vir a construção das SEs Chapecó Santo Antônio, no Oeste catarinense, e Itapema Meia Praia, no Litoral, entre outras melhorias.

Além de investir nas grandes obras de ampliação do sistema e garantir o crescimento do mercado, a Celesc investe na melhoria do processo de operação desse sistema, com o objetivo de tornar mais ágil a recomposição em caso de acidentes ou falhas. Para isso,

os recursos têm sido destinados especialmente em novas tecnologias, como o sistema de autorreconfiguração do sistema ou *self healing*, por meio da instalação de religadores, que são equipamentos que permitem dividir circuitos e remanejar cargas em caso de ocorrências não programadas sem a necessidade de intervenção humana, reduzindo o tempo de reenergização da rede, que passa a ser em tempo real, e a quantidade de unidades consumidoras afetadas, aumentando, significativamente, a confiabilidade do atendimento. Em 2020, foram substituídos mais de 554 km de redes rurais (monofásica para trifásica e cabo protegido), foram realizadas 105 obras estruturantes em alimentadores e realizadas mais de 8 mil obras para ampliação e melhorias nas redes de distribuição. Foram instalados 684 novos religadores monofásicos e 284 religadores trifásicos para automação da rede. Também com foco preventivo, foram contabilizados recursos da ordem de R$16,9 milhões nas ações de poda e roçada da vegetação próxima à rede elétrica.

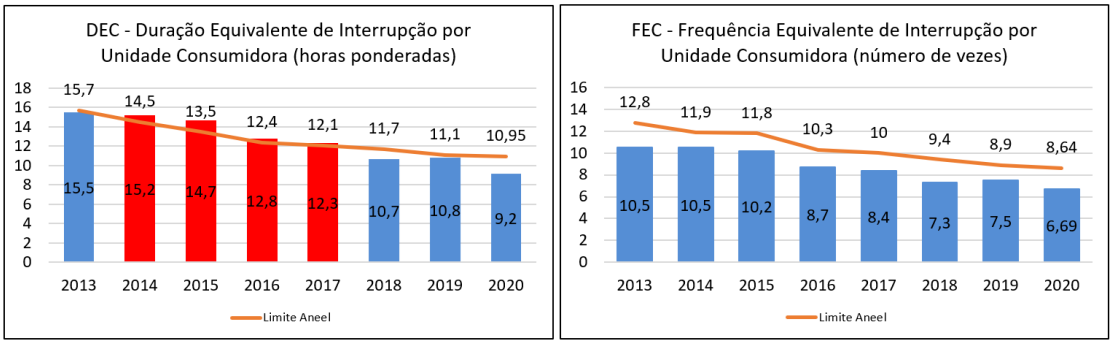
9.1.2. Indicadores de Eficiência do Sistema

9.1.2.1. DEC e FEC

O índice de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D foi de 9,20 horas no ano de 2020, o que equivale a 84% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório (agosto 2016 – agosto 2021). No ano, o índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 6,69 interrupções, o que representou 77,43% do limite regulatório estabelecido.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos indicadores de eficiência da Celesc D dos últimos oito anos:

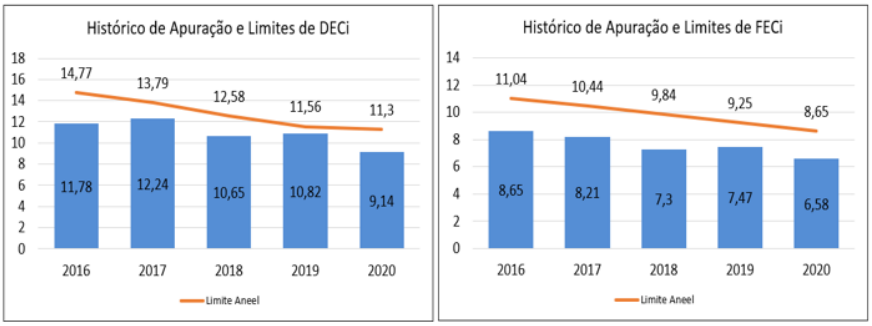
Evolução DEC e FEC:



9.1.2.2. DECi e FECi

Em relação ao indicador DECi (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno, ou seja, da própria distribuidora), o desempenho, no ano, foi de 9,14 horas, o que equivale a 19,11% abaixo do limite estabelecido pela ANEEL no Contrato de Concessão para 2020. O FECi (número médio de interrupções por unidade consumidora causada por ocorrência no sistema interno) foi de 6,58 interrupções, 23,93% abaixo do limite do Contrato de Concessão para o ano. O gráfico a seguir apresenta o acompanhamento dos indicadores de qualidade até o término de 2020.

Evolução DECi e FECi:



9.1.3. Programa de Eficiência Operacional

O Programa de Eficiência Operacional, lançado em 2013, tem como principal objetivo contribuir para a garantia da sustentabilidade da Companhia. Em 2020, consultoria especializada para reestruturação e revisão do Plano Diretor, do Planejamento Estratégico e do Plano Operacional, de maneira alinhada às boas práticas de mercado, *benchmarking* e novo posicionamento estratégico, realizou a revisão dos projetos existentes na Companhia de modo alinhado aos principais desafios enfrentados pela Celesc.

9.1.4. Distribuição de Energia Elétrica

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão atingiu 25.152 GWh em 2020, um decrescimento de 1,33% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). A queda foi puxada principalmente pelo desempenho das classes comercial e industrial, com decrescimento de, respectivamente, 5,90% e 2,93% no comparativo anual.

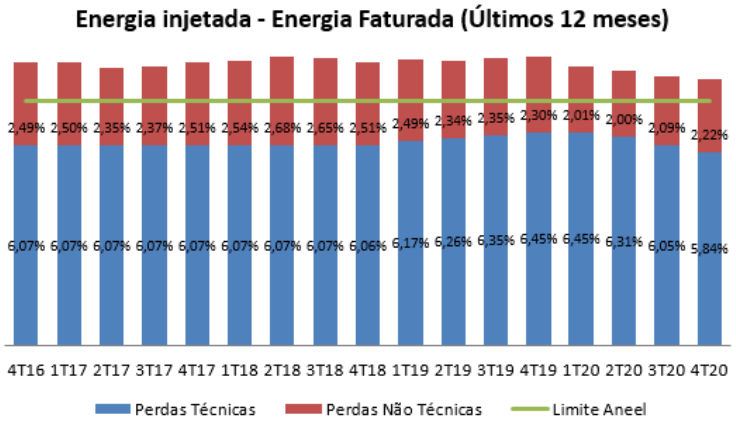
O número de unidades consumidoras atendidas pela Empresa foi de 3.133.425 em dezembro de 2020, representando aumento de 2,76% em relação ao mês de dezembro do ano anterior. A contínua migração de consumidores para o mercado livre, somada aos impactos da pandemia ao longo do ano de 2020, levaram ao consumo registrado de 16.051 GWh no mercado cativo, montante -1,82% inferior ao registrado em 2019. A Tabela a seguir apresenta maior detalhamento:

Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras			Consumo Faturado (GWh)					
	dez/20	dez/19	Variação (%)	4T20	4T19	Variação (%)	12M20	12M19	Variação (%)
Mercado Cativo	3.133.425	3.049.218	2,76	4.094	4.024	1,74	16.051	16.349	-1,82
Residencial	2.468.904	2.399.381	2,90	1.551	1.439	7,78	6.293	6.020	4,53
Industrial	116.524	110.222	5,72	640	619	3,39	2.264	2.464	-8,12
Comercial	286.950	279.572	2,64	770	820	-6,10	3.031	3.323	-8,79
Rural	232.636	232.386	0,11	295	298	-1,01	1.160	1.174	-1,19
Demais Classes	28.411	27.657	2,73	838	848	-1,18	3.303	3.368	-1,93
Poder Público	23.735	23.272	1,99	81	116	-30,17	350	453	-22,74
Iluminação Pública	910	855	6,43	159	165	-3,64	637	656	-2,90
Serviço Público	3753	3.500	7,23	95	91	4,40	382	366	4,37
Suprimento	13	30	-56,67	503	476	5,67	1.934	1.893	2,17
Livres	1.346	1.149	17,15	2.523	2.319	8,80	9.088	9.128	-0,44
Industrial	740	665	11,28	2.174	2.003	8,54	7.790	7.893	-1,30
Comercial	555	456	21,71	266	239	11,30	1.001	962	4,05
Rural	9	7	28,57	16	15	6,67	63	60	5,00
Serviço Público	4	0	-	0	0	-	0	0	-
Suprimento	38	21	80,95	67	62	8,06	234	213	9,86
Mercado Total	3.135.189	3.050.769	2,77	6.616	6.343	4,30	25.152	25.491	-1,33
Residencial	2.468.904	2.399.381	2,90	1.551	1.439	7,78	6.293	6.020	4,53
Industrial	117.264	110.887	5,75	2.814	2.622	7,32	10.054	10.357	-2,93
Comercial	287.505	280.028	2,67	1.036	1.059	-2,17	4.032	4.285	-5,90
Rural	232.645	232.393	0,11	310	313	-0,96	1.223	1.234	-0,89
Demais Classes	28.449	27.678	2,79	905	910	-0,55	3.538	3.580	-1,17
Consumo Próprio	422	402	4,98	3	4	-25,00	12	15	-20,00

9.1.5. Perdas na Distribuição

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc D (4CRT), a perda regulatória da distribuição foi estimada em 7,42% sobre a energia injetada no sistema de distribuição da concessionária. Desse total, 6,02% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,40% de perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2020, as perdas globais representaram 8,06% (2.236 GWh) da energia injetada, sendo 5,84% (1.620 GWh) referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7, revisado no início de cada ano, ajustando assim a média móvel de 12 meses, e 2,22% (617 GWh) correspondem às perdas não técnicas, apurada por diferença.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Celesc D.



9.1.6. Balanço Energético em GWh

A tabela a seguir demonstra a evolução da energia requerida, perdas na distribuição (perdas técnicas e não técnicas), perdas na rede básica e as perdas totais em GWh nos últimos quatro anos:

Energia Requerida - GWh	2017	2018	2019	2020
Venda de Energia	15.603	15.778	16.348	16.050
Fornecimento*	14.133	14.251	14.455	14.116
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.470	1.527	1.893	1.934
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.182	8.659	9.127	9.089
Mercado Atendido	23.786	24.437	25.476	25.139
Perdas na Rede Básica	349	367	389	431
Perdas na Distribuição	2.258	2.321	2.446	2.237
Perdas Técnicas	1.598	1.638	1.804	1.620
Perdas não Técnicas - PNT	660	683	642	617
PNT/ Energia Requerida %	2,77%	2,79%	2,52%	2,45%
Perdas Totais - PT	2.608	2.688	2.835	2.668
PT /Energia Requerida %	10,96%	11,00%	11,13%	10,61%
Total	**26.393**	**27.125**	**28.311**	**27.806**

*Fornecimento não considera o Consumo Próprio.

9.1.7. Mercado de Energia Elétrica

Em 2020, a carga requerida na área de concessão da Celesc D foi 0,87% menor que a registrada em 2019. No mesmo período, o consumo de energia elétrica decresceu 1,33%. A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga dos mercados cativo e livre, dos autoprodutores e produtores independentes conectados à rede da concessionária, além das perdas do sistema elétrico.

O quadro a seguir mostra o desempenho da carga na área de concessão da Celesc D, comparado ao da região Sul e ao do País.

Descrição	2020	2019	Variação (%)
Carga Brasil (GWh)*	586.595	594.366	-1,29
Carga Sul (GWh)	102.442	102.267	0,17
Carga Celesc D (GWh)**	27.747	27.991	-0,87

* Referente ao Sistema Interligado Nacional – SIN
** Energia Injetada no Sistema de Distribuição da Concessionária

9.1.8. Atendimento ao Cliente

Considerando a crise mundial gerada pelo COVID-19, a Celesc D trabalhou de forma incansável para minimizar os impactos junto ao mercado consumidor, por meio de ações capazes de assegurar, com absoluta prioridade, o acesso aos serviços da distribuidora nos canais de atendimento de primeiro nível. Paralelamente a essa questão, as principais ações no âmbito do atendimento foram direcionadas para a otimização dos canais digitais, por meio da implementação de estratégias de migração dos clientes do atendimento presencial para os canais de atendimento remoto, minimizando assim os riscos de exposição e contaminação.

Para tanto, várias ações de melhoria foram implementadas, compreendendo especialmente a revisão e adequação à nova realidade dos processos de atendimento ao cliente, sempre buscando ofertar uma melhor experiência com o meio digital, por meio de processos que, além de aderentes ao regulatório, permitem oportunizar interações mais amigáveis e atrativas com o mercado consumidor.

A partir do mês de abril/2020, por meio de customizações efetuadas no sistema comercial, ampliamos o número de serviços disponibilizados em nossa Agência *Web*, com destaque para a flexibilização dos requisitos para o parcelamento de débito de unidades consumidoras e o registro automatizado da leitura efetuada pelo consumidor, além dos serviços já disponíveis. Atualmente a Agência *Web* é o canal preferencial de atendimento ao cliente, totalizando uma média de 3.000.000 de interações/mês.

Objetivando incrementar ainda mais os canais digitais, no mês de junho/2020 implementamos um projeto-piloto, vinculado à plataforma de telefonia, de forma a incentivar o uso do atendimento eletrônico por parte dos consumidores que ligam para o *call center* da Celesc. Por meio dessa ferramenta, o consumidor pode optar pelo direcionamento automático para a Agência *WEB*, permitindo assim o registro eletrônico dos serviços.

Da mesma forma houve ampliação do número de atendentes do *call center*, no *site* secundário localizado em POÁ/SP, na ordem de 82%, proporcionando maior suporte por telefone à população. Também houve o incremento da carga horária alocada nessa modalidade por parte da equipe própria constituída por 111 atendentes. Essas duas ações simultâneas permitiram o atendimento de 2.360.718 chamadas nesse canal.

Também, todas as ações adotadas relativas a melhoria e ampliação no atendimento via *e-mail* permitiram incrementar significativamente o quantitativo de atendimentos, passando de 103.851 *e-mails* atendidos no ano de 2019 para 467.580 no ano de 2020.

Sempre com foco em assegurar a qualidade dos serviços prestados, no ano de 2020 houve a aquisição de licenças para implementação, ainda no primeiro trimestre de 2021, do atendimento aos consumidores via *Whatsapp*.

Por último, em 2020 foi realizado processo licitatório para a ampliação do quantitativo de totens de autoatendimento a serem instalados nas unidades presenciais de atendimento, com previsão para a aquisição de 60 totens de autoatendimento e 25 totens contemplando, além do autoatendimento, o videoatendimento.

9.1.9. Gestão da Inadimplência

A Inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. A ANEEL, por meio do submódulo 2.2 do PRORET – Custos Operacionais e Inadimplência Regulatória estabelece os conceitos relacionados à Inadimplência Regulatória, valor com cobertura tarifária, que considera a soma dos faturamentos não recebidos entre 49 e 60 meses.

O percentual regulatório de receitas irrecuperáveis de cada empresa é calculado a partir da mediana móvel de um conjunto de empresas, formado pelas dez concessionárias situadas acima e abaixo de um *ranking* de complexidade das perdas não técnicas.

O combate à inadimplência no ano de 2020 foi um grande desafio a todas as distribuidoras de energia, em virtude das restrições de circulação impostas pelo governo como medida de combate à pandemia, a perda de renda por grande parte da população, bem como a impossibilidade da suspensão do fornecimento dos consumidores inadimplentes, determinada pela Res. 878/2020 da ANEEL.

A inadimplência teve seu pico nos meses de junho e julho/2020, contudo, ao término do ano já apresentou tendência de redução, retornando a patamares menores.

Em dezembro de 2020, a inadimplência de curto prazo, até 90 dias (período em que se concentram a maior parte das ações de cobrança), teve um aumento de aproximadamente 11,56% com relação ao mesmo período do ano anterior. O valor total da inadimplência também apresentou elevação, 12,75%). A tabela a seguir demonstra a evolução da inadimplência da Celesc D:

Inadimplência por Classe de Consumo	Inadimplência até 90 dias			Total da Inadimplência		
	Dez/20	Dez/19	Variação (%)	Dez/20	Dez/19	Variação (%)
Residencial	134.185	119.029	12,73	250.706	205.186	22,18
Industrial	30.793	31.613	-2,59	205.551	197.790	3,92
Comercial	42.125	40.508	3,99	156.972	136.624	14,89
Rural	12.208	11.182	9,18	21.682	18.912	14,65
Poder Público	512	582	-12,03	6.080	6.211	-2,11
Iluminação Pública	1.667	4	41575,00	18.058	16.400	10,11
Serviço Público	277	260	6,54	1.640	1.615	1,52
Suprimentos	2.314	-	0	3.628	1.312	176,51
Enc. Uso Rede Elétrica	4.525	4.204	7,64	14.647	20.387	-28,16
Diversos Créditos	14.792	10.791	37,08	38.331	31.743	20,75
Total	**243.397**	**218.173**	**11,56**	**717.294**	**636.179**	**12,75**

9.1.10. Ligação de Consumidores

O saldo líquido (abertura e fechamento) de ligações de UCs foi de 84.400 no ano, totalizando 3.134.716 consumidores atendidos pela Celesc D, excluindo suprimento e consumo próprio, número 2,77% superior ao de 2019.

A tabela a seguir demonstra a evolução do número de unidades consumidoras nos últimos quatro anos:

Consumidores*	2017	2018	2019	2020
Residencial	2.271.604	2.335.964	2.399.381	2.468.904
Industrial	103.592	106.825	110.887	117.264
Comercial	263.044	271.240	280.028	287.505
Rural	234.545	234.759	232.393	232.645
Poderes Públicos	22.791	23.104	23.272	23.735
Iluminação Pública	750	788	855	910
Serviço Público	3.227	3.411	3.500	3.753
Total	**2.899.553**	**2.976.091**	**3.050.316**	**3.134.716**
Variação	2,40%	2,64%	2,49%	2,77%

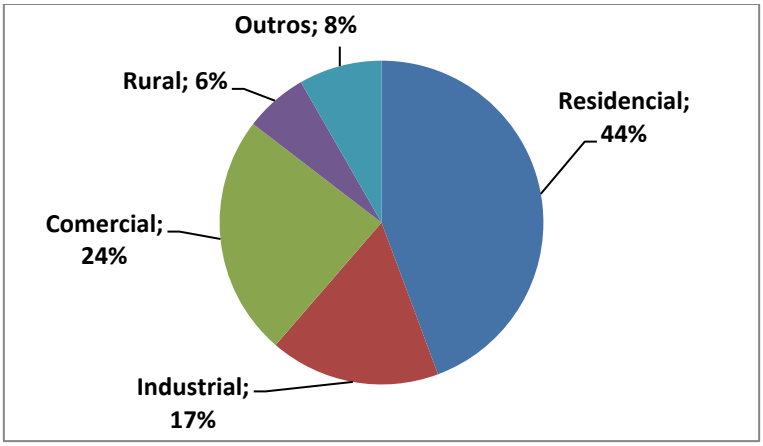
*Não considera Consumo Próprio

9.1.11. Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica referente a consumidores cativos no exercício, líquida do ICMS, importou em R$6,9 bilhões, conforme tabela a seguir:

Classe de Consumo	2020	2019	Variação (%)
Residencial	3.236.402	3.273.366	-1
Industrial	1.110.461	1.257.340	-12
Comercial	1.550.185	1.777.985	-13
Rural	481.266	464.207	4
Outros	530.038	612.635	-13
Total Cativos	**6.908.351**	**7.385.534**	**-6**

O gráfico a seguir demonstra a participação das classes de consumo de consumidores cativo em relação à receita líquida do ICMS:



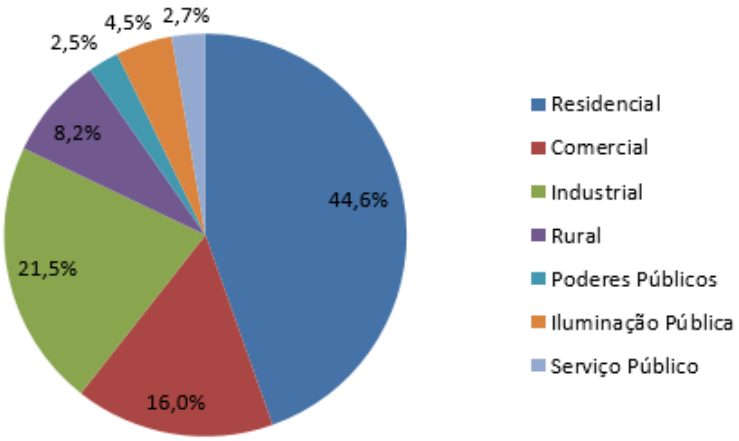
9.1.12. Desempenho do Mercado em GWh da Área de Concessão

A tabela a seguir demonstra o crescimento da energia faturada em GWh nos últimos quatro anos:

Mercado Atendido – GWh	2017	2018	2019	2020
Energia Faturada	15.603	15.778	16.349	16.050
Fornecimento*	14.133	14.251	14.455	14.116
Residencial	5.528	5.664	6.020	6.293
Industrial	2.588	2.539	2.464	2.264
Comercial	3.209	3.191	3.323	3.031
Rural	1.387	1.407	1.174	1.160
Poderes Públicos	436	442	453	350
Iluminação Pública	635	649	656	637
Serviço Público	350	359	366	381
Suprimento p/ agentes de distribuição	1.470	1.527	1.893	1.934
Uso da Rede de Distribuição	8.182	8.659	9.127	9.089
Consumidores Livres/Dist./Ger.	8.182	8.659	9.127	9.089
Total	**23.785**	**24.437**	**25.476**	**25.139**
Variação	3,95%	2,74%	4,25%	-1,32%

*Não considera Consumo Próprio

O gráfico a seguir apresenta a energia faturada por classe de consumo em GWh em 2020.



9.1.13. Celesc D em Números

Atendimento	2020	2019	Variação (%)
Número de consumidores	3.134.767	3.050.367	2,77
Número de empregados	3.344	3.404	-1,76
Número de consumidores por empregado	937	896	4,58
Número de localidades atendidas	285	287	-0,70
Número de agências	16	16	0,00
Número de postos de atendimento	258	258	0,00
Mercado	**2020**	**2019**	**Variação (%)**
Área de concessão (Km²)	82.747,68	82.747,68	0,00
Demanda máxima (MWh/h)	5.320,39	5.371,26	-0,95
Distribuição direta (GWh)	25.304,07	25.498,07	-0,76
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.548,75	2508,95	1,59
Tarifas médias de fornecimento (R$ por MWh)	**2020**	**2019**	**Variação (%)**
Residencial	616,82	663,27	-7,00
Industrial	634,72	678,69	-6,48
Comercial	666,36	714,03	-6,68
Rural	597,24	481,07	24,15
Poder Público	650,79	674,87	-3,57
Outros	466,44	473,45	-1,48
Indicadores DEC e FEC	**2020**	**2019**	**Variação (%)**
DEC (horas)	9,2	10,86	-15,29
FEC (número de interrupções)	6,69	7,52	-11,04
Número de reclamações por 10.000 consumidores	5.551,26	4742,14	17,06
Informações Operacionais	**2020**	**2019**	**Variação (%)**
Número de subestações	175	170	2,94
Linhas de Distribuição (Km)	4.785,29	4.709,63	1,61

9.2. CELESC G

9.2.1. Cenário Hidrológico

Em 2020, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva, com destaque para a redução das paradas de manutenção em 2,15% do Parque Gerador e acréscimo das paradas para realizar investimento em 0,99% do Parque Gerador.

Na somatória dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, investimento e da distribuidora (saída da energia para o sistema interligado), a Celesc G fechou o ano de 2020 com um acréscimo de disponibilidade da sua potência em 0,94% possibilitando maior produção de energia. Porém, apesar de ter possibilitado maior produção de energia, o resultado da geração do ano foi inferior a 2019 por conta da restrição hídrica, resultando que seus geradores ficaram parados por falta de água (41,16% em média).

Desempenho Operacional	2020	2019		Variação (%)
Indisponibilidade Manutenção:	7,21%	9,36%	⬇	22,97
Indisponibilidade Investimento:	5,01%	4,02%	⬆	124,63
Indisponibilidade Distribuidora:	0,49%	0,27%	⬆	181,48
Indisponibilidade Hídrica:	41,16%	25,82%	⬆	159,41

Destacamos ainda que o resultado dos indicadores são valores médios que foram ponderados pela Potência total do Parque Gerador e que a restrição hídrica ou indisponibilidade por manutenção momentânea em determinada usina não necessariamente se aplica a todo o Parque Gerador naquele instante.

O fator de capacidade global em 2020 representou uma variação de 36,98% abaixo do verificado de 2019.

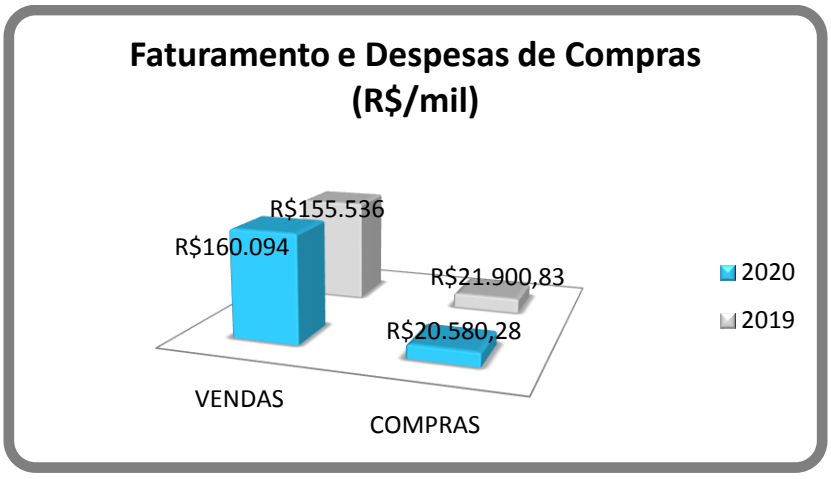
Produção de Energia do Parque Gerador						
Desempenho Operacional (GWh)	4º Trimestre			Acumulado 12 meses		
	2019	2020	Variação (%)	2019	2020	Variação (%)
Usinas	104,63	94,41	-9,77	458,46	324,40	-29,24
UHE Palmeiras	26,84	21,86	-18,57	125,12	80,47	-35,68
UHE Bracinho	14,30	12,23	-14,50	64,91	43,53	-32,94
UHE Garcia	10,88	12,81	17,78	38,94	52,11	33,81
UHE Cedros	4,17	9,02	116,20	27,82	22,22	-20,12
UHE Salto Weissbach	8,09	8,50	5,02	14,85	28,56	92,35
UHE Pery	23,36	19,01	-18,63	97,44	63,16	-35,18
PCH Celso Ramos	4,80	4,50	-6,18	25,43	26,28	3,36
CGH Caveiras	5,69	4,34	-23,81	23,22	13,53	-41,75
CGH Ivo Silveira	4,30	0,33	-92,25	19,18	1,37	-92,87
CGH Piraí	0,78	1,00	27,97	3,12	3,05	-2,10
CGH Rio do Peixe	0,94	0,46	-51,24	3,70	2,15	-41,80
CGH São Lourenço	0,50	0,36	-27,37	1,57	1,12	-28,63
Fator de Capacidade Global	52,30%	40,07%	-23,38	54,90%	34,60%	-36,98

9.2.2. Comercialização de Energia

Em 2020, a Celesc G registrou faturamento global de R$160,0 milhões, montante 2,93% superior ao ano de 2019, que registrou R$155,5 milhões de faturamento. Apesar da pandemia, não foram registrados casos de inadimplência.

Em 2020, foram gastos R$20,5 milhões na comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros, redução de 6,03% em relação a 2019. Tal redução pode ser creditada ao menor valor médio do MWh comprado em 2020, que ficou 1,82% mais barato em 2020, além de uma redução de 4,29% no volume adquirido.

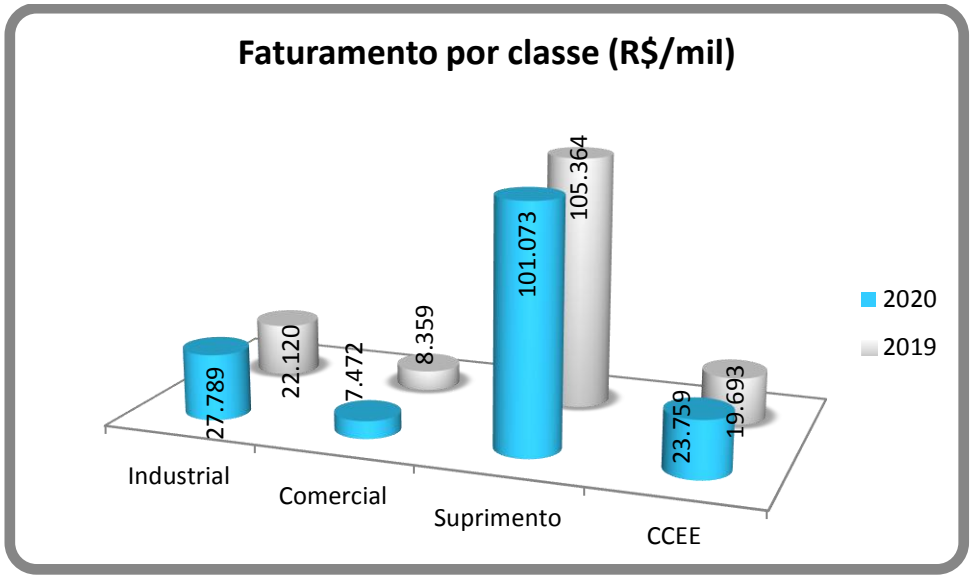
O Faturamento total e as Despesas com Compra de Energia em 2020 e em 2019 apresentaram o seguinte desempenho:



O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R$9,7 milhões em 2020 contra R$9,8 milhões em 2019.

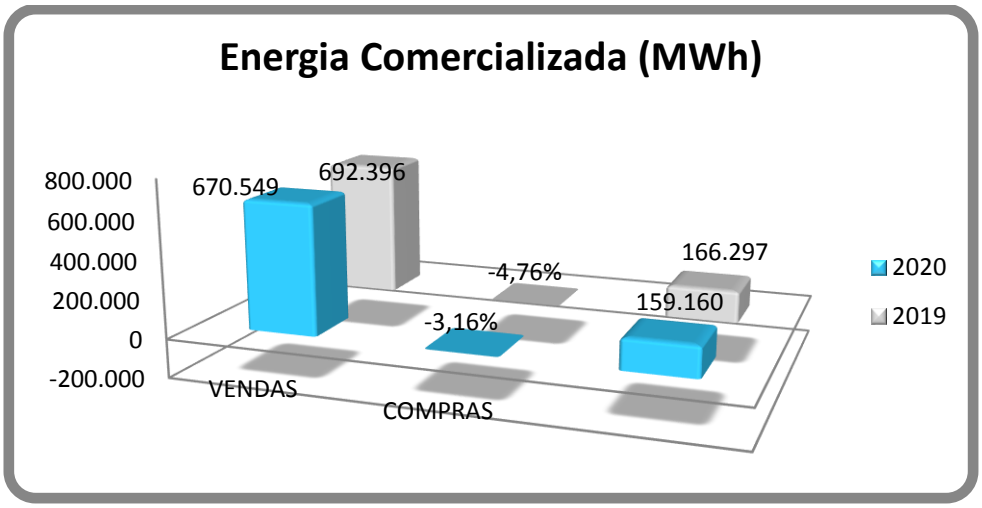
O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R$23,7 milhões contra R$19,7 milhões em 2019, incluído o valor de R$7,1 milhões relativo à liminar judicial concedida à Celesc G referente ao *GSF*, além de R$9,3 milhões relativos a juros e atualizações monetárias, decorrentes da combinação de inadimplência e disparada do IGPM, taxa utilizada para correção na CCEE.

O Faturamento por classe em 2020 e 2019 apresentou o seguinte desempenho:

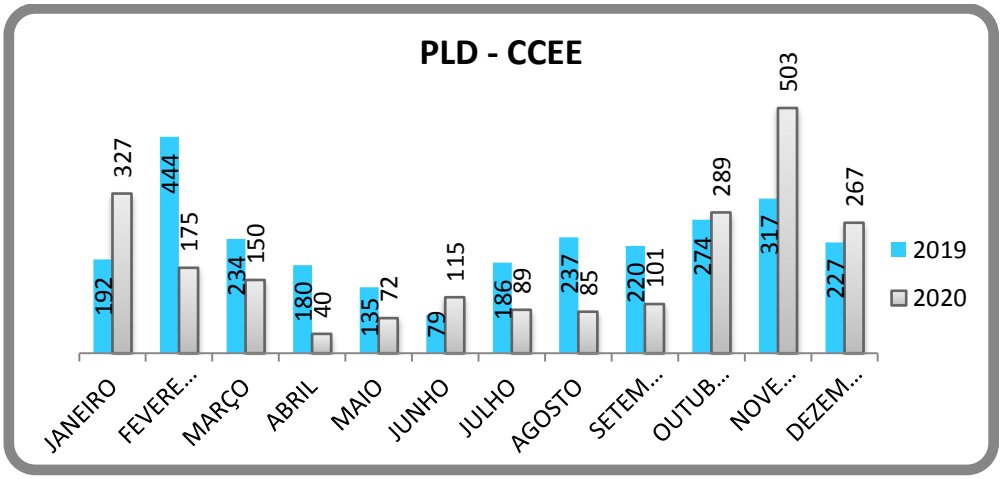


A energia elétrica comercializada em 2020 chegou ao montante de 670.549 MWh, inferior em -3,16% quando comparado ao montante de 692.396 MWh comercializado em 2019.

O montante total de energia comprada em 2020 chegou a 159.160 MWh, inferior à quantidade adquirida em 2019, que foi de 166.297 MWh.



O PLD médio anual (R$184,42/MWh) teve significativa redução em 2020 em relação ao ano anterior (R$225,65/MWh). Mesmo com a baixa hidrologia, a redução da carga no Sistema Integrado causada pela pandemia derrubou o preço da energia no mercado de curto prazo durante alguns meses. Com a gradual volta da atividade econômica, e afluências abaixo da sua média histórica, o PLD voltou a subir, mas não o suficiente para igualar a média de 2019.



9.2.3. Ações Ambientais

CELESC G

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

No ano, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 15,86 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes usados, pilhas e baterias, lâmpadas usadas, sucatas metálicas, ferrosas, e sólidos contaminados com óleos minerais e outros produtos químicos.

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro e rerrefino. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de Bifenilos Policlorados – PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

b) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc G desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4.780 hectares, preservando uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar. Ao longo dos 35 anos da preservação dessa área, até 2019 foram evitadas emissões equivalentes a 994.061,19 tCO_2 e houve a remoção permanente de 198.893,00 tCO_2 e um custo social do carbono estimado em R$76.225.146,81. O relevo nessa região é bastante irregular, com cotas variando de 100 a 900 metros de altitude. Essas áreas estão inseridas no Bioma Mata Atlântica, na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, definida como prioritária a conservação da biodiversidade na categoria Extremamente Alta.

Em novembro de 2019, a Celesc G e o IMA/SC assinaram um Protocolo de Intenções que visa à criação da Unidade de Conservação do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville, sendo que posteriormente foi instituída, pela Portaria IMA nº 028/2020, a equipe técnica de ambas as instituições que está coordenando e acompanhando os processos necessários para efetivação da UC. Atualmente, se encontra em fase avançada de regularização fundiária do local, visto que a caracterização fundiária é fundamental para orientar o órgão ambiental na definição da categoria da unidade, bem como definir o manejo adequado à área, conforme os usos prioritários.

c) Outorgas de Uso de Água

Segundo a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, os aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Atualmente, a Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach (Portaria SDS nº 301/2017) e de reativação da Usina Maruim (Portaria SDS nº 273/2019).

d) Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

A Celesc G está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais a respeito das atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do IBAMA por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em paralelo, também possui junto ao IBAMA a Licença de Porte e Uso de Motosserras nas Usinas Bracinho, Pery e Celso Ramos, e nos Núcleos e Unidades.

e) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório

No âmbito do processo de renovação das licenças ambientais de operação das Usinas Garcia, Salto Weissbach, Cedros e Palmeiras, a Celesc G finalizou no ano de 2018 uma proposta de regramento e zoneamento dos reservatórios associados a essas Usinas e em 2019, da Usina São Lourenço. Essas propostas foram consolidadas em planos ambientais de conservação e uso do entorno desses reservatórios e foram encaminhadas ao IMA/SC para conhecimento e manifestação. Os serviços contemplaram as etapas de caracterização dos empreendimentos, diagnóstico ambiental e zoneamento dos reservatórios. Para fins de atendimento aos usos múltiplos desses reservatórios, a etapa de zoneamento englobou também a realização de reuniões com as prefeituras locais, comitês de bacia e comunidades ribeirinhas. Essas propostas permanecem em processo de análise pelo IMA/SC.

f) Gestão Fundiária

No ano de 2020, foram realizadas diversas atividades para atendimento do projeto de regularização fundiária, dentre elas: atendimento às exigências dos cartórios para retificações das áreas, regularização fiscal dos imóveis junto à Receita Federal do Brasil – RFB e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, avaliação dos imóveis, cadastro de confrontantes das usinas, medições em campo e nivelamento geométrico, inspeções fundiárias e certificação dos imóveis junto ao INCRA.

Também foi realizada retificação administrativa dos limites dos terrenos das usinas Celso Ramos, Rio do Peixe, Ivo Silveira, Pery e São Lourenço.

g) Readequação Sistema de Tratamento dos Efluentes Sanitários

Dando continuidade às readequações iniciadas no ano anterior, a Celesc G realizou no ano de 2020 a última instalação dos novos sistemas de tratamento de efluentes sanitários, sendo em 2020 implementado na Casa de Força I da Usina Pery. Esse processo de readequação visa enquadrar os empreendimentos nas normas técnicas vigentes.

h) Reposição Florestal no âmbito das obras de ampliação da Usina Celso Ramos

No mês de julho de 2020, a Empresa realizou o plantio de 514 mudas de espécies nativas em áreas associadas às obras de ampliação da Usina Celso Ramos, assim como procedeu à averbação junto à matrícula do imóvel de uma área de compensação ambiental com 9.640 m^2 coberta com vegetação nativa.

9.3. INOVAÇÃO

Na trilha da mudança ocasionada pela transformação digital, a Celesc acelerou a implementação de processos inovadores e tecnológicos lançando, em novembro de 2020, o Programa de Inovação da Celesc (PRICE). O Programa surge para fortalecer a cultura de inovação da empresa e, já no lançamento, em ambiente virtual, os colaboradores da Celesc participaram de debates e palestras com convidados de todo o país para troca de conhecimentos sobre tecnologias aplicadas ao setor de energia, gestão de ideias, liderança na era digital e inovação. A proposta é o desenvolvimento de uma cultura estratégica com processos mais eficientes em energia elétrica e gestão inovadora dos recursos, mediada por novas tecnologias e criatividade.
Composto atualmente por quatro profissionais da Companhia, o Comitê Gestor de Inovação trabalha em parceria com o IEL/SC (Instituto Euvaldo Lodi Santa Catarina), a fim de realizar o diagnóstico, o planejamento e a capacitação de equipes para o desenvolvimento de processos mais inovadores, simultaneamente com a contratação de uma plataforma de gestão de projetos e ideias, e a criação de um ambiente colaborativo, que estimule a criatividade e a interação dos funcionários com novas tecnologias.

10. INVESTIMENTOS

10.1. CELESC D

Do total de R$629,8 milhões investidos em 2020, o maior volume foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Desse total, R$521,7 milhões foram recursos próprios (sendo R$470,2 milhões em materiais e serviços, R$51,5 milhões em mão de obra própria) e R$108,1 milhões foram recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414 da ANEEL, de 9 de setembro de 2010.

10.2. CELESC G

Em 2020, os investimentos da Celesc G somaram R$41,4 milhões e foram destinados à ampliação, melhoria e automação das usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de ampliar a capacidade de geração, modernizar as usinas, reduzir os custos operacionais, dar maior confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

Descrição		2020		2019	Consolidado
Investimento	**R$/mil**	**Variação (%)**	**R$/mil**	**Variação (%)**	**AH**
Distribuição de Energia Elétrica	629.777	93,83	588.576	98,1	7,00%
Recursos Próprios	521.699	-	511.899	-	-
Participação Financeira do Consumidor	108.078	-	76.677	-	-
Geração de Energia Elétrica	41.421	6,17	11.396	1,9	263,47%
Participações Societárias	10.363	-	1.476	-	-
Parque Gerador Próprio	31.058	-	9.920	-	-
Total	**671.198**	**100**	**599.972**	**100**	**11,87%**

10.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

Ampliação da PCH Celso Ramos

A PCH Celso Ramos, localizada no município de Faxinal dos Guedes/SC, possui 5,62 MW de capacidade instalada. O projeto de ampliação prevê um novo circuito adutor em paralelo ao existente, contendo canal de adução, tomada d'água, conduto forçado e nova casa de força, com duas unidades geradoras de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando para 13,92 MW de capacidade instalada.

O Projeto de Ampliação da PCH Celso Ramos teve a ordem de serviço emitida em 15 de julho de 2019. Os investimentos são de R$40 milhões, sendo que até o final de 2020 a realização física era de 84%, tendo a Celesc G contabilizado R$27 milhões.

Em dezembro de 2020, a Empresa concluiu a terceira emissão de debêntures, no montante de R$37 milhões, com vencimento final em dez anos. A emissão, da espécie quirografária e com garantia da *holding* Celesc, foi realizada em série única. Os recursos das debêntures de infraestrutura serão destinados ao financiamento do projeto de ampliação da PCH Celso Ramos, com previsão de conclusão para março de 2021.

Ampliação da Usina Caveiras

A Usina Caveiras, localizada no município de Lages/SC, possui 3,829 MW de capacidade instalada. A fim de ampliar sua capacidade instalada, em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, que foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL, tendo sido aprovado em 28 de setembro de 2020. O estudo importou o investimento de R$203 mil.

Para 2021, a Empresa planeja a contratação da consolidação do projeto básico, visando a entrega para a Agência Reguladora até fevereiro de 2022.

Automação da Usina Cedros

Em continuidade ao processo de automação das usinas, iniciado em 2014 com a automação da Usina Salto e em 2016 com a entrada em operação do Centro de Operação da Geração – COG, a Usina Cedros e suas barragens passaram pelo processo de automação e *retrofit*, concluído em 2020. O projeto total foi de R$3,3 milhões, sendo R$326 mil realizados em 2020.

Automação da Usina Palmeiras

A Usina Palmeiras é a segunda maior do parque gerador da Celesc G. Em 2020, a Empresa contratou o projeto de automação e *retrofit*, tendo assinado a ordem de serviço em dezembro, o qual deverá ser concluído em 2021 com investimento da ordem de R$4,7 milhões.

Unificação dos *Softwares* do Centro de Operação da Geração

A Celesc G concluiu em 2020 a implantação de um novo sistema supervisório para efetuar a gestão do parque gerador a partir do Centro de Operação da Geração (COG).

A implantação dessa nova ferramenta para o COG está alinhada com os recentes investimentos nas usinas da Celesc G, que vêm sendo modernizadas e passando por processo de automação de suas instalações.

O novo sistema será responsável pela integração e unificação dos atuais sistemas supervisórios existentes, permitindo a padronização de telas, comandos, eventos e alarmes dos equipamentos e ativos das usinas. Vale ressaltar que o COG é responsável pela operação de turbinas e geradores, além de válvulas e comportas de reservatórios de água.

Com esse sistema, também será possível acessar, através de dispositivos móveis, telas específicas com informações em tempo real dos principais indicadores de geração e *status* do parque gerador.

O montante investido foi da ordem de R$700 mil.

Reforma na Usina Salto Weissbach

Iniciado em 2019, o projeto de reforma da Unidade Geradora nº 2 da Usina Salto foi concluído em 2020, com investimento da ordem de R$1,4 milhão. Com esse investimento de manutenção, a usina centenária voltou à produção total neste ano.

Outras Melhorias no Parque Próprio

Entre as obras de melhoria, destaque para o início da manutenção da Unidade Geradora nº 2 da Usina Pery, com investimento previsto de R$240 mil e desembolso em 2020 de R$138 mil, além do fornecimento de cabos de força da Unidade Geradora nº 1 da Usina Bracinho, no valor de R$100 mil.

Também, em 2020, após suspensão do processo licitatório por conta da pandemia do COVID-19, a Celesc G contratou a substituição do limpa-grades da Usina Pery no valor de R$265 mil, sendo prevista sua conclusão em 2021, com o desembolso a ocorrer no próximo ano. Ainda em 2020, iniciou-se a contratação para substituição dos limpa-grades das usinas Salto Weissbach, Palmeiras e Bracinho, os quais serão realizados em 2021 com investimentos previstos da ordem de R$840 mil.

10.2.2. Novos Negócios e Parcerias

Os investimentos em SPEs totalizaram R$10,4 milhões em 2020, sendo aplicados R$10,0 milhões na EDP Transmissão Aliança para continuidade das obras e R$0,4 milhões na Garça Branca Energética S.A., para suprimento de caixa e término de pagamentos do período de obras.

Embora tenha suspendido as obras temporariamente em 2020 por conta da pandemia do COVID-19 e dos decretos municipais referentes aos municípios onde o projeto está sendo implantando, a EDP Transmissão Aliança SC pôde manter o andamento de algumas frentes de trabalho. O empreendimento possui entrada prevista em operação comercial para agosto de 2022 e ainda mantém perspectivas de antecipação.

Ainda em relação ao empreendimento EDP Transmissão Aliança SC, o reforço do sistema de transmissão na subestação Siderópolis 2, solicitado pela ANEEL em 2019, será executado em 2021 juntamente com as obras de implantação do projeto, no qual a Celesc G possui 10% de participação.

A tabela a seguir traz o resumo e a evolução dos investimentos realizados no ano.

Descrição	4º Trimestre			Acumulado 12 Meses		
	2019	2020	Variação (%)	2019	2020	Variação (%)
Investimentos Celesc G (R$/milhões)	**8,77**	**10,2**	**16,0**	**11,40**	**41,4**	**263,5**
Investimentos em SPEs	0,39	0,07	-81,3	1,48	10,4	602,1
Usinas Parque Gerador Próprio	8,38	10,10	20,5	9,92	31,1	213,1

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Celesc apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, Lucro Líquido de R$518,7 milhões, representando acréscimo de 82,91% se comparado ao exercício de 2019, cujo valor foi de R$283,6 milhões.

A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2020 foi de R$13,6 bilhões, volume 5,79% maior que os R$12,9 bilhões realizados em 2019.

A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou crescimento de 10,51% em relação a 2019, R$8,0 bilhões, fechando o exercício de 2020 em R$8,8 bilhões.

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

	Consolidado		
Dados Econômico-Financeiro (R$/mil)	**31 de Dezembro de 2020**	**31 de Dezembro de 2019**	**Variação**
Receita Operacional Bruta – ROB	13.629.201	12.883.003	5,79%
Receita Operacional Líquida – ROL	8.858.700	8.015.909	10,51%
Resultado das Atividades	681.635	497.123	37,12%
EBITDA	922.559	724.819	27,28%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	10,41%	9,04%	1,37 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	5,86%	3,54%	2,32 p.p.
Resultado Financeiro	43.080	(76.143)	-156,58%
Ativo Total	10.654.427	9.498.257	12,17%
Imobilizado	201.427	174.796	15,24%
Patrimônio Líquido – PL	1.984.642	1.407.124	41,04%
Lucro do Exercício	518.685	283.575	82,91%

A Companhia apresentou significativa variação positiva no Lucro Líquido, em decorrência do ganho no resultado das equivalências patrimoniais das suas investidas, principalmente da Celesc D, que no total somaram R$537,5 milhões, contra R$311,6 milhões do ano anterior, caracterizando um aumento de aproximadamente 72,5% nesse aspecto.

Outro fator que contribuiu para o aumento no Lucro Líquido da Controladora foi o reconhecimento de R$12,8 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos por expectativa futura de lucro tributável, que não estavam sendo considerados anteriormente. A Companhia está viabilizando a transferência da receita de convênios e doações da Celesc D para suas atividades.

Para alcançar o resultado positivo de 2020, destaca-se na Celesc D um aumento da Receita Operacional Bruta, impactada principalmente pelo reajuste tarifário médio de 8,14% aplicado a partir de 22 agosto de 2020 aos seus consumidores, a constituição de ativos financeiros (CVA) e o refaturamento de R$31,3 milhões, de um cliente específico, passando de consumidor livre para consumidor parcialmente livre. Ressalta-se que a atualização financeira do refaturamento no montante de R$37,1 milhões foi

contabilizada como receita financeira de juros e acréscimos sobre faturas. Outro ponto que contribui para alavancar o Resultado da Empresa foi a reversão da Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD.

O Resultado Financeiro em 2020 foi positivo de R$43,1 milhões, esse valor representa uma melhoria se comparado ao resultado financeiro negativo de 2019 (R$76,1 milhões). Esse acréscimo é decorrente principalmente do reconhecimento de receita financeira juros e acréscimos sobre fatura, pela atualização monetária dos ativos/passivos financeiros, pela significativa redução nos juros e atualizações monetárias de encargos de dívidas e a finalização da atualização do parcelamento da CDE (em 2019) e pelo fim do parcelamento do SUMM001.

Na Celesc G, a variação positiva no resultado foi decorrente principalmente do aumento da Receita de Fornecimento de Energia, que teve um desempenho individual 15,7% superior ao ano de 2019, o que representa um valor de R$4,8 milhões. Outro fator que contribuiu significativamente para o aumento do Lucro Líquido foi o melhor Resultado da Equivalência Patrimonial das investidas, que passou de R$4,4 milhões em 2019 para R$10,0 milhões em 2020.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir.

	Consolidado	
Conciliação do EBITDA (R$/mil)	**31 de Dezembro de 2020**	**31 de Dezembro de 2019**
Lucro Líquido	518.685	283.575
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	206.030	137.405
Resultado Financeiro	(43.080)	76.143
Depreciação e Amortização	240.924	227.696
EBITDA	**922.559**	**724.819**

O EBITDA do exercício de 2020 atingiu o valor de R$922,6 milhões, ficando 27,28% superior em relação a 2019, que foi de R$724,8 milhões. A margem EBITDA passou de 9,04% no exercício de 2019 para 10,41% em 2020.

O EBITDA Ajustado, que desconsidera o efeito líquido do *Impairment Test*, atingiu, no exercício de 2020, o valor de R$921,2 milhões, ficando 29,17% superior em relação a 2019. A margem EBITDA Ajustado foi de 10,40% no exercício de 2020, sendo 1,50 p.p. maior que o ano de 2019.

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

			Consolidado
Índices	**2018**	**2019**	**2020**
Liquidez Geral	0,77	0,69	0,76
Liquidez Corrente	0,98	0,97	1,12
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	9,06%	17,68%	30,58%
Endividamento Geral	81,73%	85,19%	81,40%

12. DESEMPENHO NO MERCADO FINANCEIRO

12.1. DESEMPENHO NO MERCADO DE CAPITAIS

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base mínima de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme tabela a seguir:

					Base Acionária em 31 de dezembro 2020	
Acionista	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais**		**Total**	
	Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.000	2,96	3.500.000	15,19	3.960.600	10,27
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.322.000	14,42	3.322.000	8,61
Outros	789.952	5,09	5.457.969	23,68	6.247.921	16,20
Total	**15.527.137**	**40,26**	**23.044.454**	**59,74**	**38.571.591**	**100,00**

Os investidores estrangeiros encerraram o quarto trimestre de 2020 representando 0,59% do Capital Social total da Celesc, com volume de 228.517 ações. A participação dos investidores por residência está representada na tabela a seguir:

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	228.517	0,59
Investidores Nacionais	38.343.074	99,41
Total	**38.571.591**	**100,00**

12.2. DESEMPENHO NO MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA, após queda de até 45,03%, fechou o ano de 2020 com desempenho positivo de 2,92%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 8,12% no mesmo período. Enquanto isso, as Ações Preferenciais – PN da Celesc apresentaram desempenho positivo de 14,20%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais, em 31 de dezembro 2020, e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado.

Descrição	Fechamento 31 de dezembro 2020	Variação* 4º TRI 2020	Variação* Em 12 meses
Celesc PN	R$54,33	6,84%	14,20%
Celesc ON	R$58,10	9,09%	21,13%
IBOVESPA	119.017	25,81%	2,92%
IEE	82.846	20,82%	8,12%

* Variações Percentuais com Ajuste a Proventos

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 31 de dezembro de 2020, conforme quadro acima, são os seguintes: R$58,10 para cada ação ordinária (CLSC3) e R$54,33 para cada ação preferencial (CLSC4).
As ações do controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2020 estão representadas no quadro adiante:

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador *	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.965	24,54
Outros Acionistas	6.297.677	40,56	22.810.149	98,98	29.107.826	75,46
Total	**15.527.137**	**100,00**	**23.044.454**	**100,00**	**38.571.591**	**100,00**

* Governo do Estado de Santa Catarina, CELOS, CODESC e SCPAR.

12.3. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em 2020, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de realização de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada.

Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do país, além de duas apresentações junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, realizadas em maio e agosto através de videoconferência.

No *site* de RI da Celesc **(www.celesc.com.br/ri)** estão disponíveis para consulta todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM e B3), bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade no padrão *GRI*, o Balanço Social da Companhia, entre outras informações.

13. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Inserida em um setor de grande dinamismo, a Celesc tem sua atuação marcada pelo compromisso com a qualidade, a melhoria contínua e a sustentabilidade de todas as suas operações, processos e serviços prestados à sociedade. O seu compromisso permanente com a responsabilidade socioambiental está respaldado por seus valores e princípios, bem como suas políticas corporativas, seus projetos socioambientais, de eficiência energética e em seus planos de ação.

A sua Política de Responsabilidade Socioambiental está fundamentada em sete diretrizes, a saber: Direitos Humanos; Sustentabilidade Local; Comunicação; Prevenção; Integridade; Adequação e Evolução as quais, incorporadas à gestão da Companhia, agregam valor ao seu propósito de prover energia para o desenvolvimento e qualidade de vida.

13.1. COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A atuação das suas subsidiárias Celesc D e Celesc G, seguem comprometidas com a melhoria contínua, a qualidade e a sustentabilidade de seus empreendimentos, operações, processos e serviços prestados à sociedade.

Todas as subestações e linhas de distribuição com tensão igual ou superior de 69 kV passam pelos ritos para obtenção e para manutenção (renovação) de licenças ambientais pertinentes, em estreita consonância com o atendimento à legislação ambiental vigente. Para cada novo empreendimento em fase de planejamento, são elaborados os estudos ambientais, compreendendo o diagnóstico ambiental (do meio físico, biótico e social) da região de inserção do traçado da linha e da subestação, bem como a identificação dos impactos que poderão ser gerados nas fases de projeto, construção e de operação, e os respectivos planos e/ou programas de mitigação dos impactos negativos.

Em 2020, todas as obras dos empreendimentos tiveram seus planos e/ou programas ambientais implementados e fiscalizados *in loco* pela Supervisão Ambiental com o objetivo de garantir o cumprimento das premissas e indicadores dos planos/programas e eventuais condicionantes ambientais estabelecidas no processo de licenciamento.

Na gestão interna, a Celesc D vem evoluindo gradativamente no gerenciamento de seus resíduos sólidos, em atendimento à Política Nacional. Como destaque, em 2020 92% dos resíduos gerados foram encaminhados a processos de reciclagem. Outros destaques da Companhia na área ambiental são o Programa de Proteção de Aves na Rede e a parceria com o Projeto Bugio, da Universidade Regional de Blumenau – FURB.

O Programa de Proteção de Aves na Rede tem por objetivo a harmonização entre as redes de distribuição de energia elétrica e a nidificação da espécie *Furnarius rufus*, popularmente conhecida por joão-de-barro. A execução do programa se dá no sentido da retirada de ninhos inativos que possam causar risco em relação às estruturas de distribuição de energia e, por meio da instalação de dispositivos inibidores (afastadores), tornar esses locais mais seguros tanto para as aves quanto para a operação do sistema elétrico local. No ano de 2020, foram retirados 912 ninhos de joão-de-barro em situação de risco e instalados 421 afastadores nas redes de distribuição da Celesc D. A ação foi realizada no período entre 15 de junho e 31 de agosto, atendendo aos requisitos da Autorização Ambiental (AuA nº 3296/2020) emitida pelo IMA/SC.

O Projeto Bugio, da FURB, elaborado após um diagnóstico das ocorrências de morte de bugios por eletrocussão na rede de distribuição e da identificação dos locais onde ocorreram os óbitos, propiciou a implementação de uma série de medidas que visam minimizar os impactos sobre as populações dessa espécie na região de Blumenau, incluindo o isolamento de cabos, o deslocamento de parte da rede onde foi verificada maior movimentação dos animais e, em especial, a instalação de pontes feitas com cordas, as chamadas passa-fauna.

Em 2019, foram instalados seis passa-faunas com câmeras equipadas de sensores de movimento e de temperatura que registram, automaticamente, por meio de foto ou vídeo, a passagem dos animais, de forma a permitir o monitoramento da eficácia da medida. O monitoramento está sendo realizado com o apoio da FURB e da Polícia Militar Ambiental e tem acompanhamento da Promotoria Regional do Meio Ambiente de Blumenau.

Finalmente, atenta aos cenários globais, a Companhia possui sua Declaração de Mudanças Climáticas (2015) e vem elaborando anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, que mapeia e quantifica as emissões de carbono das atividades da Celesc e de suas subsidiárias Celesc D e Celesc G, propiciando a elaboração de um diagnóstico dos processos internos (fontes e quantidades), que futuramente podem se tornar uma ferramenta de planejamento e estabelecimento de metas de redução e/ou compensação de emissões. Os inventários de GEE seguem a metodologia do *GHG Protocol*, são auditados por empresa externa e estão disponíveis no **portal Registro Público de Emissões**.

a) Gerenciamento de Emissões de Gases de Efeito Estufa

No ano de 2020, foi realizado o inventário de emissões de gases de efeito estufa ao longo de 2019. As emissões de Gases de Efeito Estufa da Celesc no ano de 2019 totalizaram 141.249.486 toneladas de CO_2 equivalente.

Desde 2012, a Celesc vem realizando seus Inventários de Emissões de GEE de forma completa, considerando os 3 escopos. E a partir de 2014, os inventários passaram a ser verificados por Organismos de Verificação (OVV), devidamente acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, recebendo, dessa forma, o Selo Ouro do Programa GHG *Protocol*. Todos os inventários de emissões da Celesc podem ser consultados no Registro Público de Emissões.

Como reconhecimento dos avanços que vêm sendo construídos ao longo desse período, em 2020 a Celesc alcançou o *score* C, patamar de conscientização, na avaliação sobre mudanças climáticas realizada pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP). Esse resultado é fruto de uma evolução gradual que vem ocorrendo no reporte do gerenciamento das mudanças climáticas, por meio de uma abordagem mais aprofundada, detalhada e articulada a outros documentos estratégicos e de planejamento da Empresa, o que demonstrou de forma assertiva o nível de comprometimento da Celesc em relação aos riscos climáticos e às ações para adaptação e resiliência do sistema elétrico que se desencadeiam sob essa perspectiva.

b) Monitoramento Hidrológico

As 16 estações telemétricas de monitoramento hidrológico para atendimento à Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 003, de 10 de agosto de 2010, operaram normalmente durante o ano de 2020.

c) Atendimento de emergências ambientais

Alinhada à Política de Responsabilidade Socioambiental da Celesc e visando à prevenção e mitigação de impactos ambientais, no ano de 2020, a Celesc firmou a contratação de uma empresa para o atendimento de emergências ambientais. Dessa forma, em situações acidentais em que possam ocorrer vazamentos de óleo dos equipamentos elétricos da rede ou durante seu transporte, a Celesc estará apta a acionar o atendimento emergencial com a brevidade necessária. Essa contratação é importante para uma resposta rápida em situações emergenciais, mitigando os danos ao ambiente, reduzindo custos de atendimento, danos a terceiros e riscos de imagem.

13.2. COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

O compromisso social da Companhia também está amparado em sua Política de Responsabilidade Social e em seus diversos programas sociais, de Eficiência Energética – EE, de Pesquisa & Desenvolvimento – P&D, nos planos de ação, como o Programa de Eficiência Operacional, e na sua Declaração de Mudanças Climáticas, em que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. A promoção do uso eficiente da energia elétrica, da diversificação da matriz energética com fontes renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes, por exemplo, estão entre os compromissos firmados.

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e do mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc tem investido predominantemente no seu principal foco: a distribuição de energia elétrica. O bom desempenho na área é fruto de uma política que visa o desenvolvimento de projetos que buscam agregar valor aos negócios corporativos, com foco em mais eficiência operacional e em alavancar esses projetos dentro da cadeia de inovação do Setor Elétrico.

Em 2020, a Celesc investiu cerca de R$14,7 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento visando a continuidade de projetos nos temas de Mobilidade Elétrica, Robótica, Subestação, Geração Eólica, Mercado, Regulação, Meio Ambiente, Novos Materiais entre outros. Destaca-se esse ano o início da ampliação do corredor de eletropostos para carregamento de veículos elétricos, que tem como objetivo a instalação de até 30 novas estações de recargas, cobrindo as rodovias BR-101 Sentido Sul e BR 282 sentido Lages e Chapecó.

No Programa de Eficiência Energética os investimentos foram de R$20 milhões, em programas que visam a redução de consumo de energia de unidades consumidoras da Celesc. Foram executados projetos em sistemas de iluminação pública, onde participam dessa iniciativa municípios como Araquari, Caçador, Campos Novos, Correia Pinto, Fraiburgo, Itá, Itapiranga, Modelo, Pomerode, Rodeio e Santo Amaro da Imperatriz. Destacamos o início da execução do projeto Celesc nos Cedups, que está equipando laboratórios de eficiência energética em 6 unidades dos Cedups nos municípios de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville, Lages e Tubarão. Com esse projeto serão capacitados profissionais para atuarem na área de eficiência energética. A expectativa é de que, ao longo dos próximos dez anos, se beneficiem mais de 28 mil alunos, que atuaram no mercado de trabalho, gerando emprego e renda a essas famílias. Além desses projetos, existem iniciativas beneficiando entidades filantrópicas como Hospitais e APAEs, entidades de ensino superior, clientes industriais, residenciais e residenciais baixa renda.

No campo social, destaque para o lançamento do Mulheres em Movimento: Juntas na Mesma Energia, iniciativa lançada em março de 2020 com objetivo de colocar em debate assuntos como igualdade de gênero nas empresas e sociedade, diversidade, inclusão etc., pauta conciliada com a proposta definida no Programa Celesc + Energia, parcialmente financiado com recursos do BID.

Dentro do Programa algumas estratégias foram elaboradas para minimizar essa desigualdade no setor. Uma consiste em um trabalho interno, a partir de um diagnóstico realizado pela Consultoria contratada pela empresa, para proceder à execução de Planejamento e Plano de Ação visando envolver e sensibilizar toda empresa em torno do tema, com o objetivo de construir um quadro de empregados mais diverso, especialmente nas áreas técnicas, e com condições de reter a diversidade atraída, com um ambiente de trabalho respeitoso e inclusivo. A empresa também criou um Comitê para atuar no assunto.

A outra frente está desenhada em iniciativa externa, a partir de uma complementação do programa de aprendizagem, no qual serão inseridos, por meio de capacitação complementar, temas voltado ao setor elétrico, apresentando a meninos e meninas as possibilidade de atuação no setor de energia, canalizando os investimentos feitos pela empresa em seu ramo de atuação. Posteriormente, a ideia é oferecer formação técnica aos jovens que demonstrem interesse e, com isso, formar principalmente mais mulheres para atuarem no setor, já que diretamente não é possível fazer isso no quadro próprio.

Por conta dessas ações, em 2020 a Celesc foi convidada a participar do Painel Gênero e Energia da V Semana da Energia na América Latina e Caribe, evento virtual promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), com o objetivo de reunir os principais atores dos setores de energia público e privado da América Latina e do Caribe.

O programa de aprendizagem é hoje uma das grandes ações de inclusão social da Empresa. Em parceria com o Ministério Público Estadual, a Celesc prioriza vagas para jovens moradores de entidades de acolhimento e casas-lares. Desde 2006, quando teve início, até o último ano, mais de 1.200 jovens participaram do Programa. Em 2020 mais 160 jovens entraram para iniciar um ciclo de 2 anos. Dentro desse ciclo, foram oferecidas ainda vagas para jovens provindos de medidas socioeducativas.

O Celesc Voluntária é mais uma ação empresarial que incentiva o voluntariado dos empregados para ações como revitalização de creches, escolas, asilos, comunidades terapêuticas, praças e quadras esportivas, limpeza de rios, praias e parques; plantio de árvores, hortas comunitárias, pintura e produção de brinquedos com pneus, entre outras.

Em 2020, por conta da pandemia, as ações presenciais foram um pouco prejudicadas, porém, algumas delas puderam ser adaptadas. O destaque foi para a ação virtual promovida pela empresa em parceria com a Green Card, empresa fornecedora dos cartões alimentação/refeição, na qual se criou a possibilidade de uma doação virtual para um cartão dessa modalidade criado para instituições de Assistência Social selecionada por núcleos e unidades da Celesc em diversos locais do Estado. A arrecadação total foi de R$8.412,00 (oito mil quatrocentos e doze reais) para que 12 instituições de assistência social pudessem adquirir produtos de higiene e alimentação para auxiliar em suas atividades prejudicadas por conta da pandemia.

A Campanha de Natal também foi adaptada. Em Florianópolis, o Natal Solidário se deu de forma virtual e vários empregados puderam adquirir presentes para crianças de todas as casas-lares do município.

A Celesc ainda participa, voluntariamente, dos programas: Na Mão Certa, iniciativa da Childhood Brasil; Combate ao Trabalho Infantil, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina; e do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. A Companhia também é signatária, junto ao Instituto Ethos, do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU. Além disso, desde 2006, é reconhecida pela Abrinq como Empresa Amiga da Criança.

Por conta da 2ª Chamada Pública de Seleção de Projetos para Incentivos Fiscais, 49 Projetos receberam o aporte da Celesc. O investimento foi de mais de R$3 milhões em iniciativas desenvolvidas em todas as regiões do estado, sendo R$2,4 milhões para 37 projetos culturais e R$615 mil a 12 projetos esportivos.

Também foram repassados R$1,2 milhões ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e ao Fundo do Idoso (FEI), no valor de R$618 mil para cada um. Os valores foram repassados diretamente aos Fundos, que são geridos pela Secretaria do Desenvolvimento Social, com participação dos conselhos estaduais que desenvolvem ações no Estado para atender cada um de seus públicos-alvos.

13.3. COMPROMISSO COM OS EMPREGADOS

Ser responsável e ético na conduta com as pessoas estão entre os valores corporativos do Grupo Celesc. Nesse sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, com o intuito de tornar a Celesc de amanhã melhor do que a Celesc de hoje. Entre os programas, destacam-se o compromisso com a capacitação e desenvolvimento de pessoas, a promoção da inclusão e valorização da diversidade, prevenção de acidentes, doenças ocupacionais e adoecimento dos trabalhadores, assistência à reeducação e readaptação profissional.

O "Jeito de Ser Celesc" é a maior representação deste compromisso, pois reúne as competências essenciais esperadas dos celesquianos, que associadas ao programa de gestão de desempenho, se propõe a desenvolver a força de trabalho ao longo de um acompanhamento contínuo de seus líderes.

As diretrizes e decisões tomadas visam sempre construir um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam felizes e comprometidas com a entrega de resultados. A grande ferramenta para monitorar e buscar melhorias é a Pesquisa de Clima por Pulsos, por meio da qual os líderes possuem informações contínuas sobre suas equipes, que passam por sentimentos em relação à carreira, ambiente de trabalho e também saúde.

A Celesc entende sua responsabilidade com a vida das pessoas e sabe o quanto é importante promover a saúde e qualidade de vida, um ótimo ambiente de trabalho e um comportamento seguro no trabalho e fora dele. Entende também que é essencial confiar nas atitudes das pessoas e em suas decisões, principalmente nas relações existentes nas equipes e também com seus líderes.

O compartilhamento de informações na Companhia é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da Intranet (*CELNET*), todo empregado também tem acesso às instruções normativas e outras informações relevantes sobre sua carreira, benefícios, diretrizes da Celesc, entre outros. A transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre à padronização das técnicas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno.

A participação dos empregados na gestão da Companhia é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, que formulam e acompanham os Acordos de Desempenho de cada área. Outros destaques é a gestão participativa, com decisões tomadas após estudos em Grupos de Trabalho – GTs, Comissões e Comitês.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e líderes. O respeito às pessoas é prioridade e o compromisso que deve ser mantido com a ética nas relações está documentado no seu Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. Para estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Celesc promove treinamentos específicos.

Um bom ambiente para se trabalhar também se faz com a oferta de benefícios para as pessoas. As licenças especiais, como extensão das licenças-maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã, e outras vantagens, como auxílio-creche e babá, auxílio pós-graduação, auxílio estudante, vale-alimentação, plano de saúde e odontológico, vão além do previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e são essenciais para cultivar um ambiente de trabalho positivo.

A Celesc procura valorizar todo potencial de seus colaboradores e honra todo comprometimento com ações de desenvolvimento humano. As pessoas sustentam os processos organizacionais que agregam valor a nossos consumidores, sendo a geração de valor à população uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento. Tal Política é gerenciada e aprimorada ano a ano por uma equipe interna altamente capacitada. As soluções de desenvolvimento relacionadas aos processos de negócio são priorizadas pela área gestora da Política. Dessa forma, a formação de novos eletricistas, maior quantitativo de pessoal da Celesc D, é planejada e realizada por instrutores internos, ou seja, profissionais que se destacam em suas atividades e compartilham seus conhecimentos com quem está ingressando na carreira. O nosso jeito de fazer é nossa competência essencial e vantagem competitiva. Além de tantos outros cursos de formação, a Empresa oferece treinamentos para aperfeiçoamento de sua força de trabalho, sejam as atividades mais operacionais, com atualizações de processos, sejam as áreas mais estratégicas que necessitem desenvolver competências críticas para a organização.

Nos últimos anos, a Celesc contou com parceiros para desenvolver todos os líderes da Companhia. Foram mais de 330 líderes capacitados em temas como *feedback*, resolução de conflito, liderança situacional, comunicação e demais tendências. Por meio de parcerias, foi executado também o Plano de Desenvolvimento de Equipes, que propiciou aos trabalhadores momentos para desenvolver competências de comunicação, relacionamento e foco em resultados. O trabalho foi um sucesso, com retorno positivo de trabalhadores e lideranças.

A segurança do trabalho é um compromisso da Celesc e, em 2020, continuamos executando ações para reduzir o número de acidentes de trabalho e buscar o Acidente Zero. Mesmo com toda a dificuldade trazida pela pandemia, foram investidas muitas horas de treinamento, com grande reforço das ações de conscientização internas e externas, fazendo com que as pessoas se sintam protagonistas no comportamento seguro, com dedicação especial à realização de ações preventivas com toda a força de trabalho, especialmente empresas contratadas.

A Celesc acredita na importância de valorizar as pessoas e em promover um ambiente meritocrático, que reconheça os esforços de cada um e ajude a reforçar a ousadia das pessoas para promover mudanças, tomar decisões e inovar.

14. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia e suas subsidiárias possuem a Política de Distribuição de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração, na qual são estabelecidas as práticas de destinação do Lucro Líquido, aprimorando os parâmetros de remuneração de seus acionistas com máximo de transparência, alinhada às melhores práticas de gestão e de relacionamento com o mercado.

15. GOVERNANÇA CORPORATIVA

15.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 membros, dos quais oito são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de dois anos, sendo 6 representantes do acionista majoritário, 3 representantes dos acionistas minoritários, 1 representante dos acionistas preferencialistas e um representante (eleito) pelos empregados.

A seguir, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2020:

Conselho de Administração	
Representante Acionista Majoritário	João Eduardo Noal Berbigier*.
Representante Acionista Majoritário	Cleicio Poleto Martins
Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio Martins de Oliveira Jr.*
Representante Acionista Majoritário	Luiz Alberton*
Representante Acionista Majoritário	Michele Silva Wangham*
Representante Acionista Majoritário	Vanessa Evangelista Rothermel
Representante Acionistas Minoritários	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire*
Representante Acionistas Minoritários	Luiz Otávio Assis Henriques*
Representante Acionistas Minoritários	João Manuel Brito Martins*
Representante Acionistas Preferencialistas	Fabrício Santos Debortoli*
Representante dos Empregados	Leandro Nunes da Silva

* Conselheiros Independentes.

15.2. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por 5membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas.

Comitê de Auditoria Estatutário	
Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio M. de Oliveira Júnior*
Representante Acionista Majoritário	Thiago Sá Fortes Regis*
Representante Acionista Majoritário	Ernesto Fernando Rodrigues Vicente*
Representante Acionistas Minoritários	Antônio Carlos Siegner Laporta*
Representante Acionistas Preferencialistas	Octavio Rene Lebarbenchon Neto*

* Conselheiros Independentes.

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes. É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas. No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2020:

15.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes. É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas. No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2020:

Conselho Fiscal	
Representante do Acionista Majoritário	Luis Felipe Ferreira Suplente: Abel Guilherme da Cunha
Representante do Acionista Majoritário	Márcio Ferreira Suplente: Lisandro José Fendrich
Representante do Acionista Majoritário	Ilana Luiza Ferreira Marujo
Representante dos Acionistas Minoritários	Leandro Carron Rigamontte Suplente: João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Paulo Caio Ferraz de Sampaio Suplente: João Gustavo Specialski

15.4. DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Companhia é formada por 8 diretorias, sendo os diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Distribuição, Diretoria Comercial, Diretoria de Regulação e Gestão de Energia, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios e Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance.

Diretoria Executiva	
Diretor Presidente	Cleicio Poleto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Claudine Furtado Anchite
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Pablo Cupani Carena
Diretor de Distribuição	Sandro Ricardo Levandoski
Diretor Comercial	Sandro Ricardo Levandoski
Diretor de Regulação e Gestão de Energia	Fabio Valentim da Silva
Diretor de Gestão Corporativa	Pablo Cupani Carena
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance	Marcos Penna

16. BALANÇO SOCIAL – CONSOLIDADO

1 - BASE DE CÁLCULO	2020 Valor (mil reais)			2019 Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	8.858.700			8.015.909		
- Resultado Operacional (RO)	681.635			497.123		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	716.019			715.564		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	42.996	6,00	0,49	44.921	6,28	0,56
- Encargos Sociais Compulsórios	109.118	15,24	1,23	130.502	18,24	1,63
- Previdência Privada	26.861	3,75	0,30	164.549	23,00	2,05
- Saúde	71.769	10,02	0,81	65.667	9,18	0,82
- Segurança e saúde no trabalho	3.764	0,53	0,04	8.095	1,13	0,10
- Educação	609	0,09	0,01	676	0,09	0,01
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	2.710	0,38	0,03	7.303	1,02	0,09
- Creches ou Auxílio-creche	1.944	0,27	0,02	2.319	0,32	0,03
- Participação nos Lucros ou Resultados	38.635	5,40	0,44	32.890	4,60	0,41
- Outros	6.050	0,84	0,07	3.323	0,46	0,04
Total - Indicadores Sociais Internos	**304.456**	**42,52**	**3,44**	**460.245**	**64,32**	**5,74**
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	5.947	0,87	0,07	684	0,14	0,01
- Cultura	2.422	0,36	0,03	1.902	0,38	0,02
- Saúde e Saneamento	6	0,00	0,00	297	0,06	0,00
- Esporte	615	0,09	0,01	443	0,09	0,01
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Outros	1.238	0,18	0,01	1.002	0,20	0,01
Total das Contribuições p/ a Sociedade	**10.227**	**1,50**	**0,12**	**4.328**	**0,87**	**0,05**
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	3.703.781	543,37	41,81	3.580.185	720,18	44,66
Total - Indicadores Sociais Externos	**3.714.008**	**544,87**	**41,92**	**3.584.513**	**721,05**	**44,72**
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	22.948	3,37	0,26	60.996	12,27	0,76
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	16.318	2,39	0,18	61.190	12,31	0,76
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**39.266**	**5,76**	**0,44**	**122.186**	**24,58**	**1,52**
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre de 76 a 100 %			(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75 % ( ) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	**2020**			**2019**		
- Nº de empregados(as) ao final do período	3.344			3.404		
- Nº de admissões durante o período	335			414		
- Nº de empregados(as) terceirizados	3.919			2.981		
- Nº de estagiários(as)	187			223		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.152			1.433		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	741			718		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	27,37			29,51		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	74			71		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,36			1,09		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	96			84		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	**2020**			**Metas 2021**		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	39,47			-		
- Número total de acidentes de trabalho	109			-		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[ ] direção	[X] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[ ] direção	[X] direção e gerências	[ ] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[X] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[ ] todos+ Cipa	[X] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[ ] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[ ] não se envolve	[ ] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT	[ ] não se envolve	[ ] segue as normas da OIT	[X] incentiva e segue a OIT
- A previdência privada contempla:	[ ] direção	[ ] direção e gerências	[X] todos os empregados	[ ] direção	[ ] direção e gerências	[X] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[ ] direção	[ ] direção e gerências	[X] todos os empregados	[ ] direção	[ ] direção e gerências	[X] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[ ] não são considerados	[X] são sugeridos	[ ] são exigidos	[ ] não são considerados	[X] são sugeridos	[ ] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[ ] não se envolve	[ ] apoia	[X] organiza e incentiva	[ ] não se envolve	[ ] apoia	[X] organiza e incentiva
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 28.484	no Procon 1.963	na Justiça 5.857	na Empresa 0	no Procon -	na Justiça -
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 0,00%	no Procon 0,00%	na Justiça 0,07%	na Empresa -	no Procon -	na Justiça -
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2020:**	**6.491.621**		**Em 2019:**	**6.404.512**	
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76,77% governo 3,24% terceiros	12,00% colaboradores 6,00% retido	1,99% acionistas	78,25% governo 5,16% terceiros	12,16% colaboradores 3,31 % retido	1,12% acionistas

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 83.878.892/0001-55 **UF**: SC

Setor Econômico: Holding de Capital Aberto

Coordenação: Regina Schlickmann Luciano - Fone: (48) 3231-5520
E-mail: reginasl@celesc.com.br

Contadora: Rogéria Rodrigues Machado - Fone: (48) 3231-6151
E-mail: rogeriarm@celesc.com.br
CRC/ SC - 024.797/O-0

"ESTA EMPRESA NAO UTILIZA MAO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NAO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇAO OU EXPLORAÇAO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NAO ESTA ENVOLVIDA COM CORRUPÇAO"

"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"

17. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

18. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 12 de março de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**NE nº**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019 Reclassificado Nota 4.2**
Circulante		**208.401**	**111.201**	**3.955.299**	**2.358.072**
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	50.421	28.451	1.166.205	566.181
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	1.918.725	1.421.771
Estoques	10		-	12.313	14.696
Tributos a Recuperar	11	25.888	10.905	591.837	68.579
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	-	132.047	71.817	14.352	7.114
Ativo Financeiro (Bonificação de Outorga)	13	-	-	33.674	32.597
Subsídio Decreto nº 7891/2013	-	-	-	47.032	53.236
Outros	12	45	28	171.161	193.898
Não Circulante		**1.925.332**	**1.379.986**	**6.711.955**	**7.140.185**
Realizável a Longo Prazo		**171.651**	**160.819**	**2.623.539**	**3.261.941**
Títulos e Valores Mobiliários	15	137.478	137.478	137.478	137.478
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	29.236	44.683
Tributos Diferidos	17	12.827	-	884.423	1.004.094
Tributos a Recuperar	11	-	-	109.904	1.092.845
Depósitos Judiciais	27	21.346	23.341	291.869	171.054
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	612.637	525.964
Ativo Financeiro (CVA e Bonificação de Outorga)	13	-	-	554.774	270.791
Adiantamento Futuro Aumento Capital	-	-	-	-	10.000
Outros	12	-	-	3.218	5.032
Investimentos	18	**1.748.723**	**1.213.703**	**268.933**	**246.572**
Imobilizado	19	**14**	**18**	**201.427**	**174.796**
Intangível	20	**4.944**	**5.446**	**3.618.056**	**3.456.876**
Total do Ativo	-	**2.133.733**	**1.491.187**	**10.667.254**	**9.498.257**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**NE nº**	**2020**	**2019 Reclassificado Nota 4.2**	**2020**	**2019 Reclassificado Noa 4.2**
Circulante		**144.163**	**79.525**	**3.522.162**	**2.427.690**
Fornecedores	21	72	1.028	1.224.547	996.725
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	-	-	860.552	377.317
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	-	-	5.349	6.306
Debêntures	23	-	-	102.592	105.133
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	879	632	211.656	212.148
Tributos a Recolher	25	18.795	9.855	370.858	209.296
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Propostos	29	123.621	67.683	123.621	67.683
Taxas Regulamentares	26	-	-	177.921	166.014
Passivo Atuarial	28	-	-	197.901	176.528
Passivo Financeiro (CVA)	13	-	-	142.491	25.142
Outros	-	796	327	104.674	85.398
Não Circulante	-	**4.928**	**4.538**	**5.160.450**	**5.663.443**
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	-	-	83.870	435.718
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	-	-	705.173	468.290
Debêntures	23	-	-	203.916	268.812
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	-	-	60.264	48.186
Tributos Diferidos	17	-	-	24.469	19.596
Taxas Regulamentares	26	-	-	183.078	189.425
Provisão p/ Contingências	27	4.928	4.538	492.793	506.230
Passivo Atuarial	28	-	-	2.319.432	2.661.948
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	15	-	-	1.087.455	1.065.238
Patrimônio Líquido		**1.984.642**	**1.407.124**	**1.984.642**	**1.407.124**
Capital Social	29	1.340.000	1.340.000	1.340.000	1.340.000
Reservas de Capital	-	316	316	316	316
Reservas de Lucros	29	1.911.470	1.521.681	1.911.470	1.521.681
Ajuste de Avaliação Patrimonial	29	(1.267.144)	(1.454.873)	(1.267.144)	(1.454.873)
Total do Passivo		**2.133.733**	**1.491.187**	**10.667.254**	**9.498.257**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**NE nº**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita Operacional Líquida – ROL	31	-	-	**8.858.700**	**8.015.909**
Receita das Vendas e Serviços	-	-	-	7.390.246	7.651.060
Receita de Construção – CPC 47	-	-	-	592.475	541.905
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro (CVA)	-	-	-	869.317	(181.623)
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	-	-	6.662	4.567
Custos de Vendas /Serviços Prestados	31	-	-	**(7.654.978)**	**(7.023.003)**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	-	(6.318.469)	(5.735.756)
Custo dos Produtos Vendidos	-	-	-	(12.622)	(14.245)
Custo dos Serviços Prestados	-	-	-	(731.412)	(731.097)
Custo de Construção – CPC 47	-	-	-	(592.475)	(541.905)
Lucro Bruto	-	-	-	**1.203.722**	**992.906**
Despesas Operacionais	-	**515.334**	**288.206**	**(522.087)**	**(495.783)**
Vendas	31	-	-	(147.010)	(220.561)
Gerais e Administrativas	31	(19.632)	(23.348)	(413.143)	(390.648)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	31	(2.525)	(33)	(18.517)	71.826
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	537.491	311.587	56.583	43.600
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	-	**515.334**	**288.206**	**681.635**	**497.123**
Resultado Financeiro	31	**(5.832)**	**(4.631)**	**43.080**	**(76.143)**
Receitas Financeiras	-	(5.751)	(4.557)	231.087	232.190
Despesas Financeiras	-	(81)	(74)	(188.007)	(308.333)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	-	**509.502**	**283.575**	**724.715**	**420.980**
IRPJ e CSLL	-	**9.183**	**-**	**(206.030)**	**(137.405)**
Corrente	-	(3.644)	-	(178.486)	(104.193)
Diferido	-	12.827	-	(27.544)	(33.212)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	**518.685**	**283.575**	**518.685**	**283.575**
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R$ por ação)					
Lucro Básico por Ação	29				
Ações Ordinárias Nominativas	-	12,6892	6,9374		
Ações Preferenciais Nominativas	-	13,9581	7,6312		
Lucro Diluído por Ação	29				
Ações Ordinárias Nominativas	-	12,6892	6,9374		
Ações Preferenciais Nominativas	-	13,9581	7,6312		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro Líquido do Exercício	**518.685**	**283.575**	**518.685**	**283.575**
Outros Resultados Abrangentes	**188.293**	**(612.094)**	**188.293**	**(612.094)**
Remensuração de Obrig. de Planos de Benefício Definido, Líq. Tributos	188.293	(612.094)	188.293	(612.094)
Resultado Abrangente do Exercício	**706.978**	**(328.519)**	**706.978**	**(328.519)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora / Consolidado

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Disposição AGO	Ajuste Aval. Patrimonial Custo Atribuído	Ajuste Aval. Patrimonial Passivo Atuarial	Lucro Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.340.000**	**316**	**156.195**	**1.146.571**	**-**	**15.706**	**(857.932)**	**-**	**1.800.856**
Transações de Capital com Sócios									
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	54	-	-	-	-	54
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(19.689)	(19.689)
JCP	-	-	-	-	-	-	-	(51.837)	(51.837)
Resultado Abrangente Total									
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	283.575	283.575
Distribuição Adicional de Lucro									
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(553)	-	553	-
Ajuste Adoção CPC 47 – ECTE	-	-	-	6.259	-	-	-	-	6.259
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(612.094)	-	(612.094)
Mutações Internas do PL									
Constituição de Reservas	-	-	14.179	198.423	-	-	-	(212.602)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.340.000**	**316**	**170.374**	**1.351.307**	**-**	**15.153**	**(1.470.026)**	**-**	**1.407.124**
Transações de Capital com Sócios									
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(52.042)	(52.042)
JCP	-	-	-	-	-	-	-	(77.418)	(77.418)
Resultado Abrangente Total									
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	518.685	518.685
Distribuição Adicional de Lucro									
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(564)	-	564	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	188.293	-	188.293
Mutações Internas do PL									
Constituição de Reservas	-	-	25.934	363.855	-	-	-	(389.789)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.340.000**	**316**	**196.308**	**1.715.162**	**-**	**14.589**	**(1.281.733)**	**-**	**1.984.642**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	**NE nº**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-	**509.502**	**283.575**	**724.715**	**420.980**
Ajustes p/ Conciliar Resultado do Ex. c/ Recursos Provenientes de Ativ. Op.	-	**(535.126)**	**(311.703)**	**370.140**	**334.650**
Depreciação e Amortização	-	1.975	1.990	240.924	227.696
Perda com Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	-	46.720	51.644
Resultado da Equivalência Patrimonial	18	(537.491)	(311.587)	(56.583)	(43.600)
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	-	-	(6.662)	(4.567)
Perda com Baixa de Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	-	-	164	239
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de *Impairment*	-	-	-	(1.403)	(11.711)
Juros e Variações Monetárias Líquidas	-	-	(19)	172.708	206.608
Constituição (Reversão) Provisão p/ Contingências Passivas	-	390	(2.087)	(13.437)	(133.343)
Despesas Atuariais	-	-	-	55.263	54.585
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa – PECLD	-	-	-	(21.984)	17.603
Atualização Monetária Bonificação Outorga	-	-	-	(45.570)	(30.504)
Aumento (Redução) nos Ativos	-	**(13.005)**	**(12.468)**	**(654.665)**	**866.349**
Contas a Receber	-	-	-	(438.393)	147.456
Tributos a Recuperar	-	(14.983)	(8.980)	459.683	(1.077.068)
Depósitos Judiciais	-	1.995	(3.663)	(120.815)	(704)
Estoques	-	-	-	2.383	(6.060)
Ativo Financeiro (CVA e Bonificação de Outorga)	-	-	-	(576.660)	361.699
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	-	6.204	1.457.767
Adiantamento Futuro Aumento Capital	-	-	-	10.000	(10.000)
Outras Contas	-	(17)	175	2.933	(6.741)
Aumento (Redução) nos Passivos	-	**(245)**	**5.471**	**730.179**	**(1.279.125)**
Fornecedores	-	(956)	(64)	227.822	(10.129)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-	194	(64)	11.586	4.843
Tributos a Recolher	-	(5)	5.591	149.654	(27.075)
Passivo Financeiro (CVA)	-	-	-	454.519	(75.164)
Taxas Regulamentares	-	-	-	(1.553)	(2.050.985)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	-	-	-	1.056.928
Passivo Atuarial	-	-	-	(131.125)	(184.792)
Outras Contas		522	8	19.276	7.249
Caixa Gerado pelas Atividades Operações	-	**(38.874)**	**(35.125)**	**1.170.369**	**342.854**
Juros Pagos	23	-	-	(84.199)	(114.331)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(971)	-	(172.850)	(95.897)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-	**(39.845)**	**(35.125)**	**913.320**	**132.626**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	-	(552.758)	(476.474)
Aumento de Capital em Coligadas	-	-	-	(9.875)	(1.476)
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Recebidos	-	129.065	83.325	35.878	24.933
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	-	**129.065**	**83.325**	**(526.755)**	**(453.017)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	(423.307)	(167.383)
Adições nos Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	770.318	518.897
Ingressos de Debêntures	23	-	-	35.659	-
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(101.961)	(126.490)
Pagamento de Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	29	(67.250)	(36.512)	(67.250)	(36.512)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	-	**(67.250)**	**(36.512)**	**213.459**	**188.512**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equiv. de Caixa	-	**21.970**	**11.688**	**600.024**	**(131.879)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-	**28.451**	**16.763**	**566.181**	**698.060**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	-	**50.421**	**28.451**	**1.166.205**	**566.181**
Variação no Caixa e Equivalente de Caixa	-	**21.970**	**11.688**	**600.024**	**(131.879)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas	-	-	**13.804.244**	**12.978.766**
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	-	-	13.030.064	12.336.531
Receita de Construção – CPC 47	-	-	592.475	541.905
Outras Receitas	-	-	159.721	130.747
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	-	-	21.984	(30.417)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(5.727)**	**(3.023)**	**(7.359.369)**	**(6.622.348)**
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	-	-	(6.438.975)	(5.862.442)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(5.727)	(3.023)	(329.322)	(229.712)
Custo de Construção – CPC 47	-	-	(592.475)	(541.905)
Perdas/Recuperação de Ativos	-	-	1.403	11.711
Valor Adicionado Bruto	**(5.727)**	**(3.023)**	**6.444.875**	**6.356.418**
Depreciação, Amortização	(1.975)	(1.990)	(240.924)	(227.696)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**(7.702)**	**(5.013)**	**6.203.951**	**6.128.722**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**531.740**	**307.030**	**287.670**	**275.790**
Resultado de Equivalência Patrimonial	537.491	311.587	56.583	43.600
Receitas Financeiras	(5.751)	(4.557)	231.087	232.190
Valor Adicionado Total a Distribuir	**524.038**	**302.017**	**6.491.621**	**6.404.512**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	**(13.788)**	**(17.469)**	**(778.929)**	**(778.919)**
Remuneração Direta	(12.354)	(16.371)	(656.918)	(657.686)
Benefícios	(766)	(306)	(95.274)	(94.648)
FGTS	(668)	(792)	(26.737)	(26.585)
Impostos, Taxas e Contribuições	**8.782**	**(598)**	**(4.983.893)**	**(5.011.419)**
Federais	8.977	(302)	(2.704.944)	(2.704.479)
Estaduais	(13)	(6)	(2.271.613)	(2.300.231)
Municipais	(182)	(290)	(7.336)	(6.709)
Remuneração de Capital de Terceiros	**(347)**	**(375)**	**(210.114)**	**(330.599)**
Juros	(81)	(74)	(6.812)	(13.387)
Aluguéis	(266)	(301)	(22.107)	(22.266)
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	(14.105)	(61.331)
Outras Despesas Financeiras	-	-	(167.090)	(233.615)
Remuneração de Capitais Próprios	**(129.460)**	**(71.526)**	**(129.460)**	**(71.526)**
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(77.418)	(51.837)	(77.418)	(51.837)
Dividendos	(52.042)	(19.689)	(52.042)	(19.689)
Lucro Retido do Exercício	**(389.225)**	**(212.049)**	**(389.225)**	**(212.049)**
Valor Adicionado Distribuído	**(524.038)**	**(302.017)**	**(6.491.621)**	**(6.404.512)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a "Companhia" e em conjunto com suas controladas o "Grupo"), é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado é de R$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto, Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

1.1. PANDEMIA DO CORONAVÍRUS – COVID-19

A infecção humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19) gerou fortes impactos na sociedade brasileira e mundial e, por isso, foram adotadas severas medidas – tanto pelo Governo Federal quanto pelos órgãos de saúde e órgãos ministeriais – para fins de evitar a disseminação rápida do vírus.

Em 6 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do COVID-19, responsável pelo surto de 2019. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS classificou o COVID-19 como pandemia.

Em 16 de março de 2020, o Governo do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto nº 507, que versou sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo COVID-19 nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências. Neste mesmo dia, a Celesc publicou a Resolução PRE/DGC nº 037/2020 com as medidas necessárias de combate ao contágio no âmbito da Celesc.

O Governo do Estado de Santa Catarina, atento aos efeitos da pandemia, publicou, em 17 de março de 2020, o Decreto Estadual nº 515, declarando a situação de emergência em todo o território catarinense, com o intuito de realizar a restrição drástica da circulação de pessoas.

No dia 18 de março de 2020, o Ministro de Estado de Minas e Energia publicou a Portaria nº 117/GM e instituiu o Comitê Setorial de Crise. Em seu Anexo II, inciso III, foi determinado que as empresas de economia mista e estatais vinculadas deveriam apresentar plano de ação ao Ministério, abrangendo as suas respectivas atividades, com vistas à manutenção da prestação dos serviços.

Em 18 de março de 2020, a Celesc criou então o Comitê de Crise COVID-19 com foco principal no acompanhamento diário do fluxo de caixa e de ações mitigatórias que estavam sendo discutidas no âmbito da ANEEL e ABRADEE.

Foi publicado, em 20 de março de 2020, o Decreto Legislativo Federal nº 6, que reconheceu, exclusivamente, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101/2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Na mesma data, foi também publicado o Decreto nº 10.282, que regulamentou a já citada Lei Federal nº 13.979/2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Em 23 de março de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 525, que dispôs sobre as novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do COVID-19.

A diretoria da ANEEL, no dia 24 de março de 2020, em reunião pública extraordinária, elencou um conjunto de medidas, por meio da Resolução Normativa nº 878, com vistas à preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia do COVID-19.

No dia 2 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 49, em desdobramento ao Comitê de Crise criado em 18 de março de 2020, foi criado o Comitê COVID-19 para identificar os riscos assumidos no planejamento orçamentário e estratégico da Companhia para o ano corrente e aqueles provenientes da crise da pandemia.

Em 3 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 50, foi criado o comitê para discutir o plano de contingência para retorno escalonado dos empregados nos postos presenciais e de acordo com orientações da Secretaria de Saúde do Estado de SC, considerando a COVID-19.

Em 8 de abril de 2020, por meio da Deliberação nº 062/2020, a Celesc criou o comitê específico para análise dos pedidos de parcelamento do Grupo A.

Em 24 de abril de 2020, foi publicada a Lei Estadual nº 17.933/2020, que veda o corte dos serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás, até 31 de dezembro de 2020, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências, ante a emergência sanitária provocada pela pandemia do COVID-19.

Em 12 de maio de 2020, a Celesc D propôs, perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, mandado de segurança questionando a constitucionalidade da referida norma estadual, haja vista que tratou de regular matéria afeta à União. Requereu, liminarmente, a suspensão da aplicação da Lei Estadual nº 17.933/2020 até o julgamento final da demanda, pedido deferido pelo Desembargador Relator em 13 de maio de 2020. Atualmente, o processo encontra-se concluso ao Relator para julgamento.

Expostas as regulamentações que abarcaram as disposições legais pertinentes ao tema "coronavírus" e seus efeitos, a Celesc vem acompanhando as ações que estão sendo discutidas no âmbito da Ministério de Minas e Energia, ANEEL e ABRADEE, assim como implantando medidas de combate ao impactos que o COVID-19 pode provocar em seu Resultado Econômico e Financeiro.

1.1.1. Ações no setor elétrico

O setor elétrico está envolvido em discussões nas diferentes esferas para a minimização dos impactos da pandemia. A Diretoria de Regulação e Gestão de Energia – DRG coordena as discussões com diferentes *players*, junto às associações e aos demais departamentos, buscando, assim, soluções para manutenção das atividades essenciais da Companhia.

1.1.1.1. Ministério de Minas e Energia – MME

O Poder Executivo, no dia 8 de abril de 2020, editou a Medida Provisória nº 950, que estabeleceu importantes medidas de enfrentamento dos impactos da pandemia da Covid-19 no setor elétrico.

O Governo solucionou duas questões urgentes vislumbradas pelos Ministérios envolvidos: a perda da capacidade de pagamento dos consumidores de baixa renda, beneficiários da tarifa social, e um alívio parcial na capacidade financeira das distribuidoras de energia elétrica, diante do aumento da inadimplência e da redução do consumo de energia.

A Medida Provisória isentou os consumidores beneficiários da tarifa social do pagamento pelo consumo de até 220 kWh/mês, por 3 meses. Para tanto, foi previsto aporte de R$900 milhões na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, o que oi viabilizado por meio da criação de crédito extraordinário, matéria da Medida Provisória nº 949, também assinada em mesma data.

O Governo estabeleceu as condições para viabilizar operação de crédito, com vistas a prover um alívio financeiro às distribuidoras, diante da diminuição repentina do mercado. A medida possibilitou que as distribuidoras continuassem honrando seus compromissos com os demais agentes setoriais, preservando a sustentabilidade do setor elétrico. Adicionalmente, amenizou a pressão tarifária sobre os consumidores, em 2020, decorrente de custos extraordinários inseridos no contexto da pandemia do Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.350, que dispõe sobre a criação da conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Também regulamentou a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.

1.1.1.2. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

No dia 21 de julho de 2020, foi aprovada a Resolução Normativa nº 891/2020, decorrente do resultado da CP 38/2020. De acordo com as novas regras, diversas atividades deveriam ser retomadas pelas distribuidoras a partir de 1º de agosto de 2020, como: o atendimento presencial ao público, a entrega da fatura impressa e o cumprimento de prazos e indicadores anteriormente exigidos. Entretanto, eventuais restrições deveriam ser discutidas com a autoridade de saúde local, que têm competência legal para avaliar a viabilidade da execução dos serviços no contexto de restrições frente à pandemia.

A ANEEL decidiu, também, manter a proibição de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como Baixa Renda, enquanto durar o estado de emergência da pandemia. Conforme o Decreto Legislativo nº 06/2020, esse prazo atualmente permanece até o final de 2020. A partir de 1º de agosto de 2020, contudo, voltou a ser permitida a possibilidade de cortes

de energia por falta de pagamento para consumidores residenciais, bem como as relacionadas ao fornecimento de energia aos serviços e às atividades consideradas essenciais, desde que os consumidores sejam reavisados.

Permaneceu a proibição de corte para alguns grupos de consumidores enquanto durasse o estado de emergência da pandemia: consumidores de baixa renda, unidades onde resida a pessoa que dependa de equipamentos elétricos essenciais à preservação da vida, unidades que deixaram de receber a fatura impressa sem autorização do consumidor, aqueles em locais sem postos de arrecadação em funcionamento ou nos quais a circulação de pessoas seja restringida por ato do poder público. Além disso, de acordo com a Lei Federal nº 14.015, de 15 de junho de 2020, ficou proibido efetuar cortes por falta de pagamento às sextas, aos sábados, aos domingos, em feriados e nos dias que antecedem os feriados. Também deveriam voltar a ser cumpridos os requisitos e os prazos de prestação de serviços exigidos anteriormente. Nesses casos, foram previstos os seguintes prazos para regularização de atividades das distribuidoras: até 31 de agosto de 2020, os serviços solicitados pelo consumidor e ainda não atendidos, inclusive o ressarcimento por danos em equipamentos e, até 31 de outubro de 2020, os pagamentos de compensação pela violação dos indicadores de continuidade, com atualização monetária calculada com base no IGP-M.

Ressalta-se, ainda, que permanecia a proibição de cancelamento da tarifa social de energia elétrica. Seu reinício será realizado de acordo com as disposições do Ministério da Cidadania.

Além disso, desde o dia 24 de março de 2020, as reuniões públicas da diretoria estão sendo realizadas virtualmente com transmissão ao vivo e preservação de todos os ritos, permanecendo dessa forma até o momento.

O Órgão Regulador autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a repassar para as distribuidoras e para parte dos agentes do mercado livre os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. A ação visou reforçar a liquidez do setor elétrico em meio ao cenário de pandemia e antecipará R$2,0 bilhões reservados para alívio futuro de encargos para as distribuidoras do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e para 7.166 agentes do Ambiente de Contratação Livre – ACL. Destaca-se o valor de R$71,4 milhões recebido pela Celesc D, no dia 8 de abril de 2020 na primeira tranche, o valor de R$7,2 milhões recebido na segunda tranche, em 14 de maio de 2020, e de R$1,9 milhões na terceira e última tranche, em 1º de julho de 2020.

Além disso, a ANEEL instituiu, no dia 8 de abril 2020, o Gabinete de Monitoramento da Situação Elétrica – GMSE. A ação se somou a outras que a Agência anunciou anteriormente, visando o enfrentamento do cenário da pandemia. O Gabinete foi criado com o objetivo de identificar efeitos da pandemia no mercado de energia elétrica, monitorar a situação econômico-financeira e de demanda e oferta de energia, bem como coordenar estudos de propostas que visem à preservação do equilíbrio nas relações entre agentes do setor. O GMSE é coordenado pela diretoria colegiada da ANEEL e tem em sua composição assessores técnicos da diretoria. Destaca-se a Nota Técnica nº 001/2020, emitida pelo Gabinete, com considerações iniciais dos efeitos da pandemia.

Com base do Decreto nº 10.350/2020, a ANEEL realizou o primeiro cálculo de necessidades da Conta COVID, tendo divulgado a primeira versão dos valores em 25 de maio de 2020 na Nota Técnica nº 77/2020–SGT/SFF/SRM/SRD/GMSE/ANEEL, que tem como assunto principal a proposta de ato normativo para regulamentar o Decreto nº 10.350/2020. Após a divulgação da Nota Técnica, a ANEEL abriu consulta pública para possível contribuições.

A ANEEL aprovou, no dia 23 de junho de 2020, em reunião pública de diretoria, a regulamentação da Conta COVID, emitindo a Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, que regulamenta a Conta COVID. A norma define ainda critérios e procedimentos para a gestão da Conta COVID, estabelecendo limites de captação de recursos por distribuidoras, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses.

A Celesc D aderiu ao Termo de Aceitação da Resolução Normativa nº 885/2020, referente ao Decreto nº 10.320/2020 (“Conta COVID”) da ANEEL. O valor total requerido foi de R$583,2 milhões, referente aos valores estipulados pela ANEEL. Esse montante representa 100% do valor máximo da operação estabelecido para a Companhia.

A ANEEL aprovou, no dia 21 de julho de 2020, por meio do Despacho nº 2086/2020, os Contratos de Operação de Crédito da Conta COVID. Esses contratos serão firmados entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e 16 instituições financeiras, conforme previsto no Decreto nº 10.350/2020 e na Resolução Normativa nº 885/2020. A decisão da ANEEL detalha os aspectos técnicos e jurídicos dos contratos amplamente discutidos e aprimorados em diálogo intenso entre a ANEEL, a CCEE e as instituições financeiras. Durante a discussão, foram estabelecidas as garantias, o valor bruto da linha de crédito aberta, a remuneração, forma de cálculo, aplicação de juros e multa de mora, período de carência, prazo de amortização, destinação dos recursos e os documentos necessários da operação.

Em 31 de julho de 2020, a Celesc foi creditada com os recursos oriundos da Conta COVID em seu valor integral. O lastro para o recebimento do valor foram itens contabilizados de ativos regulatórios na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens de Parcela A – CVA.Com a antecipação do recebimento desses valores de forma à vista, que seriam recebidos pelo consumidor durante o ciclo tarifário (12 meses), já foi realizada no processo tarifário de 2020 a inserção de componente financeiro negativo com efeito em 12 (doze) meses.

Quanto aos consumidores, a medida permitiu uma postergação desse efeito que seria percebido em um único ciclo para até cinco ciclos tarifários, iniciando em agosto de 2021.

Destaca-se que a AP 35/2020 está em sua segunda fase, na qual analisa informações adicionais para aprimorar a proposta de Resolução Normativa que regulamenta o art. 6º do Decreto nº 10.350/2020, o qual dispõe sobre os impactos da pandemia de COVID-19 no equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão e permissão de distribuição de energia elétrica.

A segunda fase da Consulta Pública nº 35/2020, na modalidade Intercâmbio Documental, teve duração de 45 (quarenta e cinco) dias, no período de 19 de agosto a 5 de outubro de 2020.

A Distribuidora fez manifestação individual e também via ABRADEE, além da participação de reuniões com as áreas técnicas e com a Diretora relatora.

1.1.1.3. Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE

A ABRADEE, diante dos primeiros atos legais relativos à pandemia, ainda no mês de março de 2020, enviou expediente aos agentes setoriais, abordando os possíveis impactos na atividade de distribuição e em toda a cadeia do setor elétrico.

Reforçou que, por estar na ponta da cadeia da indústria da energia elétrica, a distribuição de energia representa o elo com os consumidores e tem recebido solicitações de diversos segmentos da sociedade afetados pela crise.

Entretanto, lembrou, que nessa engrenagem que faz a energia elétrica chegar até as unidades consumidoras, há diversos agentes envolvidos, ressaltando que mais de 80% do valor da conta de luz corresponde a custos que não são das distribuidoras de energia, como impostos e encargos do setor, transferidos aos governos e outros agentes, bem como custos de compra e de transmissão de energia, que são repassados aos geradores e transmissores.

Em suma, demonstrou que a distribuidora é a grande coletora e repassadora das receitas aos demais integrantes da cadeia produtiva de energia elétrica e dos tributos destinados ao governo.

Ainda, por sua participação minoritária no total dessa receita auferida com o fornecimento de energia elétrica, cabe destacar que a distribuidora, isoladamente, não tem condições financeiras e econômicas de suportar os impactos extraordinários que essa crise trouxe ao planeta.

Do ponto de vista interno, a Associação discutiu, em seu Conselho Diretor, várias possibilidades, abrindo duas vertentes de trabalho: a primeira, abordando uma solução imediata com os entes setoriais ao caixa da distribuidora e a segunda, criando dois grupos temáticos, dos quais a Celesc D participa, por meio da coordenação de sua área regulatória:

G1: Rateio da inadimplência intrassetorial (formulação de posicionamento da ABRADEE sobre as notificações emitidas pelas associadas);
G2: Formulação da nova Conta ACR e do Ativo Regulatório da Parcela B.

A Celesc D participa, por meio da coordenação de sua área regulatória, dos dois grupos e, nesse momento, ambos os ambientes temáticos, junto às consultorias contratadas, definem novas estratégias alinhadas ao Conselho Diretor para reduzir o impacto no ambiente de distribuição de energia.

1.1.2. Ações na Companhia

1.1.2.1. Proteção ao Caixa da Celesc D

Para manter a higidez do fluxo de caixa de curto prazo e minimizar os impactos do cenário turbulento do mercado financeiro e mundial, algumas empresas estão se utilizando de recursos de linhas de crédito compromissadas.

Nesse sentido, apesar de a Celesc D não deter esse tipo de contrato, ela dispõe do cartão de crédito, para a realização de alguns tipos de transações, como pagamento de boletos.

Adicionalmente ao uso de linhas especiais de crédito, a Celesc D adotou as seguintes medidas de proteção ao caixa:

a) aprovação, pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária dia 25 de março de 2020, do encaminhamento de Proposta da Administração à AGOE com postergação do pagamento da 1a parcela de JCP e dos Dividendos da Celesc, Celesc D e Celesc G, para pagamento no dia 28 de dezembro de 2020. Os itens foram aprovados na Proposta da Administração encaminhada à AGOE realizada em 28 de abril de 2020;

b) aprovação, pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária no dia 27 de março de 2020, de contingenciamento de Materiais, Serviços e Outros (MSO) em 26% e de Investimentos em 42%, sendo a decisão revista na reunião do dia 18 de junho de

2020, que liberou R$24,0 milhões para gastos em MSO e manteve 19,2% bloqueado, além da liberação para realização do Capex BID, conforme orçamento aprovado para 2020, e R$40,0 milhões de Capex próprio, restando ainda contingenciado 54% dessa rubrica. E novamente, na reunião do dia 16 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a liberação de mais R$25 milhões de MSO, permanecendo assim contingenciado o valor de R$41,1 milhões, o que representa 11% do orçamento original;

c) aprovação, pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária dia 27 de março de 2020, do lançamento de novo edital de Chamada Pública para captação de recursos para a Celesc D;

d) diferimento do prazo de recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal (Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020);

e) diferimento do prazo de recolhimento do FGTS (Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020);

f) ajustes da Contribuições Sistema "S" (Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020);

g) início da compensação dos créditos referentes à ação judicial, transitada em julgado, da Celesc D sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujos valores já foram utilizados na declaração de compensação no mês de março de 2020;

h) aprovação, por meio da Deliberação nº 050/2020, de 8 de abril de 2020, da alteração das datas do calendário de pagamentos de fornecedores, previsto no item 5.2.2 da IN 212.0002 – Procedimentos de Contas a Pagar, exclusivamente para os meses de abril e maio do exercício de 2020, estabelecendo-se, ainda, que os pagamentos passarão a ser realizados somente no dia 28 de cada mês, ou no dia útil imediatamente subsequente, enquanto vigorar a referida alteração, sendo extensivo às subsidiárias integrais;

i) aprovação, por meio da Deliberação nº 051/2020, de 8 de abril de 2020, da postergação do pagamento da segunda parcela da PLR 2019 dos empregados e dos Diretores para 10 de julho de 2020;

j) aprovação, por meio da Deliberação nº 062/2020, de 8 de abril de 2020, de novas regras de parcelamento, limitando-o a 6 parcelas com 33% de entrada, sendo que antes era possível parcelar em até 24 vezes;

k) aprovação, em reunião do Conselho de Administração de 23 de abril de 2020, de um Plano de Demissão Incentivado Emergencial para empregados com mais de 33 anos de empresa, além da aprovação da continuidade da realização de saídas do Plano de Demissão Incentivado de 2019 para empregados com mais de 24 anos de empresa;

l) aprovação, em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 30 de abril de 2020, da postergação das parcelas a vencer no período de maio a dezembro de 2020 do contrato de Reserva Matemática junto à Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. As parcelas do período serão recalculadas em janeiro de 2021 e diluídas nas parcelas restantes, mantendo o vencimento do contrato em dezembro de 2024;

m) realização de captação por meio de Nota Promissória, no valor total de R$489 milhões, com custos de CDI + 4,5% e prazo de 12 meses. A referida captação entrou no caixa da Celesc no dia 29 de maio de 2020 e será liquidada em 12 meses no formato *bullet*;

n) o Despacho ANEEL nº 2.086, de 21 de julho de 2020, aprovou os contratos de operação de crédito da Conta-Covid, regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de dia 23 de junho de 2020. No dia 31 de julho de 2020, a Celesc D recebeu da CCEE o valor de R$583,2 milhões referente ao requerimento efetuado.

1.1.2.2. Proteção ao Caixa da Celesc G

Do ponto de vista orçamentário, a Celesc G revisou suas ações de investimento, postergando projetos de menor prioridade.

Além disso, durante o primeiro trimestre do ano, a Celesc G trabalhava na realização de uma nova emissão de Debêntures, no montante de R$37 milhões, visando a implantação do projeto de ampliação da Usina Celso Ramos, cujas obras foram iniciadas em julho de 2019. Contudo, com o impacto da pandemia na economia, a forte instabilidade macroeconômica afetou sobremaneira o mercado de capitais e culminou com a descontinuidade dessa operação. Devido aos Decretos Federais e Estaduais, a Celesc G suspendeu as obras da referida ampliação no final de março de 2020, estabelecendo seu reinício para o final de abril de 2020, após a liberação das atividades principais e correlatas pelos órgãos oficiais.

Com o reaquecimento da economia e com as melhores condições para captação de recursos, a Empresa retornou ao mercado no último trimestre do ano, realizando nova chamada pública para emissão das Debêntures de Infraestrutura, processo este que foi concluído em dezembro. Assim, conforme Comunicado ao Mercado publicado pela Celesc em 23 de dezembro de 2020, fora concluída a 3ª Emissão de Debêntures da Celesc G, no montante de R$37 milhões, para o financiamento da ampliação da PCH Celso Ramos.

1.1.2.3. Enfrentamento da Pandemia

A Celesc formou um Comitê de Crise, em resposta à situação de pandemia e suas possíveis implicações para sua operação, considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que decretou a situação de emergência no território catarinense.

O Comitê é responsável pelo encaminhamento de medidas e ações pertinentes ao contexto atual, conforme comunicado ao mercado divulgado em 17 de março de 2020: Covid-19 – Esclarecimentos e Medidas Adotadas.

Dessa forma, a Companhia divulgou resolução com medidas de caráter preventivo, quais sejam:

a) suspensão do atendimento presencial, desde o dia 18 de março de 2020, devendo as lojas permanecer fechadas com o efetivo de atendentes realizando serviços de atendimento telefônico via transbordo e *backoffice*;

b) disponibilização de álcool gel e máscaras nos pontos de atendimento a clientes;

c) suspensão de viagens interestaduais e internacionais a trabalho;

d) obrigação aos empregados que retornarem de viagens ao exterior de não comparecer ao local de trabalho nos 7 dias após sua chegada e, após o prazo, a obrigação de entrar em contato com a equipe médica da Celesc para avaliação;

e) obrigação aos empregados que apresentarem sintomas de contaminação pelo Covid-19 (sintomáticos) para afastamento do trabalho pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica;

f) possibilidade e trabalho remoto aos empregados com 60 anos ou mais, que sejam portadores de doenças respiratórias crônicas, que morem com idosos com doenças crônicas ou com pessoas que estiveram no exterior nos últimos sete dias, gestantes, lactantes e que possuam filho em idade escolar, cujas aulas tenham sido suspensas e não possuem outro responsável para seu cuidado ou necessitam revezar nessa atividade, bem como a possibilidade para os demais empregados da administração, pela gerência, da implantação do sistema de rodízio de *home office*, devendo ser mantidos os serviços essenciais necessários;

g) orientação a todos os gestores de contratos para que as empresas contratadas sejam notificadas sobre a responsabilidade na adoção de todas as medidas necessárias no controle da disseminação do vírus em atendimento ao Decreto Estadual nº 507/2020;

h) em desdobramento das primeiras medidas de distanciamento social, a Celesc criou, em 3 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 50, Comitê para discutir o plano de contingência para retorno escalonado dos empregados aos postos presenciais, e de acordo com orientações da Secretaria de Saúde do Estado de SC, considerando a COVID-19. Até o presente momento, a Celesc permanece mantendo parte de seus empregados em *home office*, com retorno gradual das atividades administrativas e de suporte, porém, com prioridade de *home office* até abril de 2021.

Importante destacar que as atividades técnicas e comerciais de atendimento ao consumidor já retornaram à normalidade, com todas as medidas protocolares exigidas para a mitigação de possíveis contágios. As lojas de atendimento presenciais retomaram suas atividades em 3 de agosto de 2020.

Por fim, o Comitê de Crise, alinhado com as ações das autoridades de saúde do Estado de Santa Catarina, mantém as avaliações dos possíveis impactos na operação da Companhia, adotando imediatamente as medidas mitigadoras cabíveis para a estabilidade dos negócios.

1.2. PASSAGEM DO CICLONE BOMBA

De acordo com o Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina – CIRAM, entre os dias 30 de junho e 1º de julho de 2020, ventos com velocidade superior a 100 km/h foram registrados em diversas regiões do Estado. O fenômeno climático teve destaque pela ampla área atingida, pela duração prolongada em algumas regiões e pela quebra de recorde de intensidade dos ventos, que no município de Siderópolis teve registro de 168,8 km/h.

Por meio do Decreto Estadual nº 700, de 2 de julho de 2020, foi decretado estado de calamidade pública nas áreas dos municípios afetados pelo evento classificado como Ciclone Bomba.

O rastro de destruição deixado pelo fenômeno "varreu" Santa Catarina e foi considerado o pior desastre com ventos da história do Estado, superando os estragos deixados pelo Furacão Catarina, em 2004, e pelo Tornado Xanxerê, em 2015, segundo Nota Meteorológica da Defesa Civil, causando os maiores danos já registrados no sistema elétrico de distribuição, afetando, inclusive, os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

O ciclone trouxe grandes prejuízos à população, afetando, sobretudo, o fornecimento de energia elétrica em toda Santa Catarina, deixando mais de 1,5 milhões de unidades consumidoras às escuras. Árvores, postes e placas caíram sobre a rede de distribuição e

vias de acesso, provocando problemas graves na recomposição do sistema, tendo como agravante o rompimento do cabo de fibra ótica, que atingiu o sistema de telecomunicação da Companhia e de outras distribuidoras que atendem o Sul do país.

Com o trabalho de 300 equipes e aproximadamente 1.300 profissionais, em 24 horas, mais de 1 milhão de unidades consumidoras tiveram a situação restabelecida. A continuidade ininterrupta dos trabalhos permitiu a recomposição da situação de 93,54% do sistema elétrico após 48 horas da passagem do fenômeno, sendo que, após 120 horas, esse índice já alcançava 99% das unidades consumidoras.

A total recomposição do sistema elétrico ocorreu após 20 dias de trabalho, pois os locais que restavam sem atendimento, após os primeiros 5 dias do evento, apresentavam extrema dificuldade de acesso.

Os custos envolvidos na recuperação do sistema elétrico importaram em aproximadamente R$4 milhões com mão de obra própria, R$12 milhões com mão de obra terceirizada e R$6 milhões com materiais totalizando, aproximadamente, R$22 milhões.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. SUBSIDIÁRIAS INTEGRAIS

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, assinou em 22 de julho de 1999 o Contrato nº 56 de concessão de distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando assim a concessão por mais 30 anos. O contrato de concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, estão dentro do escopo do ICPC01.

A Celesc D atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.134.716 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Empresa.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de geração foi repassada pela Celesc à Celesc G.

A Celesc G é subsidiária integral da Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Celesc G possuía um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, 6 Usinas Hidrelétricas – UHEs, 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 1 Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

Ainda no segmento de geração, a Celesc G detém participação minoritária em mais 6 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial foi de 118,21 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada à participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

2.1.2.1. Parque Gerador

2.1.2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Parque Gerador Próprio – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física(MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Piraí	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
Total			**106,97**	**67,19**	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal no 13.360/2016)
(**) Não se aplica

2.1.2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Nos últimos anos, norteada pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir na ampliação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos. As tabelas a seguir apresentam os empreendimentos em desenvolvimento e os respectivos estágios.

Quanto à garantia física (nova ou incremental), a meta é a de obter, em média, 55% de fator de capacidade, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2021	Obras em execução
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	(**)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	(**)	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	10,00	13,83	(**)	Revisão de Projeto Básico
Total			**48,73**	**47,55**	**96,28**		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão
(**) Depende de trâmites regulatórios

Parque Gerador com Participação Minoritária – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv.de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			**31,78**	**17,74**		**11,24**	**6,27**

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

a) Fator de Ajuste da *Generation* Scaling *Factor* – GSF

O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da garantia física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais.

Em 9 de setembro do corrente ano, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que regulamenta o risco hidrológico (GSF), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do MRE que foram impactadas, mediante a extensão do prazo de outorga. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 1º.12.2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL n° 895, que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Principais destaques da resolução:

a) Inclusão da parcela livre (30% da GF) das usinas relicitadas em dezembro de 2015. Na parcela cativa que virou cotas (70%), o risco é do consumidor. Contribuição dos agentes, inclusive da Celesc G, para esse pleito ser atendido, pois inicialmente não estava contemplada na minuta inicial da resolução;

b) As CGHs não foram contempladas na proposta por operarem em regime de autorização e não de concessão, ou seja, não tem prazo de término;

c) Possibilidade de aceitação da proposta por empreendimento, e não mais por grupo econômico como foi na 1ª repactuação.

Ao estender o prazo de concessão das usinas geradoras hidrelétricas, uma vez que as mesmas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o poder concedente compensa às geradoras cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos advindos das parcelas de risco não hidrológico, impactados na formação do GSF, a partir de 2013.

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente, possui os critérios indicados pela norma CPC 04 (R1) – Ativo Intangível de reconhecimento do intangível. O ativo é reconhecido ao custo no grupo de intangíveis, assim que deliberado pela ANEEL e devidamente aceito por cada usina, e com vida útil igual ao novo prazo de concessão, sendo sua amortização linear.

Em 31 de dezembro de 2020, as usinas do parque gerador próprio, encontram-se na seguinte situação de contemplação da Lei nº 14.052/2020:

A Celesc G aguarda os valores e o prazo de extensão de suas Usinas e os impactos, considerando eventual desistência da ação judicial, requisito para obtenção da compensação. Nesse contexto, a Administração está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.1.2.2. Empreendimento de Transmissão

2.1.2.2.1. Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC S.A., que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região Sul e Planalto do Estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de Linhas de Transmissão e uma Subestação, conforme segue:

Descrição	Origem	Destino	Circuito	Extensão (km)	Tensão (KV)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	Simples	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	Duplo	209	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	Simples	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	Duplo	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilhinha	Simples	27,8	230
Total				**433,1**	
SUBESTAÇÃO	SE Siderópolis 2				525/230

As licenças ambientais de instalação de um trecho e da subestação foram emitidas no início de 2019 e a licença para os quatro trechos restantes foi emitida ao final do ano. As obras foram iniciadas *pari passu* à emissão das licenças.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

2.2. DEMAIS PARTICIPAÇÕES

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	A SCGÁS possui 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense e seu contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, tem vigência de 50 anos (2044). A empresa comercializa e distribui, diariamente, 1,9 milhão de m3 de gás natural para 16,5 mil clientes. A Celesc detém 51,0% das ações ordinárias, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro 23,0%, a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás 23,0% e a Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás 3,0%. A participação no capital social total é a seguinte: Celesc 17,0%, Gaspetro 41,0%, Mitsui Gás 41,0% e a Infragás 1,0%.	Equivalência Patrimonial
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da linha de transmissão SE Campos Novos/SC – SE Blumenau/SC, com 252,5 km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc D. A ECTE, por meio de sua subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, possui a concessão de transmissão da SE Abdon Batista (525/230 kV) e da SE Gaspar (230/138 kV).A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1o de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012, com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do capital social da empresa. Os demais sócios são Alupar, com 50,02%, e TAESA, com 19,10%.	Equivalência Patrimonial
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A DFESA detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% do capital social da empresa, a Gerdau 51,82%, a COPEL 23,03 e Statkraft, com 2,12%.	Equivalência Patrimonial
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Investimento Temporário	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento em suas áreas de concessões (municipal). Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 194 municípios catarinenses e um no Paraná, atendendo uma população de aproximadamente 2,7 milhões de pessoas com água tratada e 702 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 14,736% do capital social total da empresa, já o Estado de Santa Catarina possui 65,312%, a SC Participações e Parcerias 17,704%, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. – Codesc 2,238% e Outros 0,010%.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA.
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.	N/A	Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, em Joinville/SC. Com histórico de entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou à ANEEL a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministério de Minas e Energia – MME decidiu extinguir a concessão e reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL. A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida Usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A SPE vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.	N/A

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2021, conforme estabelece o artigo 17 da Deliberação da CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

3.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.7);
b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 9);
c) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga; (Nota 13.2);
d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 18 e 19);
e) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos; (Nota 17);
f) Contingências; (Nota 27);
g) Passivo Atuarial – CPC 33 (Nota 28);
h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 9 e 31.1);
i) Depreciação – Celesc G (Nota 19); e
j) Amortização do Ativo Indenizável – Celesc D (Nota 20).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras, Individual e Consolidada.

4.1. BASE DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

A Companhia revisou suas políticas contábeis, objetivando a melhor apresentação dos seus ativos e passivos.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS* 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors)*, no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS* 1 – *Presentation of Financial Statements*). Vale ressaltar que, mesmo havendo reclassificações no Balanço Patrimonial, não houve qualquer alteração na Demonstração do Fluxo de Caixa.

A Companhia decidiu suprimir as rubricas “Partes Relacionadas” do Balanço Patrimonial, tanto no Ativo quanto no Passivo, somando-as em “Outros”, por entender que existem outros valores que também fazem parte do mesmo contexto e que estavam demonstrados em rubricas específicas (Nota 16, item b). Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

			Controladora			Consolidado
Ativo	**31.12.2019**	**Reclassificação**	**31.12.2019 (Reclassificado)**	**31.12.2019**	**Reclassificação**	**31.12.2019 (Reclassificado)**
Circulante	**111.201**	**-**	**111.201**	**2.358.072**	**-**	**2.358.072**
Não Circulante	**1.379.986**	**-**	**1.379.986**	**7.140.185**	**-**	**7.140.185**
Realizável a Longo Prazo	**160.819**	**-**	**160.819**	**3.261.941**	**-**	**3.261.941**
Partes Relacionadas	-	-	-	488	(488)	-
Outros	-	-	-	4.544	488	5.032
Investimentos	**1.213.703**	**-**	**1.213.703**	**246.572**	**-**	**246.572**
Imobilizado	**18**	**-**	**18**	**174.796**	**-**	**174.796**
Intangível	**5.446**	**-**	**5.446**	**3.456.876**	**-**	**3.456.876**
Total do Ativo	**1.491.187**	**-**	**1.491.187**	**9.498.257**	**-**	**9.498.257**

			Controladora			Consolidado
Passivo	**31.12.2019**	**Reclassificação**	**31.12.2019 (Reclassificado)**	**31.12.2019**	**Reclassificação**	**31.12.2019 (Reclassificado)**
Circulante	**79.525**	-	**79.525**	**2.427.690**	-	**2.427.690**
Partes Relacionadas	53	(53)	-	18.884	(18.884)	-
Outros	274	53	327	66.514	18.884	85.398
Não Circulante	**4.538**	**-**	**4.538**	**5.663.443**	**-**	**5.663.443**
Patrimônio Líquido	**1.407.124**	-	**1.407.124**	**1.407.124**	-	**1.407.124**
Total do Passivo	**1.491.187**	**-**	**1.491.187**	**9.498.257**	**-**	**9.498.257**

4.3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

Os novos *amendments* às normas existentes, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020, foram emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Companhia analisou as revisões e não constatou impactos contábeis relevantes em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro Conceptual (Framework) – A revisão incluiu novo capítulo sobre mensuração; orientação sobre como divulgar informações sobre o desempenho financeiro; melhorias nas definições de ativos e passivos, e orientações de suporte a essas definições; e esclarecimentos em áreas importantes, como as funções de administração, prudência e mensuração de incerteza nos relatórios financeiros.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) – Reforma da taxa de juros de referência (LIBOR) em função dos potenciais impactos em certas relações de proteção (*hedge*).

CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16) – Inclusão de um novo expediente prático no qual a contabilização do benefício concedido, em decorrência da COVID-19, não precisa seguir orientação de modificação de contrato.

CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (IFRS 3) – Nova definição para reduzir a diversidade de reconhecimento entre aquisição de ativos ou combinação de negócios. As alterações permitem que essa avaliação seja feita de uma maneira mais simples.

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1) e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) – Definição de "material" e orientações para ajudar a melhorar a consistência na aplicação do referido conceito sobre um item, transação ou outro evento, determinando assim se as informações devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras.

4.4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7	CPC 48/ CPC 40	A reforma LIBOR (Fase 2), aborda questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição).	01/01/2021
IAS 37	CPC 25	Classificação de custo oneroso para cumprimento de um contrato. Na avaliação se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 16	CPC 27	Proibição da entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.	01/01/2022
IAS 1	CPC 26	Classificação de passivos como corrente ou não corrente	01/01/2022
IFRS 3	CPC 15	Atualização para referência à nova Estrutura Conceitual	01/01/2022
IFRS 9	CPC 48	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste “10%”para desreconhecimento de financeiro passivos	01/01/2022
IFRS 16	CPC 06	Incentivos de arrendamento (alteração ao Exemplo Ilustrativo 13)	01/01/2022
IFRS 17	CPC 25	Contratos de seguro	01/01/2023

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

4.5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

4.5.1. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

a) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; participações das entidades controladas no patrimônio líquido da controladora; e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As subsidiárias integrais são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

c) Coligadas e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

4.5.2. Apresentação de Informações por Segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais e estratégicas do Grupo (Nota 31).

As mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento são idênticas às utilizadas nas preparações das Demonstrações Financeiras do Grupo.

4.5.3. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.6.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Companhia classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecida no resultado.

c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Estão classificados os investimentos sobre os quais não se aplica o método de equivalência.

4.6.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.6.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (Nota 13.1)

4.6.4. *Impairment* de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.6.4.1. Política Contábil Anterior p/ *Impairment* de Ativos Financeiros

No exercício anterior, o Grupo avaliava, no final de cada período, se havia evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

4.7. ESTOQUES

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo *valor líquido de realização, dos dois o menor*.

4.8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, e apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

4.9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia mantém registrado nesta rubrica valores depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais).

4.10. IMOBILIZADO

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias da Celesc G. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

a) Depreciação

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, dos dois o menor.

4.11. INTANGÍVEIS

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

a) Contratos de Concessões

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do prestados pelo Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois, o menor.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas Demonstrações Financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

b) Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e amortizado com base no prazo da concessão.

c) Programas de Computador – *Softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 19). Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

4.12. *IMPAIRMENT* DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). No caso de ágio com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

4.13. ATIVO FINANCEIRO

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.13.1. Caixa e Equivalente de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.13.2. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, que são reconhecidas quando há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

4.13.3. Indenizável – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Estes ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

4.13.4. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida à receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.13.5. Parcela A – CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 4 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.6.3), os ativos e passivos financeiros – Parcela A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado.

4.13.6. Subvenção e Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

4.14. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

4.14.1. Conta Bandeira Tarifária

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica Ativo/Passivo Financeiro. (Nota 12).

4.15. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

4.15.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, compra de energia elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

4.15.2. Parcela A – CVA

O passivo financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 4 de abril de 2003, respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.6.3), os ativos e passivos financeiros – Parcela A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido.

4.15.3. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demande um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles resultarão benefícios econômicos futuros para a entidade, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.15.4. Debêntures

As debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado ou em imobilizações em andamento, conforme orientações do CPC 20(R1) – Custos de Empréstimos.

4.15.5. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Estes valores foram contabilizados na rubrica Taxas Regulamentares, vinculadas ao Serviço Concedido.

4.15.6. Reserva Matemática à Amortizar

Refere-se a dívida pactuada com a Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS relacionada à mudança do Plano Previdenciário (Benefício Definido – BD, para Contribuição Definida – CD).

4.16. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E APOSENTADOS

a) Obrigações com Fundo de Pensão

A Celesc D possui em seu rol de benefícios aos empregados planos previdenciários nas modalidades da Benefício Definido – BD, Contribuição Variável – CV e Contribuição Definida – CD. Os planos BD e CV tem por característica a aposentadoria com uma renda vitalícia, definida com base no regulamento do plano (BD) ou de acordo com o saldo na conta de aposentadoria e expectativa de vida (CV).

O passivo relacionado aos planos previdenciários é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Para os planos de contribuição definida, a Celesc D paga contribuições ao plano, conforme as regras regulamentares. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Celesc D não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b) Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

4.18. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.19. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos são reconhecidos no passivo circulante no encerramento do exercício social, no montante de 25% do lucro líquido ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

4.20. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$1.340.000.000,00 e está classificado no Patrimônio Líquido. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

4.21. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando: a) os valores das receitas, dos custos incorridos e das despesas da transação possam ser mensurados com segurança; b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; c) a Companhia não detém mais a gestão e controle sobre a energia vendida ou distribuída; e d) os riscos e benefícios relacionados à energia vendida ou distribuída são transferidos ao comprador/consumidor.

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

b) Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

c) Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria concessionária por meio de suas atividades.

d) Energia de Curto Prazo

A energia de curto prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

e) Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

f) Receita de Construção

A receita de construção aplicada pela Celesc D tem em sua contrapartida os custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

g) Receita de Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão

Refere-se à atualização pelo IPCA do ativo financeiro indenizável – concessão de distribuição de energia elétrica.

h) Receita de Atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão, a Companhia reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de bonificação de outorga, dentro do grupo de "Receita Operacional".

Para cada usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

i) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

j) Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. CLASSE DE RISCO FINANCEIRO

5.1.1. Categoria Crédito

a) Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico-financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez

a) Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

b) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira, seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de dezembro de 2020.

							Consolidado
Descrição	**Taxas %**	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um ano**	**Entre um e cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Total**
Contas a Receber (líquido de PECLD)		1.787.607	68.567	62.551	25.396	3.840	1.947.961
Caixa e Equivalente de Caixa		1.166.205	-	-	-	-	1.166.205
Depósitos Judiciais		-	-	-	291.869	-	291.869
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		47.032	-	-	-	-	47.032
Ativo Financeiro –CVA	SELIC	-	-	-	300.682	-	300.682
Bonificação Outorga	IPCA	2.899	5.726	25.494	116.459	204.120	354.698
Total Ativo		**3.003.743**	**74.293**	**88.045**	**734.406**	**207.960**	**4.108.447**
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 4,5%	49.495	59.716	760.884	85.390	-	955.485
Eletrobras	5% a.a.	77	146	666	3.368	-	4.257
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	653	1.231	3.689	7.762	-	13.335
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,9% a.a.	18.060	-	50.385	129.669	-	198.114
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	-	199	35.376	59.392	-	94.967
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	33	104	20.590	29.430	50.157
Fornecedores		595.395	628.455	697	-	-	1.224.547
Passivo Financeiro – CVA	SELIC	11.884	23.786	107.625	-	-	143.295
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	15.975	14.285	67.980	375.591	-	473.831
BID	CDI + 0,89% a.a a 1,44% a.a.	-	-	5.426	77.613	768.821	851.860
Total Passivo		**691.539**	**727.851**	**1.032.832**	**759.375**	**798.251**	**4.009.848**

c) Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (CELOS), por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

5.2. CLASSE DE RISCO OPERACIONAL

5.2.1. Categoria Gestão

a) Investimentos

Risco de perdas pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes, desembolsos imprevistos e apropriação incorreta dos recursos.

5.2.2. Categoria Processo

a) Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

b) Perdas

Risco de redução de receita em função da ultrapassagem, das perdas técnicas e/ou não técnicas, acima dos limites reconhecidos na tarifa pela ANEEL.

c) Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

5.2.3. Categoria Pessoal

a) Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

b) Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

a) Cibernético e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido a políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. CLASSE DE RISCO DE CONFORMIDADE

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

a) Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais expondo a empresa a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

b) Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na chamada Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da empresa, assim como o risco de perdas na remuneração contida na Parcela A para as Receitas Irrecuperáveis e para as perdas de energia elétrica, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia aplicadas no processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas e acarretando na redução da margem das distribuidoras.

c) Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no aditivo ao Contrato de Concessão da Distribuidora, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira, cujas obrigações são as seguintes:

Indicadores de Qualidade Técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo-limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

Indicadores Financeiros: EBITDA, (EBITDA – QRR), (Dívida Líquida/EBITDA – QRR). Em 2017, o EBITDA deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 (EBITDA – QRR) maior ou igual a 0 (zero). Em relação à **(**Dívida Líquida/ EBITDA – QRR), o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a (1/0,8*Selic) e em 2020 menor ou igual a (1/1,11*Selic); nos dois casos, a Selic é limitada a 12,87%. Para o ano de 2020, a relação (Dívida Líquida/EBITDA – QRR) da Celesc D, ajustada pelos itens mencionados no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, é de 6,33x, sendo a meta estabelecida pela ANEEL menor ou igual a 32,76.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Indicadores de Qualidade (Limite Estabelecido)		VERIFICAÇÃO
		DECi [1]	FECi [2]	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-) QRR[3]]}≤1/0,8*Selic[4]	11,56	9,25	ATENDIDO
2020	DIVIDA LIQUIDA/LAJIDA (-) QRR}<1/1,11*Selic	11,30	8,65	ATENDIDO

[1]**DECi**: Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;
[2]**FECi**: Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;
[3]**QRR**: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Anual – RTA, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTA e o mês anterior ao do período de 12(doze)meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;
[4]**Selic**: limitada a 12,87% a.a.

d) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da PCH Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

e) Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

f) Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

g) Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas ou deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

5.4. CLASSE DE RISCO ESTRATÉGICO

5.4.1. Categoria Governança

a) Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Categoria Estratégia

a) Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos, como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

5.5. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE ADICIONAL REQUERIDA PELA CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2020:

						Consolidado
Premissas	**Efeitos das Contas sobre o Resultado**	**NE nº**	**Saldo**	**(Cenário I)**	**(Cenário II)**	**(Cenário III)**
CDI				**2,11%**	**2,64%**	**3,17%**
	Aplicações Financeiras	8	1.109.973	23.420	29.303	35.186
	Empréstimos	22	(1.639.182)	(34.587)	(43.274)	(51.962)
	Debêntures	23.5	(270.420)	(5.706)	(7.139)	(8.572)
Selic				**1,90%**	**2,38%**	**2,85%**
	Ativo Financeiro – CVA	13.1	286.861	5.450	6.827	8.176
	Passivo Financeiro – CVA	13.1	(142.491)	(2.707)	(3.384)	(4.061)
IPCA				**4,52%**	**5,65%**	**6,78%**
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	289.571	13.089	16.361	19.633
	Debêntures	23	(36.088)	(1.631)	(2.039)	(2.447)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	301.587	13.632	17.040	20.448
	Reserva Matemática a Amortizar	-	(388.043)	(17.540)	(21.924)	(26.309)

5.6. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela abaixo apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

			Consolidado
Descrição	**NE nº**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	944.422	813.035
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	710.522	474.596
Debêntures	23.5	306.508	373.945
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(1.166.205)	(566.181)
Dívida Líquida		**795.247**	**1.095.395**
Total do Patrimônio Líquido		**1.984.642**	**1.407.124**
Total do Capital		**2.779.889**	**2.502.519**
Índice de Alavancagem Financeira (%)		**28,61%**	**43,77%**

5.7. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo a Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo, que requer divulgação, por nível, na seguinte hierarquia:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços, ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020. O valor contábil é próximo ao valor justo dos ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data-base.

			Consolidado
Descrição – Nível 3	**NE nº**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA			
Títulos e Valores Mobiliários	15	137.261	137.261
Outros	-	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR			
Ativo Indenizável – Concessão	14	612.637	525.964
Total do Ativo		**750.115**	**663.442**

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas.

Os ativos contabilizados como Títulos e Valores Mobiliários, avaliados por VJORA, foram utilizadas outras técnicas, como a análise de fluxo descontado. Para a conta outros a técnica aplicada foi a abordagem de custo.

Para os ativos de concessão, avaliados a VJR, a mensuração foi por meio da técnica de abordagem de custo, referindo-se ao custo de substituição/reposição atual utilizou-se outras técnicas, como a análise de fluxo descontados.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2020.

			Consolidado	
Descrição	**Custo Amortizado**	**Valor Justo por Meio do Resultado**	**Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes**	**Total**
Ativo	**4.673.990**	**612.637**	**137.478**	**5.424.105**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.166.205	-	-	1.166.205
Contas a Receber de Clientes	2.580.436	-	-	2.580.436
Depósitos Judiciais	291.869	-	-	291.869
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	47.032	-	-	47.032
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	612.637	-	612.637
Ativo Financeiro – CVA	286.861	-	-	286.861
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	301.587	-	-	301.587
Outros	-	-	217	217

Descrição	**Custo Amortizado**	**Valor Justo por Meio do Resultado**	**Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes**	**Total**
Passivo	**3.716.533**	**-**	**-**	**3.716.533**
Fornecedores	1.224.547	-	-	1.224.547
Empréstimos Moeda Nacional	944.422	-	-	944.422
Empréstimo Moeda Estrangeira	710.522	-	-	710.522
Debêntures	306.508	-	-	306.508
Reserva Matemática a Amortizar	388.043	-	-	388.043
Passivo Financeiro – CVA	142.491	-	-	142.491

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2019.

			Consolidado	
Descrição	**Custo Amortizado**	**Valor Justo por Meio do Resultado**	**Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes**	**Total**
Ativo	**3.235.902**	**525.964**	**137.478**	**3.899.344**
Caixa e Equivalentes de Caixa	566.181	-	-	566.181
Contas a Receber de Clientes	2.142.043	-	-	2.142.043
Depósitos Judiciais	171.054	-	-	171.054
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	53.236	-	-	53.236
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	525.964	-	525.964
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	290.710	-	-	290.710
Ativo Financeiro – CVA	12.678	-	-	12.678
Outros	-	-	217	217
Passivo	**3.060.247**	**-**	**-**	**3.060.247**
Fornecedores	996.725	-	-	996.725
Empréstimos Moeda Nacional	813.035	-	-	813.035
Empréstimo Moeda Estrangeira	474.596	-	-	474.596
Debêntures	373.945	-	-	373.945
Reserva Matemática a Amortizar	376.804	-	-	376.804
Passivo Financeiro – CVA	25.142	-	-	25.142

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

	Consolidado	
Contas a Receber de Clientes	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	929.782	739.524
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	868.941	706.825
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	781.713	695.694
Total	**2.580.436**	**2.142.043**

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

	Controladora	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Recursos em Banco e em Caixa	40	3.234
Aplicações Financeiras	50.381	25.217
Total	**50.421**	**28.451**

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 95,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

				Consolidado	
Descrição	**Vincendas**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos há mais de 90 dias**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Consumidores	**1.286.442**	**236.103**	**684.658**	**2.207.203**	**1.863.255**
Residencial	318.929	140.587	137.858	597.374	446.134
Industrial	195.991	33.870	374.463	604.324	493.335
Comércio	171.957	46.454	132.837	351.248	286.334
Rural	54.338	12.649	11.435	78.422	58.220
Poder Público	34.753	648	9.712	45.113	51.345
Iluminação Pública	19.610	1.667	16.939	38.216	35.870
Serviço Público	22.197	228	1.414	23.839	18.869
Fornecimento não Faturado	468.667	-	-	468.667	473.148
Suprimento a Outras Concessionárias	**266.738**	**26.762**	**79.733**	**373.233**	**278.788**
Concessionárias e Permissionárias	211.943	11.970	13.005	236.918	195.724
Transações no Âmbito da CCEE	27.871	-	37.801	65.672	55.845
Outros Créditos	18.815	14.792	28.927	62.534	20.484
Concessionárias e Permissionárias não Faturado	8.109	-	-	8.109	6.735
Total	**1.553.180**	**262.865**	**764.391**	**2.580.436**	**2.142.043**
PECLD com Clientes (b)				(632.475)	(675.589)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido				**1.947.961**	**1.466.454**
Circulante				**1.918.725**	**1.421.771**
Não Circulante				**29.236**	**44.683**

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, que são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE, e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
Consumidores	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Residencial	76.631	104.230
Industrial	226.456	232.255
Têxtil (i)	114.614	114.614
Comércio, Serviços e Outras	109.029	110.284
Rural	5.509	8.569
Poder Público	11.235	11.405
Iluminação Pública	16.611	16.481
Serviço Público	1.429	1.356
Concessionárias e Permissionárias (ii)	47.207	49.087
Consumidores Livres	1.250	1.312
Outros	22.504	25.996
Total	**632.475**	**675.589**
Circulante	**517.861**	**560.975**
Não Circulante	**114.614**	**114.614**

b.1) Movimentação

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**645.172**
Provisão Constituída no Período	53.044
Reversão/Baixas de Contas a Receber	(22.627)
Saldo em 31.12.2019	**675.589**
Provisão Constituída no Período	25.890
Reversão/Baixas de Contas a Receber	(69.004)
Saldo em 31.12.2020	**632.475**

A Celesc D, conforme preceitua o CPC 48/IFRS 9, revisou sua matriz de perdas de crédito esperadas considerando sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito. O impacto da revisão está contabilizada no resultado do Grupo como Reversão de PECLD.

A seguir são apresentados os percentuais de perdas esperadas segregadas por classe de consumo, aplicados no reconhecimento dos recebíveis:

Aging	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público	Suprimento	Encargos De Uso Da Rede	Serviço Taxado
1	23,85%	12,23%	12,25%	14,03%	10,48%	1,23%	2,54%	15,86%	15,86%	15,86%
3	2,55%	0,81%	1,08%	1,71%	0,55%	0,46%	0,08%	1,54%	1,54%	1,54%
6	1,18%	0,57%	0,67%	0,64%	0,17%	0,45%	0,07%	0,82%	0,82%	0,82%
12	0,85%	0,53%	0,56%	0,34%	0,04%	0,45%	0,07%	0,64%	0,64%	0,64%
18	0,76%	0,49%	0,52%	0,25%	0,02%	0,45%	0,07%	0,59%	0,59%	0,59%
24	0,70%	0,47%	0,49%	0,21%	0,01%	0,45%	0,07%	0,53%	0,53%	0,53%
36	0,63%	0,45%	0,44%	0,16%	0,01%	0,45%	0,07%	0,50%	0,50%	0,50%
48	0,52%	0,43%	0,41%	0,14%	0,01%	0,45%	0,07%	0,48%	0,48%	0,48%
60	0,46%	0,38%	0,37%	0,11%	0,01%	0,45%	0,07%	0,39%	0,39%	0,39%

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009, a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil, entre elas Têxtil Renaux View S.A, Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Companhia Industrial Schlösser S.A.

Em relação à companhia Têxtil Renaux View S.A., a Administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento e em virtude da remota possibilidade de recebimento, constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R$45.215 em 2013.

Em 2012, a TEKA deu entrada no pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. O plano de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, embora a Celesc D tenha votado pela sua não aprovação e assim pela falência da empresa. Portanto, a probabilidade de recebimento do referido valor é remota na avaliação da Administração, vindo a Celesc D a constituir provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Celesc D no montante de R$55.794.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial, sendo provisionado em 2012 o montante de R$16.888. A Celesc D recebeu, em 2017, referente à recuperação judicial, o montante de R$3.283, valor este revertido da provisão.

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição por empresa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	**Total**
Têxtil Renaux View S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31.12.2018	**114.614**
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
Saldo em 31.12.2018	**114.614**
Têxtil Renaux View S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31.12.2019	**114.614**
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
Saldo em 31.12.2019	**114.614**
Têxtil Renaux View S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31.12.2020	**114.614**

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor – GSF*

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R$37.801 em 31 de dezembro de 2020, sendo que ao longo deste exercício foram revertidos R$1.962 devido ao seu recebimento.

b.3) Movimentação da PECLD da *GSF*

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2018 (Reclassificado)	**29.035**
Provisão Constituída no Período	8.137
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(4.268)
Saldo em 31.12.2019	**32.904**
Provisão Constituída no Período	6.859
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(1.962)
Saldo em 31.12.2020	**37.801**

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de distribuição de energia e de materiais para uso administrativo.

		Consolidado
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Almoxarifado	12.257	14.053
Outros	56	643
Total	**12.313**	**14.696**

Os estoques estão segregados em materiais de obras financiadas pelo BID e materiais adquiridos com recursos próprios. Não houve impacto relevante por conta da COVID-19, como giro mais lento ou redução dos estoques para mensuração do valor realizável líquido.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	611.534	1.065.238
IRPJ/CSLL	25.888	10.905	14.830	21.692
ICMS	-	-	57.208	56.847
PIS/COFINS	-	-	17.179	16.652
Outros	-	-	990	995
Total	**25.888**	**10.905**	**701.741**	**1.161.424**
Circulante	**25.888**	**10.905**	**591.837**	**68.579**
Não Circulante	**-**	**-**	**109.904**	**1.092.845**

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. Os valores recolhidos a serem creditados em favor da Celesc D correspondem ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014, em razão da limitação temporal conferida na decisão decorrente da superveniência da Lei nº 12.973/2014. A Celesc D possui reconhecido o montante de R$611,5 milhões de tributos a recuperar, atualizado monetariamente em conformidade com a solução de consulta da Receita Federal do Brasil – RFB nº 13/2018 em contrapartida de outros passivos não circulantes – consumidores. A Companhia obteve a habilitação dos créditos pela Receita Federal em fevereiro de 2020. Desta forma, iniciou o processo de compensação dos tributos vincendos e reclassificou para o ativo circulante o referido crédito com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses. A companhia aguarda a definição do órgão regulador ANEEL acerca do modelo de repasse aos consumidores.

Além disso, destaca-se que a Companhia ingressou com outra ação judicial, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante, a qual se encontra em tramitação. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS a partir de 1º de janeiro de 2015, entendimento confirmado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região quando da análise do Recurso interposto pela União – Fazenda Nacional. No momento, o processo aguarda a publicação do acórdão que julgou os embargos da Fazenda Nacional e a abertura de prazo para eventuais recursos aos Tribunais Superiores. Em paralelo, destaca-se que tramita no STF o Recurso Extraordinário nº 574706/PR, que trata da matéria em âmbito de repercussão geral, cuja definição da modulação dos efeitos da decisão de mérito é aguardada pela Companhia para então efetuar o reconhecimento dos créditos de tributos a recuperar.

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos ao pedido de liminar deferida pela justiça federal referente ao processo de reconhecimento da exposição contratual de 2014.

12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
PIS/COFINS e ICMS ST (i)	58.040	56.128
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	27.241	41.501
Adiantamento Proinfa (iii)	17.509	14.220
Diferença Reembolso CDE (iv)	42.777	21.698
Programa Baixa Renda	11.907	11.462
Despesas Paga Antecipadamente	5.785	6.034
Eletrosul (Despacho ANEEL nº 4.171/2017)	-	13.196
Conta Bandeiras	3.155	21.262
Outros Créditos	7.965	13.429
Total	**174.379**	**198.930**
Circulante	**171.161**	**193.898**
Não Circulante	**3.218**	**5.032**

(i) PIS/COFINS e ICMS Substituição Tributária (ST)
Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convenio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011**.**

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(iv) Diferença Reembolso CDE

Corresponde à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da Câmera de Comercialização de Energia Elétrica – CEEE para compensar os referidos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis a: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. PARCELA A – CVA

Descrição	31.12.2019	Adição	Amorti-zação	Remune-ração	Transfe-rências	31.12.2020	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circu-lante	Não Circulante
CVA Ativa	**565.797**	**842.044**	**(746.929)**	**34.471**	**481.767**	**1.177.150**	**473.565**	**703.585**	**723.729**	**453.421**
Energia	438.497	424.517	(362.991)	18.879	77.925	596.827	138.624	458.203	301.541	295.286
Custo da Energia de Itaipu	-	71.172	(76.076)	2.749	177.217	175.062	131.536	43.526	147.012	28.050
Proinfa	13.079	(2.051)	(11.409)	381	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	51.694	64.179	(26.220)	1.631	-	91.284	25.956	65.328	49.184	42.100
Transporte de Energia	11.953	12.703	(9.178)	411	-	15.889	6.399	9.490	9.773	6.116
ESS	-	64.679	-	11	-	64.690	-	64.690	23.001	41.689
CDE	10.148	46.503	(172.984)	9.486	189.276	82.429	75.359	7.070	77.873	4.556
Neutralidade Parcela A	8.479	28.498	(12.994)	(432)	-	23.551	23.551	-	23.551	-
Sobrecontratação de Energia	-	78.809	(24.627)	1.161	37.349	92.692	44.637	48.055	61.723	30.969
Outros	31.947	53.035	(50.450)	194	-	34.726	27.503	7.223	30.071	4.655
CVA Passiva	**(578.261)**	**(314.551)**	**1.088.754**	**(13.835)**	**(1.214.887)**	**(1.032.780)**	**(827.940)**	**(204.840)**	**(866.220)**	**(166.560)**
Proinfa	-	(22.092)	8.037	(347)	-	(14.402)	(14.402)	-	(14.402)	-
Sobrecontratação Energia	(68.138)	26.279	102.113	(524)	(103.900)	(44.170)	(44.170)	-	(44.170)	-
ESS	(242.504)	(27.718)	230.067	(7.536)	(79.326)	(127.017)	(127.017)	-	(127.017)	-
CDE	(103.594)	-	35.449	4.738	63.407	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A	(41.077)	(25.804)	34.272	(51)	6.805	(25.855)	-	(25.855)	(9.193)	(16.662)
Devoluções Tarifárias	(119.326)	(37.318)	294.770	(3.935)	(227.268)	(93.077)	(76.802)	(16.275)	(48.037)	(45.040)
Outros	(3.622)	(227.898)	384.046	(6.180)	(874.605)	(728.259)	(565.549)	(162.710)	(623.401)	(104.858)
Saldo Ativos/(Passivos)	**(12.464)**	**527.493**	**341.825**	**20.636**	**(733.120)**	**144.370**	**(354.375)**	**498.745**	**(142.491)**	**286.861**

Descrição	31.12.2018	Adição	Amorti-zação	Remune-ração	Transfe-rências	31.12.2019	Saldo em Amortização	Saldo em Constituição	Circu-lante	Não Circulante
CVA Ativa	**906.684**	**291.284**	**(656.283)**	**24.112**	**-**	**565.797**	**304.945**	**260.852**	**397.691**	**168.106**
Energia	751.541	174.777	(509.346)	21.525	-	438.497	240.038	198.459	310.601	127.896
Proinfa	5.295	19.301	(12.207)	690	-	13.079	13.079	-	13.079	-
Transporte Rede Básica	61.940	51.165	(62.627)	1.216	-	51.694	13.453	38.241	27.049	24.645
Transporte de Energia	16.027	9.459	(13.735)	202	-	11.953	6.428	5.525	8.392	3.561
CDE	41.303	10.097	(41.303)	51	-	10.148	-	10.148	3.608	6.540
Neutralidade da Parcela A	30.578	(22.425)	-	326	-	8.479	-	8.479	3.015	5.464
Outros	-	48.910	(17.065)	102	-	31.947	31.947	-	31.947	-
CVA Passiva	**(653.425)**	**(322.825)**	**506.202**	**(7.491)**	**(100.722)**	**(578.261)**	**(365.075)**	**(213.186)**	**(422.833)**	**(155.428)**
Sobrecontratação de Energia	(68.155)	-	67.272	(1.487)	(65.768)	(68.138)	(42.384)	(25.754)	(51.541)	(16.597)
ESS	(345.759)	(158.261)	271.860	(10.344)	-	(242.504)	(154.678)	(87.826)	(185.905)	(56.599)
CDE	(88.238)	(75.723)	50.416	9.951	-	(103.594)	(103.594)	-	(103.594)	-
Neutralidade da Parcela A	(12.529)	(61.548)	35.193	(2.193)	-	(41.077)	(41.077)	-	(41.077)	-
Devoluções Tarifárias	(99.383)	(27.293)	42.100	(3.418)	(31.332)	(119.326)	(23.342)	(95.984)	(39.428)	(79.898)
Outros	(39.361)	-	39.361	-	(3.622)	(3.622)	-	(3.622)	(1.288)	(2.334)
Saldo Ativos/(Passivos)	**253.259**	**(31.541)**	**(150.081)**	**16.621**	**(100.722)**	**(12.464)**	**(60.130)**	**47.666**	**(25.142)**	**12.678**

	Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
CVA 2019 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	-	14.726
CVA 2020 – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	236.455	164.547
CVA 2021 – Período de 23.08.2020 a 22.08.2021	648.307	-
Total – CVA	**884.762**	**179.273**
Outros Itens – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	-	(74.856)
Outros Itens – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	(590.830)	(116.881)
Outros Itens – Período de 23.08.2020 a 22.08.2021	(149.562)	-
Total – Outros Itens – CVA	**(740.392)**	**(191.737)**
Total	**144.370**	**(12.464)**

13.2. ATIVO FINANCEIRO – BONIFICAÇÃO DE OUTORGA

Em 2016, a Celesc G pagou R$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL. O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

a) Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746, de 28 de julho de 2020;
b) Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e
c) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

						Consolidado
Descrição	**Usina Garcia**	**Usina Bracinho**	**Usina Cedros**	**Usina Salto**	**Usina Palmeiras**	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**40.947**	**58.666**	**44.826**	**26.966**	**109.613**	**281.018**
Atualização Monetária	1.569	2.248	1.720	1.028	4.223	10.788
Juros	4.926	7.156	5.286	3.689	11.616	32.673
Amortização/Baixa	(5.082)	(7.340)	(5.445)	(3.735)	(12.167)	(33.769)
Saldo em 31.12.2019	**42.360**	**60.730**	**46.387**	**27.948**	**113.285**	**290.710**
Circulante						**32.597**
Não Circulante						**258.113**
Atualização Monetária	1.759	2.522	1.930	1.152	4.736	12.099
Juros	5.046	7.336	5.417	3.786	11.886	33.471
Amortização/Baixa	(5.221)	(7.540)	(5.595)	(3.838)	(12.499)	(34.693)
Saldo em 31.12.2020	**43.944**	**63.048**	**48.139**	**29.048**	**117.408**	**301.587**
Circulante						**33.674**
Não Circulante						**267.913**

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

	Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	**610.216**	**523.543**
Em Serviço	289.571	223.353
Em Curso	320.645	300.190
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	**2.421**	**2.421**
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Total	**612.637**	**525.964**
Não Circulante	**612.637**	**525.964**

14.1. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no ativo intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**438.609**
(+) Novas Aplicações	35.263
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	45.343
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	4.567
(-) Resgate	(239)
Saldo em 31.12.2019	**523.543**
(+) Novas Aplicações	59.720
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	20.455
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (i)	6.662
(-) Resgate	(164)
Saldo em 31.12.2020	**610.216**

(i) IPCA

14.2. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – GERAÇÃO DE ENERGIA

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa (REN) nº 596, de 19 de

dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Com a Audiência Pública 03/2019 realizada pela ANEEL, que teve como objetivo alterar a REN nº 596/2013, em face da inaplicabilidade da base de referência de custos unitários prevista no § 1º do art. 10 do Decreto nº 7.805 de 2012, aos investimentos realizados ao longo da concessão, e considerando que permanecia sem conclusão até o final do exercício, acredita-se que os valores apresentados na tabela abaixo deverão ser novamente requeridos ao poder concedente, por meio de novo procedimento a ser estabelecido.

	Consolidado	
Usinas	**31.12.2020**	**31.12.2019**
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	**2.421**	**2.421**

15. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

	Controladora		Consolidado	
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	**137.478**	**137.478**	**137.478**	**137.478**

15.1. COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

A Companhia possui 55.358.800 Ações Ordinárias – ON, e 55.357.200 Ações Preferenciais – PN, representando 14,74% do Capital Social da Casan. A redução de 15,48% para 14,74% se deu por dois motivos, quais sejam: recebimento dos dividendos pertencentes a Celesc referentes aos exercícios de 2012 e 2014, não sendo autorizada pela Companhia a retenção desses dividendos para constituição de AFAC, e a não subscrição de AFAC junto à Casan, por parte da Celesc, em 2020.

Por não possuir influência significativa na Casan, a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R$110,7 milhões.

Para o cálculo do *valuation*, o período de projeção adotado é de 5 anos (até 2025), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 10,13% a.a., com taxa de crescimento de longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,07% (média das projeções de inflação para os próximos 5 anos). O custo da dívida após impostos é de 4,43% a.a. e o custo de capital próprio é de 14,92% a.a., resultando no valor justo de R$138,3 milhões.

Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 31 de dezembro de 2020.

Conciliação do Valor Contábil

	Controladora	Consolidado
Ações Casan	**Total**	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**137.261**	**137.261**
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Saldo em 31.12.2019	**137.261**	**137.261**
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Saldo em 31.12.2020	**137.261**	**137.261**

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018.

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo circulante e não circulante e a movimentação no resultado do período são:

a) A tabela a seguir apresenta a movimentação no resultado do período.

	Controladora		Consolidado			
Descrição	**Outras Despesas**	**Receitas Financeiras**	**Tributos**	**Receita de Vendas**	**Receitas Financeiras**	**Despesa Financeiras**
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	-	(2.300.184)	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	91.632	-	-
Rede Subterrânea	-	19	-	-	19	-
Celos						
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	-	(36.348)
Celesc D						
Pessoal à Disposição	(7.470)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	**(7.470)**	**19**	**(2.300.184)**	**91.632**	**19**	**(36.348)**
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	-	(2.271.520)	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	67.383	-	-
Rede Subterrânea	-	-	-	-	-	-
Celos						
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	-	(40.012)
Celesc D						
Pessoal à Disposição	(5.384)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	**(5.384)**	**-**	**(2.271.520)**	**67.383**	**-**	**(40.012)**

b) A tabela abaixo apresenta os saldos e transações no período.

	Controladora		Consolidado				
	Ativo	**Passivo**			**Ativo**		**Passivo**
Descrição	**Contas a Receber de Clientes**	**Outros**	**Contas a Receber de Clientes**	**Tributos a Recuperar**	**Outros**	**Tributos a Recolher**	**Outros**
Governo do Estado de SC							
ICMS	-	-	-	56.847	-	144.156	-
Faturamento de Energia	-	-	7.757	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	256	-	-	-	-
Rondinha Energética S.A.							
Dividendos	-	-	-	-	488	-	-
Celos							
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	53	-	-	-	-	18.884
Celesc D							
Pessoal à Disposição	-	451	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	**-**	**504**	**8.013**	**56.847**	**488**	**144.156**	**18.884**
Governo do Estado de SC							
ICMS	-	-	-	57.208	-	274.512	-
Faturamento de Energia	-	-	6.285	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	256	-	-	-	-
Celos							
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	44	-	-	-	-	17.715
Celesc G							
Dividendos e JCP	20.546	-	-	-	-	-	-
Celesc D							
Pessoal à Disposição	-	546	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	97.149	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	**117.695**	**590**	**6.541**	**57.208**	**-**	**274.512**	**17.715**

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Honorários	4.432	5.473	4.432	5.473
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.220	1.596	1.220	1.596
Encargos Sociais	1.229	1.395	1.229	1.395
Outros	766	306	766	306
Total	**7.647**	**8.770**	**7.647**	**8.770**

17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

17.1. COMPOSIÇÃO DO IRPJ E DA CSLL DIFERIDOS LÍQUIDOS

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

(i) Provisão para contingências de processos judiciais;
(ii) ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado;
(iii) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos sobre a provisão para perdas do ativo imobilizado;
(iv) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados;
(v) Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
(vi) CPC 39 – Instrumentos financeiros no reconhecimento e mensuração do Valor Novo de Reposição – VNR.
(vii) Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Ativo	871.596	1.004.094
Passivo	(11.642)	(19.596)
Tributo Diferido Líquido	**859.954**	**984.498**

Consolidado

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Provisão p/ Contingências	174.057	179.056	-	-	174.057	179.056
Provisão p/ Perdas em Ativos	64.738	87.902	-	-	64.738	87.902
Benefício Pós-Emprego	766.900	875.252	-	-	766.900	875.252
Custo Atribuído	-	-	7.515	7.806	(7.515)	(7.806)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	12.827	-	-	-	12.827	-
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	51.919	54.038	(51.919)	(54.038)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	63.971	66.583	(63.971)	(66.583)
Bonificação de Outorga	-	-	35.052	29.131	(35.052)	(29.131)
Outras Provisões	-	-	111	154	(111)	(154)
Total	**1.018.522**	**1.142.210**	**158.568**	**157.712**	**859.954**	**984.498**

17.2. REALIZAÇÃO DOS ATIVOS DIFERIDOS

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O saldo remanescente do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014 pelo órgão regulador no valor de R$207,3 milhões atualizados até 31 de dezembro de 2020 está em demanda judicial junto à justiça federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes. Desta forma, o reajuste tarifário de 2019 e 2020 tiveram a realização financeira no montante de R$65,7 milhões e R$68,5 milhões, respectivamente, e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2020 são:

	Consolidado	
Ano	**31.12.2020**	**31.12.2019**
2021	81.847	54.142
2022	78.914	42.414
2023	75.304	35.135
2024	74.550	34.299
Acima de 2025	707.907	976.220
Total	**1.018.522**	**1.142.210**

17.3. CONCILIAÇÃO IRPJ E CSLL RECONHECIDOS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A movimentação do custo atribuído e adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**26.782**
(-) Baixa do Custo Atribuído	(838)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	285
Saldo em 31.12.2019	**26.229**
(-) Baixa do Custo Atribuído	(855)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	291
Saldo em 31.12.2020	**25.665**

17.4. CONCILIAÇÃO IRPJ E CSLL RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A movimentação do passivo atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**857.932**
(+) Adição do Passivo Atuarial	927.415
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(315.321)
Saldo em 31.12.2019	**1.470.026**
(+) Adição do Passivo Atuarial	(285.293)
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	97.000
Saldo em 31.12.2020	**1.281.733**

17.5. CONCILIAÇÃO DO IRPJ E DA CSLL CORRENTE E DIFERIDO

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**509.502**	**283.575**	**724.715**	**420.980**
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(173.231)**	**(96.416)**	**(246.403)**	**(143.133)**
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	182.747	105.940	19.238	14.824
Benefício Fiscal	-	-	(1.545)	(1.267)
Incentivo Fiscal	-	-	7.410	5.292
Juros sobre o Capital Próprio	(15.308)	(2.837)	25.618	16.884
Provisões Indedutíveis	(803)	39	(803)	13
Multas Indedutíveis	-	-	(9.148)	(6.151)
IRPJ/CSLL não Reconhecidos s/ Prejuízo Fiscal	14.399	(6.390)	14.399	(6.390)
Participação dos Administradores	(280)	(338)	(318)	(382)
Perdas Não Técnicas	-	-	(16.130)	(17.081)
Outras Adições (Exclusões)	1.659	2	1.652	(14)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	**9.183**	**-**	**(206.030)**	**(137.405)**
Corrente	(3.644)	-	(178.486)	(104.193)
Diferido	12.827	-	(27.544)	(33.212)
Alíquota Efetiva	**-1,80%**	**0,00%**	**28,43%**	**32,64%**

Destaca-se que a Celesc Holding devido a expectativa de geração de lucros fiscais para os próximos exercícios e de acordo com o CPC 32, reconheceu o montante de R$12,8 milhões como ativo diferido de IRPJ/CSLL sobre os valores de prejuízo fiscal que estima utilizar nos próximos 5 anos. Além deste valor, a Companhia possui os montantes de R$24,6 milhões de IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre prejuízos fiscais apurados em anos anteriores por não atender atualmente aos critérios de reconhecimento previsto no CPC 32. Todavia, esse montante será reavaliado anualmente pela companhia.

17.6. INCERTEZA SOBRE TRATAMENTO DE IRPJ E CSLL

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de Ação Fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do Auto de Infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R$306,8 milhões. O referido Auto de Infração está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da Lei Federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal encontram-se dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. Em decorrência, estima-se que o provimento do recurso implicou a redução da contingência para R$107,0 milhões. Da decisão, a contribuinte opôs embargos de declaração, que aguardam julgamento perante o CARF.

18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Controladas	**1.558.988**	**1.028.428**	**-**	**-**
Celesc D	990.001	513.651	-	-
Celesc G	568.987	514.777	-	-
Controladas em Conjunto	**98.631**	**91.440**	**98.631**	**91.440**
SCGÁS	98.631	91.440	98.631	91.440
Coligadas	**91.104**	**93.835**	**170.302**	**155.132**
ECTE	62.955	65.509	62.955	65.509
DFESA	28.149	28.326	28.149	28.326
SPEs	-	-	79.198	61.297
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão p/ Perda no Investimento Cubatão	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
Total	**1.748.723**	**1.213.703**	**268.933**	**246.572**

18.1. INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS

						Controladora
Descrição	**Ações da Companhia**	**Participação da Companhia**		**PL**	**Total de Ativos**	**Lucro (Prejuízo)**
	Ordinárias	**Capital Social**	**Capital Votante**			
Saldo em 31.12.2019						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	513.651	8.409.618	198.173
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	514.777	701.244	74.262
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	212.108	461.521	48.119
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	328.449	586.096	81.108
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.993	130.883	42.781
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Saldo em 31.12.2020						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	990.001	9.553.390	409.048
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	568.987	768.717	81.909
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	203.837	538.314	80.619
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	379.388	627.715	70.357
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.227	128.798	42.007
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)

Consolidado

Descrição	Ações da Companhia	Participação da Companhia		PL	Total de Ativos	Lucro (Prejuízo)
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Saldo em 31.12.2019						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	212.108	461.521	48.119
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	328.449	586.096	81.108
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.993	130.883	42.781
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	42.217	56.973	1.016
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	52.610	64.164	7.230
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.722	38.264	(95)
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	36.783	63.842	(1.008)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	61.343	1.585.189	32.028
Saldo em 31.12.2020						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	203.837	538.314	80.619
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	379.388	627.715	70.357
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.227	128.798	42.007
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	44.716	54.652	2.712
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	49.843	59.662	7.775
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	25.464	38.065	736
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	36.983	62.655	(719)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	232.092	1.784.077	74.871

18.2. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Controladora

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Saldo em 31.12.2018	**981.299**	**462.626**	**60.739**	**82.746**	**29.145**	**1.616.555**
Dividendos e JCP Creditados	(53.727)	(22.111)	(17.000)	(3.626)	(10.672)	(107.136)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	198.173	74.262	15.511	13.788	9.853	311.587
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(612.094)	-	-	-	-	(612.094)
Outros Ajustes	-	-	6.259	-	-	6.259
Saldo em 31.12.2019	**513.651**	**514.777**	**65.509**	**91.440**	**28.326**	**1.213.703**
Dividendos e JCP Creditados	(120.991)	(27.699)	(27.453)	(3.301)	(9.851)	(189.295)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	409.048	81.909	24.899	11.961	9.674	537.491
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	188.293	-	-	-	-	188.293
Saldo em 31.12.2020	**990.001**	**568.987**	**62.955**	**98.631**	**28.149**	**1.748.723**

Consolidado

Descrição	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Saldo em 31.12.2018	**60.739**	**82.746**	**29.145**	**56.033**	**228.663**
Integralizações	-	-	-	1.476	1.476
Dividendos e Juros s/Capital Próprio – JCP Creditados	(17.000)	(3.626)	(10.672)	(660)	(31.958)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.511	13.788	9.853	4.448	43.600
Outros Ajustes	6.259	-	-	-	6.259
Saldo em 31.12.2019	**65.509**	**91.440**	**28.326**	**61.297**	**246.572**
Integralizações	-	-	-	10.363	10.363
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	(27.453)	(3.301)	(9.851)	(2.511)	(43.116)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	24.899	11.961	9.674	10.049	56.583
Saldo em 31.12.2020	**62.955**	**98.631**	**28.149**	**79.198**	**268.933**

18.3. AQUISIÇÃO DO DIREITO DE USO DE CONCESSÃO

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de dezembro de 2020 é de R$34.135 (R$35.603, em 31 de dezembro de 2019). O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

18.4. TESTE DE RECUPERABILIDADE (*IMPAIRMENT TEST*) DO ÁGIO PAGO

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2020, com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado – FCD, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2039, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 9,97%, é de R$19,5 milhões, sendo superior ao valor contábil de R$12,8 milhões. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Celesc G:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28 MWm.
Qtdade Energia Contratada p/ Venda	5,46 MWm.
Preço de venda	Venda no ACL a R$267,00/MWh, a valores de 2019, corrigido pelo IGP-M, até 2026. A partir de 2027 o preço será de R$ 289,35/MWh, corrigido anualmente pelo IPCA.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: projeção de R$210,00/MWh, corrigido pelo IGP-M; Valor PLD de R$185,00/MWh, corrigido pelo IGP-M.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R$ 8.232.320,73), sendo R$ 2.532.284,38 vencendo no curto prazo e R$ 5.700.036,35 no longo prazo, com custo financeiro médio de 9,64% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos dentro dos custos de manutenção.

19. IMOBILIZADO

19.1. COMPOSIÇÃO DO SALDO

Consolidado

Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento (i)	Total
Saldo em 31.12.2018	**3.879**	**12.519**	**29.844**	**83.039**	**550**	**30.235**	**160.066**
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.109	1.912	30.235	439.220
Provisão p/ Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	81	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.481)	(1.443)	-	(235.268)
Saldo em 31.12.2018	**3.879**	**12.519**	**29.844**	**83.039**	**550**	**30.235**	**160.066**
Adições	-	-	-	-	-	9.564	9.564
Baixas Saldo Bruto	-	(806)	(3)	(591)	(46)	(1.841)	(3.287)
Baixas Depreciação	-	761	3	471	47	-	1.282
Depreciação	-	(382)	(768)	(3.351)	(110)	-	(4.611)
(+/-) Transferências	-	-	274	3.684	-	(3.958)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	5.731	914	2.215	2.907	(56)	-	11.711
Baixa de Provisão p/ Perdas	-	45	-	26	-	-	71
Saldo em 31.12.2019	**9.610**	**13.051**	**31.565**	**86.185**	**385**	**34.000**	**174.796**
Custo do Imobilizado	20.202	169.822	50.169	170.673	1.752	34.000	446.618
Provisão p/ Perdas	(3.264)	(24.486)	(723)	(3.656)	25	-	(32.104)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(132.285)	(17.881)	(80.832)	(1.392)	-	(239.718)
Saldo em 31.12.2019	**9.610**	**13.051**	**31.565**	**86.185**	**385**	**34.000**	**174.796**
Adições	-	-	-	-	-	30.440	30.440
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(129)	(3)	(132)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	129	-	129
Depreciação	-	(424)	(903)	(3.711)	(171)	-	(5.209)
(+/-) Transferências	-	-	-	950	464	(1.414)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	(1.163)	1.348	287	878	53	-	1.403
Saldo em 31.12.2020	**8.447**	**13.975**	**30.949**	**84.302**	**731**	**63.023**	**201.427**
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	171.152	2.087	63.023	475.691
Provisão p/ Perdas	(4.427)	(23.138)	(436)	(2.778)	78	-	(30.701)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.948)	(18.781)	(84.072)	(1.434)	-	(243.563)
Saldo em 31.12.2020	**8.447**	**13.975**	**30.949**	**84.302**	**731**	**63.023**	**201.427**
Taxa Média de Depreciação	**0%**	**3,12%**	**2,39%**	**3,09%**	**11,67%**	**0,00%**	

(i) Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio em 2020, R$27,1 milhões foram gastos com equipamentos hidromecânicos, turbinas, geradores, projeto civil, ambiental, elétrico e mecânico, mobilização e canteiro de obras, fabricação do elevador da Usina Celso Ramos; R$1,8 milhões foram aplicados na turbina hidráulica, módulo ethercat e manutenção do rotor da Usina Salto; R$744 mil referem-se ao serviço de desenvolvimento de software e drone com câmera integrada para a Adm. Central; R$414 mil foram alocados na reforma do gerador 02, barco de alumínio, esteira e guia porta cabos, sensor de pressão submersível, poste e portão da Usina Pery; R$381 mil foram aplicados no cabo de aço, sistema de exaustão, serviço de manutenção eletromecânica, automação da Usina Rio dos Cedros; R$203 mil foram alocados no serviço de engenharia consultiva da Usina Caveiras; R$172 mil referem-se a cabos de força da UG-01, serviço de manutenção eletromecânica e sonda de pressão hidrostática da Usina Bracinho e R$84 mil foram alocados em cabo de aço, módulo Pam IHM, bateria estacionária, poste e portão da Usina Palmeiras.

19.2. RECUPERABILIDADE DE ATIVOS (*IMPAIRMENT TEST*)

Em 2020 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R$5,3 milhões e Reversão do Valor Recuperável de Ativos no valor de R$6,7 milhões.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para a análise do Parque Gerador Próprio da Companhia, procedeu-se ao levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data-base de dezembro de 2020.

Considerou-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2047, por se tratar do prazo final da concessão da usina Pery, prorrogada por 30 anos, vigendo a partir de julho de 2017, em virtude do nível de maior certeza dessas projeções, dados os contratos firmados e existentes de demanda de energia realizados pela empresa, bem como pela própria dinâmica de negociação do excedente gerado de energia, conforme regulação prevista.

Para a projeção dos investimentos, foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração, sendo considerados apenas os investimentos em melhorias e manutenções das usinas, para manter os ativos na situação atual de operação, não sendo considerados os investimentos com ampliações. Os valores foram atualizados pelo IPCA e ajustados pelas reduções da garantia física do parque gerador.

Em virtude do regramento estabelecido no contrato de concessão, no final da concessão da Usina Celso Ramos é apurado o Valor Residual para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado. As demais usinas não possuem o direito a indenização pelos investimentos em melhorias ao final da concessão, conforme contrato.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método *Capital Asset Pricing Model – CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 10,36%.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por UGC, registrados no exercício de 2020, estão demonstrados a seguir:

Usina	**Saldo Líquido Antes do Teste de *Impairment***	***Valuation***	**Provisões**	**Reversões**	**Impacto no Resultado**
CGH Caveiras	5.138	(2.498)	(5.138)	-	(5.138)
PCH Celso Ramos	6.166	11.634	-	5.468	5.468
CGH Ivo Silveira	158	(5.594)	(158)	-	(158)
UHE Pery	119.116	126.735	-	1.238	1.238
CGH Piraí	-	(14.843)	-	-	-
CGH Rio do Peixe	-	(10.356)	-	-	-
CGH São Lourenço	7	(14.801)	(7)	-	(7)
UHE Palmeiras	64	140.368	-	-	-
UHE Bracinho	2.468	81.886	-	-	-
UHE Garcia	1.576	72.980	-	-	-
UHE Cedros	264	65.211	-	-	-
UHE Salto	1.296	23.284	-	-	-
Total	**136.253**	**474.006**	**(5.303)**	**6.706**	**1.403**

19.3. DEPRECIAÇÃO

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado
Administração	**Percentuais (%)**
Máquinas e Equipamentos	5,3
Veículos	12,4
Móveis e Utensílios	6,3

Operação	**Percentuais (%)**
Prédios e Construções	2,4
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,1
Veículos	10,6
Móveis e Utensílios	1,4

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

Os ativos da Usina Pery, da PCH Celso Ramos e das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, por possuírem contrato de registro.

São ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na referida Resolução.

19.4. ATIVO IMOBILIZADO TOTALMENTE DEPRECIADO AINDA EM OPERAÇÃO

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2020 são:

		Consolidado
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Reservatórios, Barragens e Adutoras	132.349	132.349
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	11.935	11.935
Máquinas e Equipamentos	48.297	48.225
Outros	13.826	13.956
Total	**206.407**	**206.465**

20. INTANGÍVEL

20.1. ÁGIO ECTE

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

				Controladora	
Descrição	**31.12.2018**	**Amortizações**	**31.12.2019**	**Amortizações**	**31.12.2020**
Ágio ECTE	5.949	(503)	5.446	(502)	4.944

20.2. CONTRATOS DE CONCESSÃO

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (ii)	*Software* Adquiridos	Ágio	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
						Consolidado
Saldo em 31.12.2018	**3.287.592**	**1.510**	**5.949**	**70**	**1.435**	**3.296.556**
Custo Total	4.981.357	6.495	14.248	70	1.435	5.003.605
Amortização Acumulada	(1.693.765)	(4.985)	(8.299)	-	-	(1.707.049)
Saldo em 31.12.2018	**3.287.592**	**1.510**	**5.949**	**70**	**1.435**	**3.296.556**
Adições	431.291	-	-	-	356	431.647
Baixas	(49.710)	-	-	-	-	(49.710)
Amortizações	(220.358)	(756)	(503)	-	-	(221.617)
Saldo em 31.12.2019	**3.448.815**	**754**	**5.446**	**70**	**1.791**	**3.456.876**
Custo Total	5.362.938	6.495	14.248	70	1.791	5.385.542
Amortização Acumulada	(1.914.123)	(5.741)	(8.802)	-	-	(1.928.666)
Saldo em 31.12.2019	**3.448.815**	**754**	**5.446**	**70**	**1.791**	**3.456.876**
Adições	441.525	-	-	-	618	442.143
Baixas	(46.717)	-	-	-	-	(46.717)
Amortizações	(232.913)	(831)	(502)	-	-	(234.246)
Transferências	-	909			(909)	
Saldo em 31.12.2020	**3.610.710**	**832**	**4.944**	**70**	**1.500**	**3.618.056**
Custo Total	5.757.746	7.404	14.248	70	1.500	5.780.968
Amortização Acumulada	(2.147.036)	(6.572)	(9.304)	-	-	(2.162.912)
Saldo em 31.12.2020	**3.610.710**	**832**	**4.944**	**70**	**1.500**	**3.618.056**
Taxa Média Amortização	**4,3%**	**17,7%**	**3,5%**	**0%**	**0%**	

21. FORNECEDORES

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
		Controladora
Empregados a Disposição	-	451
Materiais e Serviços	72	577
Total	**72**	**1.028**

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
		Consolidado
Energia Elétrica	571.122	503.374
Encargos de Uso da Rede Elétrica	121.416	93.916
Materiais e Serviços	138.291	160.947
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	393.718	238.488
Total	**1.224.547**	**996.725**

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições apurar o valor da contabilização dos agentes. Esse valor, no caso das distribuidoras, envolve, além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico. A elevação dos custos de Sumário (SUM001) se deve pela piora do cenário meteorológico no fim de 2020, em que os reservatórios do Sul e Sudeste foram impactados pelos menores índices de chuva desde 1930. Com esse panorama, tanto o GSF (fator de produção das Hidrelétricas) quanto o custo de PLD foram impactados negativamente. Além disso, a fim de promover a segurança energética do sistema, houve aumento expressivo no custo de encargos, principalmente por conta de importação de energia do Uruguai e da Argentina, de modo a garantir o suprimento de energia no Sul do país.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem cinco classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Nota Promissória Comercial, (iii) Empréstimos da Eletrobras, (iv) Empréstimos Tipo Finame e (v) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Holding, conforme disposições contratuais.

Descrição		31.12.2020	31.12.2019
			Consolidado
Total Moeda Nacional		**944.422**	**813.035**
Empréstimos Bancários (i)	7,40% a.a.	-	150.357
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,25% e CDI+1,3%	122.406	301.388
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	298.315	336.200
Nota Promissória Comercial (ii)	CDI+4,5%a.a.	507.939	-
Empréstimos Eletrobras (iii)	5% a.a.	3.857	5.438
Empréstimos Finame (iv)	2,5% a 9,5% a.a.	11.905	19.652
Total Moeda Estrangeira		**710.522**	**474.596**
Empréstimos – BID (v)	CDI + 0,89% a 1,44% a.a	710.522	474.596
Total		**1.654.944**	**1.287.631**
Circulante		**865.901**	**383.623**
Não Circulante		**789.043**	**904.008**

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a contratações cujos recursos foram utilizados exclusivamente para o reforço de caixa da Companhia.

Por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, em abril de 2018, houve a contratação de mais R$150 milhões junto ao Banco Safra, com juros pré-fixados em 7,40% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato foi de 12 meses e sua liquidação estava prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*). Contudo, em abril de 2019, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para mais 12 meses, sendo mantida a modalidade *bullet* para sua liquidação no final de sua vigência. Por estratégia da Companhia, essa CCB foi repactuada mais uma vez, por 120 (cento e vinte) dias, tendo seu vencimento previsto para agosto de 2020. Tanto a amortização se mantém na modalidade *bullet*, como a taxa de juros também foi mantida no mesmo percentual em que fora contratada. Sua liquidação foi efetuada em parcela única no seu respectivo vencimento.

Em novembro de 2018, ocorreu a contratação de R$100 milhões, junto ao Banco do Brasil, por meio de Cédula de Credito Bancário – CCB, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,25% a.a. exigida trimestralmente. O período de vigência de 24 meses tem previsão de amortização em 4 parcelas trimestrais, com início em fevereiro de 2020 e término em novembro de 2020. As quatro parcelas foram amortizadas no seu respectivo vencimento.

Também em novembro de 2018 e por meio de CCB, houve a contratação de R$200 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,3% a.a. exigida mensalmente. O prazo de vigência é de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, e liquidação em 18 parcelas mensais, iniciada em junho de 2020 e com término previsto para novembro de 2021.

Encerrando as contratações classificadas como Empréstimos Bancários, em abril de 2019, foram contratados R$335 milhões junto ao Banco Safra, por meio de CCB, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. exigida mensalmente. Os prazos de vigência, de carência e de liquidação do principal são idênticos aos descritos no contrato anterior, sendo o início da amortização previsto para novembro de 2020 e o final para abril de 2022.

ii) Nota Promissória Comercial

Em 29 de maio de 2020, a Celesc D efetuou a primeira emissão Notas Promissórias Comerciais, sendo emitidos 489 (quatrocentos e oitenta e nove) títulos com valor unitário de R$1,0 milhão, totalizando R$489,0 milhões. Os vencimentos são para 24 de maio de 2021 e o pagamento da amortização será de forma única, na modalidade *bullet*. As Notas Promissórias farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia "*Over* extra grupo", calculadas e divulgadas pela B3, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) equivalente a 4,50% a.a. O pagamento de juros também ocorrerá na data de vencimento.

iii) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5,00% a.a., taxa de administração de 2,00% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iv) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,50% a 9,50% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

v) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US$276.051.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e cinquenta e um mil dólares americanos) e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante e a taxa de juros é *libor* de 3 meses (*USD-LIBOR 3m*), acrescida de *spread*, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

A primeira liberação ocorreu em 10 de dezembro de 2018, no valor de US$70.374.302,95 (setenta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e dois dólares americanos e noventa e cinco centavos) e a segunda em 28 de janeiro de 2019, no valor de US$9.704.328,10 (nove milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e vinte e oito dólares americanos e dez centavos).

Em 2 de maio de 2019, a Celesc D optou pela conversão, em moeda nacional, do saldo devedor liberado até aquela data, no montante de US$80.078.631,05 (oitenta milhões, setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um dólares americanos e cinco centavos), e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, que passou a ser CDI+0,89% a.a. (já considerando os custos do BID) durante toda a vigência do contrato para essas liberações, não mais havendo, portanto, incidência de variação cambial.

Ato contínuo à transação, ocorreram mais quatro liberações: a terceira, em 07 de outubro de 2019, no valor de US$26.210.755,00 (vinte e seis milhões, duzentos e dez mil e setecentos e cinquenta e cinco dólares americanos) a quarta, em 10 de dezembro de 2019, no valor de US$ 9.767.891,73 (nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e um dólares americanos e setenta e três centavos) a quinta , em 09 de junho de 2020, no valor total de US$ 7.273.169,76 (sete milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e sessenta e nove dólares americanos e setenta e seis centavos) e a sexta liberação, em 13 de outubro de 2020, no valor total de US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares americanos).

Assim como nas anteriores, também optou-se pela conversão do saldo liberado a taxa de juros nacional, atrelada ao CDI, ficando em CDI+0,935% a.a. para a liberação ocorrida em 07 de outubro de 2019, CDI+0,77% a.a. para a liberação ocorrida em 10 de dezembro de 2019, CDI+1,14% a.a. para a liberação ocorrida em 09 de junho de 2020, e CDI+1,80% a.a. para a liberação ocorrida em 13 de outubro de 2020 (já considerando os custos do BID) durante toda a vigência do contrato para essas liberações, com vistas a não haver incidência de variação cambial nesse financiamento.

a) Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

					Consolidado	
Descrição	**Nacional**		**Estrangeira**		**Total**	
	31.12.2020	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Ano 2021	-	351.849	-	-	-	351.849
Ano 2022	79.107	79.107	-	-	79.107	79.107
Ano 2023	3.260	3.259	-	-	3.260	3.259
Ano 2024	1.139	1.139	35.259	23.415	36.398	24.554
Ano 2025 +	364	364	669.914	444.875	670.278	445.239
Total	**83.870**	**435.718**	**705.173**	**468.290**	**789.043**	**904.008**

b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

			Consolidado
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**320.322**	**325.026**	**645.348**
Ingressos	-	335.000	335.000
Encargos Provisionados	60.138	-	60.138
Transferências	224.308	(224.308)	-
Amortização do Principal	(167.383)	-	(167.383)
Pagamento de Encargos	(60.068)	-	(60.068)
Saldo em 31.12.2019	**377.317**	**435.718**	**813.035**
Ingressos	538.000	-	538.000
Atualização Monetária	-	-	-
Encargos Provisionados	57.795	-	57.795
Transferências	351.848	(351.848)	-
Amortizações de Principal	(423.307)	-	(423.307)
Pagamentos de Encargos	(41.101)	-	(41.101)
Saldo em 31.12.2020	**860.552**	**83.870**	**944.422**

c) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

			Consolidado
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**767**	**272.686**	**273.453**
Ingressos	-	183.897	183.897
Atualização Monetária	-	11.707	11.707
Encargos Provisionados	23.385	-	23.385
Pagamento de Encargos	(17.846)	-	(17.846)
Saldo em 31.12.2019	**6.306**	**468.290**	**474.596**
Ingressos	-	232.318	232.318
Atualização Monetária	-	4.565	4.565
Encargos Provisionados	24.077	-	24.077
Pagamentos de Encargos	(25.034)	-	(25.034)
Saldo em 31.12.2020	**5.349**	**705.173**	**710.522**

23. DEBÊNTURES

23.1. DEBÊNTURES 2018 – CELESC D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc *Holding* prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures terão prazo de 5 anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023, com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020, e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 31 de dezembro de 2020, foram pagos R$36 milhões de juros remuneratórios.

Anualmente, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do cálculo dessa relação foi de 0,92, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.2. DEBÊNTURES 2018 – CELESC G

Em 1º de junho de 2018, a Celesc G emitiu, 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R$10 mil, não atualizado monetariamente, totalizando R$150 milhões. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G. A garantia fidejussória, por sua vez, foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures possuem prazo de cinco anos, contados da data de sua emissão, e os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros vem ocorrendo desde setembro de 2018 e a amortização está sendo efetuada desde junho de 2019, ambos de forma trimestral e consecutiva. Até 31 de dezembro de 2020, foram pagos R$24,8 milhões de remuneração e R$61,8 milhões de principal.

Semestralmente, a Companhia, como garantidora, e a Celesc G, como emissora, têm como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do cálculo dessas relações, respectivamente, foram de 0,92 e 0,65, cumprindo, assim, tais obrigações.

23.3. DEBÊNTURES 2020 – CELESC G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R$1 mil, totalizando R$37 milhões com atualização monetária pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures possuem prazo de dez anos, contados da data de sua emissão, e juros remuneratórios de 4,30% a.a. até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciará em junho de 2021 e a amortização será iniciada em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do cálculo dessa relação foi de 0,65, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.4. MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

	Consolidado
Descrição	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**501.262**
Encargos Provisionados	34.062
Pagamentos Encargos	(36.417)
Pagamento Principal	(126.490)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	1.038
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	490
Saldo em 31.12.2019	**373.945**
Circulante	**105.133**
Não Circulante	**268.812**
Ingressos	35.659
Encargos Provisionados	15.610
Pagamentos Encargos	(18.064)
Pagamento Principal	(101.961)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	623
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	490
Juros s/ Obras em Andamento	206
Saldo em 31.12.2020	**306.508**
Circulante	**102.592**
Não Circulante	**203.916**

23.5. CUSTOS NA CAPTAÇÃO DE DEBÊNTURES A APROPRIAR

		Consolidado
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Ano 2020	-	1.115
Ano 2021	1.248	1.113
Ano 2022	1.248	1.113
Ano 2023	660	528
Total	**3.156**	**3.869**

23.6 CONCILIAÇÃO DE PASSIVOS RESULTANTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Controladora
Descrição	
Saldo Dividendos e JCP em 31.12.2018	**39.524**
Pagamentos – Variações no Fluxo de Financiamento	(36.512)
Variações que não Afetam Caixa	64.671
Saldo Dividendos e JCP em 31.12.2019	**67.683**
Pagamentos – Variações no Fluxo de Financiamento	**(67.250)**
Variações que não Afetam Caixa	**123.188**
Saldo Dividendos e JCP em 31.12.2020	**123.621**

							Consolidado
Descrição	**31.12.2019**	**Ingressos de Recursos**	**Pagamento do Principal**	**Total da Variações de Fluxo de Financiamentos**	**Pagamento de Juros (i)**	**Variações que não Afetam o Caixa(ii)**	**31.12.2020**
Emp./Financiamentos	1.287.631	770.318	(423.307)	347.011	(66.135)	86.437	1.654.944
Debêntures	373.945	35.659	(101.961)	(66.302)	(18.064)	16.929	306.508
Dividendos e JCP	67.683	-	(67.250)	(67.250)	-	123.188	123.621
Total	**1.729.259**	**805.977**	**(592.518)**	**213.459**	**(84.199)**	**226.554**	**2.085.073**

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.
(ii) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R$81.872. As debêntures totalizaram R$15.610, sendo R$1.113 desse total referentes às custas com debêntures incorridas em 2020.

							Consolidado
Descrição	**31.12.2018**	**Ingressos de Recursos**	**Pagamento Principal**	**Total das Variações Fluxo de Financiamento**	**Pagamento de Juros (i)**	**Variações que não afetam o Caixa**	**31.12.2019**
Emp./Financiamentos	918.801	518.897	(167.383)	351.514	(77.914)	95.230	1.287.631
Debêntures	501.262	-	(126.490)	(126.490)	(36.417)	35.590	373.945
Dividendos e JCP	39.524	-	(36.512)	(36.512)	-	64.671	67.683
Total	**1.459.587**	**518.897**	**(330.385)**	**188.512**	**(114.331)**	**195.491**	**1.729.259**

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Provisões e Encargos Sociais da Folha	658	378	94.946	100.890
Plano de Desligamento Incentivado – PDI (i)	-	-	132.670	119.173
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	7.479	8.485
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	24.155	17.999
Folha de Pagamento Líquida	221	254	12.670	13.787
Total	**879**	**632**	**271.920**	**260.334**
Circulante	**879**	**632**	**211.656**	**212.148**
Não Circulante	**-**	**-**	**60.264**	**48.186**

24.1. PLANO DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Planos	**Tempo Mínimo de Empresa**	**Número de Parcelas**	**Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD**
PDI 2016	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2017	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2018	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2019	25 anos	De 24 a 60	Não há
PDI 2020	24 anos	De 24 a 60	Não há

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da empresa 84 empregados.

Plano	**Tempo Mínimo de Empresa**	**Número de Parcelas**	**Número de Parcelas com Adesão ao Plano CD**
PDI-E 2020	33 anos	De 36 a 60	18

Em julho de 2020, foi aprovada a realização de uma nova edição. Os desligamentos do PDI 2020 iniciaram em setembro, com 18 saídas, e devem continuar acontecendo até maio de 2021. No exercício de 2020, o custo do PDI e PDI-E é de R$112.847.

Desde a implantação do programa até dezembro de 2020 ocorreram 942 desligamentos, que totalizaram despesas no montante de R$364.548

A tabela abaixo demonstra o resumo das saídas e a contabilização de despesas de cada edição:

Planos	Quantidade de Empregados Desligados	Despesa em R$ Mil
PDI 2016	71	16.183
PDI 2017	181	79.531
PDI 2018	316	68.737
PDI 2019	272	87.250
PDI/PDI-E 2020	102	112.847

Em dezembro de cada ano ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

25. TRIBUTOS

25.1. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO E IRRF S/ JSCP

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
IRPJ	-	-	10.123	7.870
CSLL	971	-	5.239	3.874
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	6.272	4.178	6.272	4.178
Total a Recolher	**7.243**	**4.178**	**21.634**	**15.922**
(-) Tributos a Recuperar	(25.888)	(10.905)	(14.831)	(21.692)
Tributos Líquidos	**(18.645)**	**(6.727)**	**6.803**	**(5.770)**

25.2. OUTROS TRIBUTOS

O Ministério de Economia emitiu as Portarias nº 139 e 245/2020 prorrogando o prazo para recolhimento do PIS e COFINS das competências de abril e maio de 2020, em decorrência da pandemia relacionada ao COVID-19. O curso normal das operações aconteceu a partir do terceiro trimestre de 2020.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
ICMS	-	-	274.512	144.156
PIS e COFINS	11.329	5.572	70.171	45.183
Outros	223	105	4.540	4.035
Total a Recolher	11.552	**5.677**	**349.223**	**193.374**
(-) Tributos a Compensar	-	-	(686.910)	(1.139.732)
Tributos Líquidos	**11.552**	**5.677**	**(337.687)**	**(946.358)**

26. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Programa Eficiência Energética – PEE (i)	118.427	162.400
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D (i)	131.873	69.638
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE (ii)	19.442	19.441
Parcelamento ECE	53.596	67.000
Encargo Conta Bandeiras	36.244	35.736
Taxa de Fiscalização ANEEL	768	654
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEEE	417	417
Outros	232	153
Total	**360.999**	**355.439**
Circulante	**177.921**	**166.014**
Não Circulante	**183.078**	**189.425**

i) P&D e PEE – Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D e em Programas de Eficiência Energética - PEE, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Em 1º de setembro de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 998, ela dispõe sobre alterações em normas legais, compreendendo uma medida temporária emergencial destinada a mitigar os efeitos econômicos da Pandemia de Covid-19 sobre as tarifas de energia elétrica.

A MP nº 998/20 trata da transferência de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), entre 2021 e 2025, 30% dos recursos que as concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar em programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e

de eficiência energética. Verbas para projetos contratados ou iniciados serão preservadas. O período abrange de 1º de setembro de 2020 à 31 de dezembro de 2025.

O setor aguarda os trâmites para conversão em lei.

ii) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE – Foi instituído pela Lei nº 10.438/02 com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

27.1. CONTINGÊNCIAS PROVÁVEIS

	Controladora			
Contingências	**Depósitos Judiciais**		**Provisões p/ Riscos**	
	31.12.2020	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	4.686	4.669	-	-
Cíveis	6.361	8.373	182	292
Regulatórias	8.182	8.182	3.483	2.983
Ambientais	-	-	-	-
Total	**21.346**	**23.341**	**4.928**	**4.538**

	Consolidado			
Contingências	**Depósitos Judiciais**		**Provisões p/ Riscos**	
	31.12.2020	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Tributária (i)	3.753	3.752	19.677	9.641
Trabalhistas (ii)	35.919	45.382	45.002	60.123
Cíveis (iii)	96.982	75.221	162.161	130.581
Regulatórias (iv)	155.215	46.699	247.250	303.762
Ambientais (v)	-	-	18.703	2.123
Total	**291.869**	**171.054**	**492.793**	**506.230**

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**Depósitos Judiciais**	**Provisões p/ Riscos**	**Depósitos Judiciais**	**Provisões p/Riscos**
Saldo em 31.12.2018	**19.678**	**6.625**	**170.350**	**639.573**
Constituição	4.765	330	160.491	107.055
Atualização Financeira	-	-	-	19.654
Baixas	(1.102)	(2.417)	(159.787)	(260.052)
Saldo em 31.12.2019	**23.341**	**4.538**	**171.054**	**506.230**
Constituição	306	598	300.785	200.453
Atualização Financeira	-	-	-	(62.500)
Baixas	(2.301)	(208)	(179.970)	(151.390)
Saldo em 31.12.2020	**21.346**	**4.928**	**291.869**	**492.793**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas à notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R$3,6 milhões e se refere à execução fiscal proposta pela União, tendo por objeto a contribuição previdenciária, prevista no artigo 31 da Lei nº 8212/91, incidente sobre faturas de serviços prestados mediante cessão de mão de obra. A Celesc D opôs embargos à execução fiscal, sustentando a inexigibilidade do tributo, os quais foram julgados parcialmente procedentes, determinando à União a retificação da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos termos da decisão. O processo encontra-se em fase final de ajustamento da CDA e apuração de crédito tributário remanescente.

Já na esfera municipal, o processo mais relevante tem perda estimada em R$10,1 milhões, e tem por objeto a incidência de ISS sobre a arrecadação da COSIP por meio de convênio celebrado com o ente público.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

27.2. CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
Contingências	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Tributárias (i)	4.237	4.227
Trabalhistas (ii)	15.908	15.676
Cíveis (iii)	212.033	276.243
Regulatórias (iv)	176.772	148.679
Ambientais (v)	24.079	46.962
Total	**433.029**	**491.787**

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

		Consolidado
Obrigações Registradas	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Planos Previdenciários	**1.239.278**	**1.467.554**
Plano Misto e Plano Transitório (a)	1.239.278	1.467.554
Planos Assistenciais	**1.278.055**	**1.370.922**
Plano Celos Saúde (b)	1.213.968	1.308.002
Outros Benefícios (c)	64.087	62.920
Total	**2.517.333**	**2.838.476**
Circulante	**197.901**	**176.528**
Não Circulante	**2.319.432**	**2.661.948**

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R$376,8 milhões referem-se ao saldo da dívida pactuada com a CELOS em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou, a partir de 2015, a atualização monetária e os juros como resultado financeiro, em conformidade com o CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

28.1. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

a) Obrigações Atuariais

						Consolidado
Descrição	**Plano Misto**	**Plano Transitório**	**Plano Celos Saúde**	**Plano Pecúlio**	**Outros Benefícios**	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**2.090.835**	**695.089**	**957.713**	**2.021**	**53.752**	**3.799.410**
Custo do Serviço Corrente Líquido	5.894	-	(20.065)	117	-	(14.054)
Contrib. de Participante Realizadas no Período	28.934	14.601	40.806	-	(2.901)	81.440
Juros s/ Obrigação Atuarial	185.316	59.030	84.600	164	4.711	333.821
Benefícios Pagos no Período	(170.603)	(82.601)	(82.598)	(205)	(4.627)	(340.634)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	547.102	92.828	355.069	49	11.985	1.007.033
Saldo em 31.12.2019	**2.687.478**	**778.947**	**1.335.525**	**2.146**	**62.920**	**4.867.016**
Custo do Serviço Corrente Líquido	7.524	-	(25.801)	147	-	(18.130)
Contrib. de Participante Realizadas no Período	27.529	14.831	41.238	-	-	83.598
Juros s/ Obrigação Atuarial	183.018	50.274	93.198	134	4.180	330.804
Benefícios Pagos no Período	(182.457)	(83.046)	(84.518)	(218)	(4.514)	(354.753)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(104)	5.504	(102.520)	(276)	1.501	(95.895)
Saldo em 31.12.2020	**2.722.988**	**766.510**	**1.257.122**	**1.933**	**64.087**	**4.812.640**

b) Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

						Consolidado
Descrição	**Plano Misto**	**Plano Transitório**	**Plano Celos Saúde**	**Plano Pecúlio**	**Outros Benefícios**	**Total**
Passivo (Ativo) em 31.12.2018	**650.262**	**373.993**	**926.828**	**-**	**53.752**	**2.004.835**
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.637.050)	(361.821)	(27.523)	(11.362)	-	(2.037.756)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.687.478	778.947	1.335.525	2.146	62.920	4.867.016
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Período	-	-		9.216	-	9.216
Passivo (Ativo) em 31.12.2019	**1.050.428**	**417.126**	**1.308.002**	**-**	**62.920**	**2.838.476**
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.887.276)	(362.944)	(43.154)	(12.490)	-	(2.305.864)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.722.988	766.510	1.257.122	1.933	64.087	4.812.640
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Período	-	-	-	10.557	-	10.557
Passivo (Ativo) em 31.12.2020	**835.712**	**403.566**	**1.213.968**	**-**	**64.087**	**2.517.333**

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

					Consolidado
Descrição	**Plano Misto**	**Plano Transitório**	**Plano Celos Saúde**	**Plano Pecúlio**	**Total**
Saldo em 31.12.2018	**1.440.573**	**321.096**	**30.885**	**9.655**	**1.802.209**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(170.603)	(82.601)	(82.598)	(205)	(336.007)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	28.934	14.601	40.806	-	84.341
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	73.190	58.109	48.400	-	179.699
Rendimentos Esperados dos Ativos	128.840	28.124	2.512	852	160.328
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	136.116	22.492	(12.482)	1.060	147.186
Saldo em 31.12.2019	**1.637.050**	**361.821**	**27.523**	**11.362**	**2.037.756**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(182.457)	(83.046)	(84.518)	(218)	(350.239)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	27.529	14.831	41.239	-	83.599
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	76.016	62.274	53.856	-	192.146
Rendimentos Esperados dos Ativos	111.923	24.054	2.234	769	138.980
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	217.215	(16.990)	2.820	577	203.622
Saldo em 31.12.2020	**1.887.276**	**362.944**	**43.154**	**12.490**	**2.305.864**

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

	Consolidado
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Plano Transitório	11.826	16.793
Plano Misto	51.469	35.901
Plano Médico	27.651	33.411
Outros Benefícios	4.329	4.828
Total	**95.275**	**90.933**
Despesa Pessoal	55.263	54.585
Despesa Financeira	40.012	36.348
Total	**95.275**	**90.933**

e) Premissas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Premissas	Misto	Transitório	Pecúlio	Auxílio Deficiência	Auxílio Funeral	Benefício Mínimo	Saúde
Taxa Real de Desconto Atuarial	3,50%	2,93%	3,34%	3,44%	3,80%	3,10%	3,80%
Retorno Real Esperado s/ os Ativos	3,50%	2,93%	3,34%	3,44%	3,80%	3,10%	3,80%
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,95%	N.U.	0,00%	N.U.	N.U.	0,00%	N.U.
Crescimento Real dos Benef. do Plano Durante o Recebimento	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	N.U.	0,00%	-
HCCTR	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	3,00%
Aging Factor	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	2,50%
Fator de Capacidade s/ os Benefícios	97,90%	97,90%	100,00%	97,90%	N.U.	97,90%	100,00%
Fator de Capacidade s/ os Salários	97,90%	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	100,00%
Inflação Esperada	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%
Taxa de Desconto Nominal	6,94%	6,35%	6,77%	6,87%	7,25%	6,52%	7,25%
Retorno Nominal Esperado s/ os Ativos do Plano	6,94%	6,35%	6,77%	6,87%	7,25%	6,52%	7,25%
Taxa nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,37%	N.U.	3,32%	N.U.	N.U.	3,32%	N.U.
Crescimento Nom. dos Benef. do Plano Durante o Recebimento	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	N.U.	3,32%	6,42%
Mortalidade Geral	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	AT- 2000 por Male	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	N.U.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	AT- 2000 por sexo desagrava em 5%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT – 1949 por Male	AT- 49 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 49 por Male	AT- 49 por Male
Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	N.U.	Álvaro Vindas	N.U.	N.U.	N.U.	Álvaro Vindas
Taxa Anual de Rotatividade	1,49%	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	1,49%
Entrada em Aposentadoria	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	61 anos
Composição Familiar	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos (80% de casados e homem 3 anos mais velho do que a mulher)	Família Real	N.U.	N.U.	Família Média	Família Real	Família Efetiva

f) Despesa Estimada para o Exercício de 2021

A estimativa da despesa para o exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

Planos	Despesa a ser Reconhecida em 2021
Plano Transitório	8.165
Plano Misto	32.720
Plano Pecúlio	127
Plano Médico	4.332
Outros	4.163
Total	**49.507**

g) Movimentação do Passivo Atuarial

Consolidado

Descrição	Plano Misto/Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total (Reclassificado)
Saldo em 31.12.2018	**1.024.255**	**926.828**	**-**	**53.752**	**2.004.835**
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	93.276	62.023	117	1.810	157.226
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	481.322	367.551	(117)	11.985	860.741
Contribuições do Empregador	(131.299)	(48.400)	-	-	(179.699)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(4.627)	(4.627)
Saldo em 31.12.2019	**1.467.554**	**1.308.002**	**-**	**62.920**	**2.838.476**
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	104.839	65.163	147	4.180	174.329
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(194.825)	(105.341)	(147)	1.501	(298.812)
Contribuições do Empregador	(138.290)	(53.856)	-	-	(192.146)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	-	-	-	(4.514)	(4.514)
Saldo em 31.12.2020	**1.239.278**	**1.213.968**	**-**	**64.087**	**2.517.333**

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social atualizado da Companhia, subscrito e integralizado, é de R$1.340.000.000,00 (um bilhão e trezentos e quarenta milhões de reais), representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Em 21 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, aumentando o valor do Capital Social Autorizado para R$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais).

Além do aumento do Capital Social Autorizado, aprovou também o aumento do Capital Social Integralizado para R$2.480.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e oitenta milhões de reais). A integralização será realizada com a incorporação de parte das Reservas de Retenção de Lucros de anos anteriores, sem qualquer emissão de novas ações.

O artigo 40 da Constituição de Santa Catarina vigente, que dispõe sobre assuntos da competência exclusiva da Assembleia Legislativa, estabelece em seu parágrafo 2º, cuja redação foi dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 21 de setembro de 2011, que o voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das Sociedades de Economia Mista, exceto da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. – Casan, que implique em alteração do estatuto social, será precedido de autorização do Poder Legislativo, pela maioria absoluta dos seus membros.

Cumprindo a exigência legal, a matéria foi encaminhada à Casa Civil do Estado de Santa Catarina, que enviou o assunto para a Assembleia Legislativa. A aprovação da alteração, constante no Ofício nº 0012.1/2020 daquela casa legislativa, oriundo da Mensagem Governamental nº 399, de 19 de fevereiro de 2020, está representada pelo Decreto Legislativo nº 18.339, de 17 de dezembro de 2020, publicado no Diário da Assembleia de Santa Catarina nº 7.768, de 18 de dezembro de 2020.

Por fim e para que possa produzir o efeito contábil proposto, a Assembleia de Acionistas deverá aprovar a alteração do Estatuto Social em questão em sua reunião ordinária e extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2021.

29.2. RESERVA LEGAL E DE RETENÇÃO DE LUCROS

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

29.3. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A proposta de dividendos calculada para o Exercício de 2020 é de 25%, conforme definido pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, observadas suas limitações.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido do Exercício	**518.685**	**283.575**
(-) Constituição de Reserva Legal	(25.934)	(14.179)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos e JSCP	**492.751**	**269.396**
Dividendos Propostos (*Pay-out* praticado 25%)	123.188	67.349
(-) JCP (Líquido)	71.146	(47.660)
Dividendos a Pagar (Passivo Circulante)	**52.042**	**19.689**
Total de Dividendos e JSCP do Exercício	**123.188**	**67.349**

Se considerarmos apenas os dividendos aprovados para distribuição na competência do exercício, temos a seguinte situação:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos e JSCP a Distribuir do Exercício (25%)	123.188	67.349
Total de Dividendos e JSCP do Exercício	**123.188**	**67.349**

Conforme Plano Diretor vigente, a Companhia adotou uma política indicativa de distribuição de dividendos de, no mínimo, 30% do Lucro Líquido ajustado, com base nas Demonstrações Financeiras anuais, se não houver limitação determinada em suas obrigações financeiras e outros fatores. Desta maneira, a Companhia provisionou o mínimo obrigatório de 25% por conta de obrigação em cláusula contratual das Debêntures da Celesc G, na qual é fiadora

24.4. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Nesse período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no Lucro/(Prejuízo) por ação.

24.5. COMPOSIÇÃO DO LUCRO BÁSICO E DILUÍDO

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	12,6892	6,9374
Ações Preferenciais Nominativas – PN	13,9581	7,6312
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	197.027	107.719
Ações Preferenciais Nominativas – PN	321.658	175.857
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	**518.685**	**283.575**

24.6. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R$1.267.144, em 31 de dezembro de 2020, e R$1.454.873, em 31 de dezembro de 2019, no Patrimônio Líquido:

	Consolidado	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Custo Atribuído – Celesc G (a)	14.589	15.153
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (b)	(1.281.733)	(1.470.026)
Total	**(1.267.144)**	**(1.454.873)**

(a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

(b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

				Consolidado
Empresa	**Ramo**	**Ativos Cobertos**	**Vigência**	**Valor Segurado (i)**
Celesc D	Seguro Garantia	Garantia de Processos Judiciais/Administrativos	29.12.2017 a 31.12.2020	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2020 a 14.05.2021	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	24.272
Celesc G	Seguro Garantia	Garantia de Aproveitamento Hidrelétrico da US Caveiras	25.11.2020 a 25.11.2022	307

(i) As premissas e os riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Em 4 de janeiro de 2020, ocorreu um sinistro na SE Joinville III, o qual se encontra em regulação. No exercício de 2020, não houve qualquer indenização para os ativos segurados.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva e correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

					31.12.2020
Descrição	**Controladora**	**Celesc D**	**Celesc G**	**Ajustes de Consolidação**	**Total**
Receita Operacional Líquida – ROL	**-**	**8.711.727**	**152.839**	**(5.866)**	**8.858.700**
Custo das Vendas	-	(7.626.762)	(34.082)	5.866	(7.654.978)
Resultado Operacional Bruto	**-**	**1.084.965**	**118.757**	**-**	**1.203.722**
Despesas com Vendas	-	(140.951)	(6.059)	-	(147.010)
Despesas Gerais e Administrativas	(19.632)	(378.077)	(15.434)	-	(413.143)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(2.525)	(17.657)	1.665	-	(18.517)
Resultado de Equivalência Patrimonial	537.491	-	10.049	(490.957)	56.583
Resultado das Atividades	**515.334**	**548.280**	**108.978**	**(490.957)**	**681.635**
Receitas Financeiras	(5.751)	235.313	3.357	(1.832)	231.087
Despesas Financeiras	(81)	(183.337)	(6.421)	1.832	(188.007)
Resultado Financeiro, Líquido	**(5.832)**	**51.976**	**(3.064)**	**-**	**43.080**
Lucro Antes IRPJ e CSLL	**509.502**	**600.256**	**105.914**	**(490.957)**	**724.715**
IRPJ e CSLL	9.183	(191.208)	(24.005)	-	(206.030)
Lucro Líquido do Período	**518.685**	**409.048**	**81.909**	**(490.957)**	**518.685**
Total dos Ativos	**2.133.733**	**9.553.390**	**768.717**		
Total dos Passivos	**149.091**	**8.563.389**	**199.730**		

					31.12.2019
Descrição	**Controladora**	**Celesc D**	**Celesc G**	**Ajustes de Consolidação**	**Total**
Receita Operacional Líquida – ROL	**-**	**7.872.697**	**148.608**	**(5.396)**	**8.015.909**
Custo das Vendas	-	(6.991.993)	(36.406)	5.396	(7.023.003)
Resultado Operacional Bruto	**-**	**880.704**	**112.202**	**-**	**992.906**
Despesas com Vendas	-	(214.954)	(5.607)	-	(220.561)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.348)	(351.013)	(16.287)	-	(390.648)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(33)	61.011	10.848	-	71.826
Resultado de Equivalência Patrimonial	311.587	-	4.448	(272.435)	43.600
Resultado das Atividades	**288.206**	**375.748**	**105.604**	**(272.435)**	**497.123**
Receitas Financeiras	(4.557)	232.813	9.586	(5.652)	232.190
Despesas Financeiras	(74)	(301.354)	(12.557)	5.652	(308.333)
Resultado Financeiro, Líquido	**(4.631)**	**(68.541)**	**(2.971)**	**-**	**(76.143)**
Lucro Antes IRPJ e CSLL	**283.575**	**307.207**	**102.633**	**(272.435)**	**420.980**
IRPJ e CSLL	-	(109.034)	(28.371)	-	(137.405)
Lucro Líquido do Período	**283.575**	**198.173**	**74.262**	**(272.435)**	**283.575**
Total dos Ativos	**1.491.187**	**8.409.618**	**701.244**		
Total dos Passivos	**84.063**	**7.895.967**	**186.467**		

31.1. RECEITA OPERACIONAL CONSOLIDADA

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Receita Operacional Bruta – ROB	**13.629.201**	**12.883.003**
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.893.269	6.632.022
Fornecimento não faturado (a)	(5.149)	(51.103)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	510.273	479.063
Suprimento não faturado (a)	1.373	(77)
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	4.515.840	4.145.833
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	6.662	4.567
Receita Financeira Bonificação de Outorga (a)	45.570	43.461
Renda de Prestação de Serviços	912	2.422
Energia Elétrica de Curto Prazo	528.922	520.579
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	869.317	(181.623)
Outras Receitas Operacionais	5.164	17.113
Doações e Subvenções (ii)	664.573	728.841
Receita de construção	592.475	541.905
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(4.770.501)**	**(4.867.094)**
ICMS	(2.271.520)	(2.300.184)
PIS	(214.448)	(202.862)
COFINS	(987.763)	(934.398)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.203.282)	(1.311.370)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(41.577)	(37.612)
Programa Eficiência Energética – PEE	(40.625)	(36.721)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(8.511)	(7.499)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(2.267)	(1.028)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(508)	(35.420)
Receita Operacional Líquida – ROL	**8.858.700**	**8.015.909**

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013) no exercício de 2020 foi de R$607.812. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R$15.254, fornecimento de Bandeiras CCRBT em R$38.253 e diferença de reembolso CDE em R$3.254.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Residencial	2.468.904	2.399.381	6.292.611	6.019.924	3.953.569	3.971.166
Industrial	117.272	110.895	10.182.873	10.460.576	1.488.379	1.671.722
Comercial	287.506	280.029	4.076.743	4.337.609	2.066.673	2.357.965
Rural	232.645	232.393	1.222.883	1.233.744	610.979	562.141
Poder Público	23.735	23.272	350.098	453.010	230.025	304.118
Iluminação Pública	910	855	637.219	655.903	242.712	268.528
Serviço Público	3.753	3.500	382.178	365.530	214.666	208.507
Reclassif. Rec. Disp. Rede Elét. Cons.Cat.	-	-	-	-	(2.918.883)	(2.763.228)
Total do Fornecimento	**3.134.725**	**3.050.325**	**23.144.605**	**23.526.296**	**5.888.120**	**6.580.919**
Suprimento de Energia	109	106	2.664.774	2.641.643	511.646	478.986
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	45.570	43.461
Total	**3.134.834**	**3.050.431**	**25.809.379**	**26.167.939**	**6.445.336**	**7.103.366**

(i) Informações não auditadas

31.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

					31.12.2020
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Outras Despesas/ Receitas Líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	5.134.866	-	-	-	5.134.866
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.183.603	-	-	-	1.183.603
Pessoal (c)	391.716	210.202	60.227	27.011	689.156
Administradores	-	7.647	-	-	7.647
Despesa Atuarial	-	55.263	-	-	55.263
Entidade de Previdência Privada (c)	16.192	8.208	2.463	-	26.863
Material	11.055	5.454	-	-	16.509
Custo de Construção	592.475	-	-	-	592.475
Custos e Serviços de Terceiros	104.020	76.556	59.907	1.028	241.511
Depreciação e Amortização	213.653	25.300	-	1.971	240.924
Provisões Líquidas	-	-	(21.984)	47.659	25.675
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	525	525
Arrendamento e Aluguéis	1.973	19.584	550	(260)	21.847
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(152.799)	(152.799)
Outros	5.425	4.929	45.847	93.382	149.583
Total	**7.654.978**	**413.143**	**147.010**	**18.517**	**8.233.648**

					31.12.2019
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Outras Despesas/ Receitas Líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	4.849.680	-	-	-	4.849.680
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	886.076	-	-	-	886.076
Pessoal (c)	398.840	197.783	64.893	24.757	686.273
Administradores	-	8.770	-	-	8.770
Despesa Atuarial	-	54.585	-	-	54.585
Entidade de Previdência Privada (c)	18.297	8.136	2.858	-	29.291
Material	10.398	6.742	-	-	17.140
Custo de Construção	541.905	-	-	-	541.905
Custos e Serviços de Terceiros	108.917	79.648	57.641	966	247.172
Depreciação e Amortização	199.547	26.178	-	1.971	227.696
Provisões Líquidas	-	-	30.417	(29.957)	460
Arrendamento e Aluguéis	2.008	19.574	684	(256)	22.010
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	(125.924)	(125.924)
Outros	7.335	(10.768)	64.068	56.617	117.252
Total	**7.023.003**	**390.648**	**220.561**	**(71.826)**	**7.562.386**

A reapresentação mencionada nos valores de 2019 é qualitativa, para fins de comparabilidade com os valores de 2020, sem qualquer alteração quantitativa.

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

		Consolidado
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	2.460.751	2.276.830
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.062.002	1.352.299
Itaipu Binacional	1.312.983	946.962
Contratos Bilaterais	21.328	22.241
Cotas de Energia Nuclear	195.843	176.699
Cotas de Garantia Física	428.565	362.419
Proinfa	170.641	205.171
PIS/COFINS	(517.247)	(492.941)
Total	**5.134.866**	**4.849.680**

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

	Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Encargo de Uso do Sistema	988.069	805.344
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	119.431	29.324
Encargos de Transporte de Itaipu	109.945	94.427
Encargo de Energia de Reserva – EER	86.815	42.942
(-) Conta de Energia de Reserva – CONER	-	-
PIS/COFINS	(120.657)	(85.961)
Total	**1.183.603**	**886.076**

c) Pessoal e Previdência Privada

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Pessoal	**6.138**	**8.699**	**689.156**	**686.273**
Remunerações	5.833	8.193	280.380	289.813
Encargos Sociais	205	296	111.620	119.327
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	38.635	37.546
Benefícios Assistenciais	-	-	67.526	64.844
Provisões e Indenizações	50	78	190.876	174.536
Outros	50	132	119	207
Previdência Privada – Celos	**3**	**-**	**26.863**	**29.291**
Total	**6.141**	**8.699**	**716.019**	**715.564**

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

31.3. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Receitas Financeiras	**(5.751)**	**(4.557)**	**231.087**	**232.190**
Renda de Aplicações Financeiras	473	1.014	16.533	28.493
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	114.666	109.581
Variações Monetárias	-	-	61.667	58.842
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro – CVA	-	-	42.866	43.247
Deságio Fornecedor	-	-	-	72
Renda de Dividendos	4.807	7	4.807	7
Juros s/Capital Próprio – JCP	122.441	60.183	122.441	60.183
Reversão de Juros s/Capital Próprio – JCP	(122.441)	(60.183)	(122.441)	(60.183)
Reversão da Provisão para Perdas de Ativo Financeiro	-	-	80	220
Outras Receitas Financeiras	335	32	13.461	8.278
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(11.366)	(5.610)	(22.993)	(16.550)
Despesas Financeiras	**(81)**	**(74)**	**(188.007)**	**(308.333)**
Encargos de Dívidas	-	-	(86.537)	(112.254)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(40.012)	(36.348)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	-	(5.697)
Variações Monetárias	-	-	(14.105)	(61.331)
Juros s/Capital Próprio – JCP	(77.417)	(51.838)	(101.589)	(65.435)
Reversão de Juros s/Capital Próprio – JCP	77.417	51.838	101.589	65.435
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(7.200)	(15.797)
Atualização Monetária s/ Passivo Financeiro – CVA	-	-	(28.327)	(44.472)
Atualização CDE	-	-	-	(15.511)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(6.812)	(13.387)
Outras Despesas Financeiras	(81)	(74)	(5.014)	(3.536)
Resultado Financeiro	**(5.832)**	**(4.631)**	**43.080**	**(76.143)**

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

32.1. BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Ativo	2020	2019
Circulante	**3.765.236**	**2.133.010**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.061.116	400.090
Contas a Receber de Clientes	1.889.243	1.403.888
Estoques	12.221	14.594
Tributos a Recuperar	583.781	65.740
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	47.032	53.236
Outros	171.843	195.462
Não Circulante	**5.788.154**	**6.276.608**
Realizável a Longo Prazo	**2.177.444**	**2.827.793**
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	610.216	523.543
Contas a Receber de Clientes	29.236	44.683
Tributos Diferidos	871.596	1.004.094
Tributos a Recuperar	106.149	1.090.907
Depósitos Judiciais	270.170	147.344
Ativo Financeiro – CVA	286.861	12.678
Outros	3.216	4.544
Intangível	**3.610.710**	**3.448.815**
Total do Ativo	**9.553.390**	**8.409.618**

32.2. BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

Passivo	2020	2019
Circulante	**3.523.748**	**2.347.280**
Fornecedores	1.217.190	989.272
Empréstimos Moeda Nacional	860.552	377.317
Empréstimos Moeda Estrangeira	5.349	6.306
Debêntures	67.558	69.644
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	210.777	211.516
Tributos a Recolher	351.984	194.446
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Declarados	97.149	47.066
Taxas Regulamentares	176.672	165.049
Mútuos (i)	91.832	-
Passivo Atuarial (CPC 33)	197.901	176.528
Passivos Financeiros – CVA	142.491	25.142
Outros Passivos	104.293	84.994
Não Circulante	**5.039.641**	**5.548.687**
Empréstimos Moeda Nacional	83.870	435.718
Empréstimos Moeda Estrangeira	705.173	468.290
Debêntures	115.714	181.760
Taxas Regulamentares	180.358	187.073
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	60.264	48.186
Passivo Atuarial (CPC 33)	2.319.432	2.661.948
Provisão p/ Contingências	487.375	500.474
PIS/COFINS a ser Restituído a Consumidores	1.087.455	1.065.238
Patrimônio Líquido	**990.001**	**513.651**
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	1.218.144	930.087
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.281.733)	(1.470.026)
Total do Passivo	**9.553.390**	**8.409.618**

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de janeiro de 2020, foi aprovado o repasse de recursos da Celesc G para a Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. A finalidade da operação é para capital de giro e a anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3679/2019, de 27 de dezembro de 2019.

O contrato foi assinado em 26 de fevereiro de 2020, com vigência para 12 (doze) meses. Os repasses foram feitos nos valores de R$40 milhões na data da assinatura e R$50 milhões no dia seguinte, totalizando R$90 milhões, que equivalem ao limite estabelecido.

Os juros remuneratórios da operação são correspondentes a 96,75% do CDI ao ano, da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3. Até 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos R$1,83 milhões de juros remuneratórios.

32.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	2020	2019
Receita Operacional Líquida – ROL	**8.711.727**	**7.872.697**
Receita Líquida de Vendas e Serviço de Energia Elétrica	7.243.273	7.507.848
Receita de Ativo (Passivo) Financeiro (CVA)	869.317	(181.623)
Receita de Construção – CPC 47	592.475	541.905
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	6.662	4.567
Custos de Vendas/Serviços Prestados	**(7.626.762)**	**(6.991.993)**
Custo das Mercadorias Vendidas	(6.302.875)	(5.718.991)
Custo dos Serviços Prestados	(731.412)	(731.097)
Custo de Construção – CPC 47	(592.475)	(541.905)
Resultado Operacional Bruto	**1.084.965**	**880.704**
Despesas Operacionais	**(536.685)**	**(504.956)**
Despesas com Vendas	(140.951)	(214.954)
Despesas Gerais e Administrativas	(378.077)	(351.013)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(17.657)	61.011
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**548.280**	**375.748**
Resultado Financeiro	**51.976**	**(68.541)**
Receitas Financeiras	235.313	232.813
Despesas Financeiras	(183.337)	(301.354)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	**600.256**	**307.207**
IRPJ e CSLL	**(191.208)**	**(109.034)**
Corrente	(155.710)	(85.275)
Diferido	(35.498)	(23.759)
Lucro Líquido do Período	**409.048**	**198.173**

32.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Receita Operacional Bruta – ROB	**13.464.393**	**12.723.988**
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.858.042	6.600.634
Fornecimento Não Faturado (a)	(5.176)	(50.194)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	425.203	391.502
Ativos e (Passivos) Financeiros – CVA	869.317	(181.623)
Disponibilização da Rede Elétrica	4.518.299	4.148.242
Energia de Curto Prazo	528.922	520.579
Doações e Subvenções	664.573	728.841
Receita de Construção	592.475	541.905
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	6.662	4.567
Outras Receitas Operacionais	6.076	19.535
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(4.752.666)**	**(4.851.291)**
ICMS	(2.271.520)	(2.300.184)
PIS	(211.982)	(200.435)
COFINS	(976.404)	(923.218)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.203.282)	(1.311.370)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(40.625)	(36.721)
Programa Eficiência Energética – PEE	(40.625)	(36.721)
Taxa de Fiscalização	(7.720)	(7.222)
Outros Encargos	(508)	(35.420)
Receita Operacional Líquida – ROL	**8.711.727**	**7.872.697**

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019 (Reclassificado)	31.12.2020	31.12.2019
Residencial	2.468.904	2.399.381	6.292.611	6.019.924	3.953.569	3.971.166
Industrial	117.264	110.887	10.053.909	10.356.678	1.460.597	1.649.602
Comercial	287.505	280.028	4.031.678	4.284.800	2.059.201	2.349.606
Rural	232.645	232.393	1.222.883	1.233.744	610.979	562.141
Poder Público	23.735	23.272	350.098	453.010	230.025	304.118
Iluminação Pública	910	855	637.219	655.903	242.712	268.528
Serviço Público	3.753	3.500	382.178	365.530	214.666	208.507
Reclassif. Receita Disp. Rede Elét.– Cons.Cativo	-	-	-	-	(2.918.883)	(2.763.228)
Total do Fornecimento	**3.134.716**	**3.050.316**	**22.970.576**	**23.369.589**	**5.852.866**	**6.550.440**
Suprimento de Energia	51	51	2.168.254	2.105.954	425.203	391.502
Total	**3.134.767**	**3.050.367**	**25.138.830**	**25.475.543**	**6.278.069**	**6.941.942**

(i) Informações não auditadas

32.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
					31.12.2020
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	6.302.875	-	-	-	6.302.875
Pessoal	389.349	192.811	59.647	27.011	668.818
Despesa Atuarial	-	55.263	-	-	55.263
Entidade Previdência Privada	16.192	8.205	2.463	-	26.860
Material	10.637	5.389	-	-	16.026
Custo de Construção	592.475	-	-	-	592.475
Custos e Serviços de Terceiros	99.163	68.740	59.391	1.028	228.322
Depreciação e Amortização	208.620	24.293	-	-	232.913
Provisões Líquidas	-	-	(26.881)	49.401	22.520
Outros	7.451	23.376	46.331	(59.783)	17.375
Total	**7.626.762**	**378.077**	**140.951**	**17.657**	**8.163.447**

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
					31.12.2019
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	5.718.991	-	-	-	5.718.991
Pessoal	397.887	176.715	63.938	24.711	663.251
Despesa Atuarial	-	54.585	-	-	54.585
Entidade Previdência Privada	18.297	8.136	2.858	-	29.291
Material	10.131	6.637	-	-	16.768
Custo de Construção	541.905	-	-	-	541.905
Custos e Serviços de Terceiros	101.987	72.480	57.029	966	232.462
Depreciação e Amortização	195.065	25.293	-	-	220.358
Provisões Líquidas	-	-	26.548	(12.968)	13.580
Outros	7.730	7.167	64.581	(73.720)	5.758
Total	**6.991.993**	**351.013**	**214.954**	**(61.011)**	**7.496.949**

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

33.1. BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Ativo	2020	2019
Circulante	**119.428**	**189.225**
Caixa e Equivalentes de Caixa	54.668	137.640
Contas a Receber de Clientes	29.727	18.116
Estoques	92	102
Tributos a Recuperar	223	635
Adiantamento a Fornecedores	918	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	33.674	32.597
Outros	126	135
Não Circulante	**649.289**	**512.019**
Realizável à Longo Prazo	**366.276**	**273.329**
Mútuos	91.832	-
Depósitos Judiciais	353	369
Tributos a Recuperar	3.755	1.938
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	267.913	258.113
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-	10.000
Outros	2	488
Investimentos	**79.198**	**61.297**
Imobilizado	**201.413**	**174.778**
Intangível	**2.402**	**2.615**
Total do Ativo	**768.717**	**701.244**

33.2. BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

Passivo	2020	2019
Circulante	**83.849**	**76.249**
Fornecedores	7.530	7.109
Debentures	35.034	35.489
Tributos a Recolher	18.134	13.696
Taxas Regulamentares	1.249	965
Dividendos a Pagar	20.546	17.637
Outros	1.356	1.353
Não Circulante	**115.881**	**110.218**
Debentures	88.202	87.052
Tributos Diferidos	24.469	19.596
Taxas Regulamentares	2.720	2.352
Provisão p/ Contingências	490	1.218
Patrimônio Líquido	**568.987**	**514.777**
Capital Social	250.000	250.000
Reserva Legal	21.700	17.604
Reserva de Retenção de Lucros	279.900	228.493
Dividendos a Disposição da AGO	2.798	3.527
Ajuste de Avaliação Patrimonial	14.589	15.153
Total do Passivo	**768.717**	**701.244**

33.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	2020	2019
Receita Operacional Líquida – ROL	**152.839**	**148.608**
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	152.839	148.608
Custos de Vendas	**(34.082)**	**(36.406)**
Custo de Operação	(34.082)	(36.406)
Lucro Bruto	**118.757**	**112.202**
Despesas Operacionais	**(9.779)**	**(6.598)**
Com Vendas	(6.059)	(5.607)
Gerais e Administrativa	(15.434)	(16.287)
Outras Despesas/Receitas Líquidas	1.665	10.848
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.049	4.448
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**108.978**	**105.604**
Resultado Financeiro	**(3.064)**	**(2.971)**
Receitas Financeiras	3.357	9.586
Despesas Financeiras	(6.421)	(12.557)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	**105.914**	**102.633**
IRPJ e CSLL	**(24.005)**	**(28.371)**
Corrente	(19.132)	(18.918)
Diferido	(4.873)	(9.453)
Lucro Líquido do Período	**81.909**	**74.262**

33.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	**170.674**	**164.411**
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	27.755	23.029
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	27	(909)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	7.472	8.359
Suprimento de Energia Elétrica	65.007	71.813
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	1.373	(77)
Energia Elétrica de Curto Prazo	23.470	18.735
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	45.570	43.461
Deduções da Receita Operacional	**(17.835)**	**(15.803)**
PIS	(2.466)	(2.427)
COFINS	(11.359)	(11.180)
Taxa Fiscalização ANEEL	(791)	(277)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(952)	(891)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(2.267)	(1.028)
Receita Operacional Líquida – ROL	**152.839**	**148.608**

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Industrial	8	8	128.964	103.898	27.782	22.120
Comercial, Serviços e Outros	1	1	45.065	52.809	7.472	8.359
Suprimento de Energia	58	55	453.977	492.076	66.380	71.736
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	42.543	43.613	23.470	18.735
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	45.570	43.461
Total	**67**	**64**	**670.549**	**692.396**	**170.674**	**164.411**

(i) Informações não auditadas

33.3.2. Custos e Despesas Operacionais

					31.12.2020
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas de Vendas**	**Outras Despesas/ Receitas Líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	19.001	-	-	-	19.001
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.459	-	-	-	2.459
Pessoal	2.367	11.253	580	-	14.200
Material	418	65	-	-	483
Custos e Serviços de Terceiros	4.857	2.727	516	-	8.100
Depreciação e Amortização	5.033	1.003	-	-	6.036
Seguros	222	-	-	-	222
Provisões Líquidas	-	-	4.897	(2.132)	2.765
Tributos	(275)	99	66	-	(110)
Aluguéis	-	287	-	-	287
Doações	-	-	-	525	525
Outros	-	-	-	(58)	(58)
Total	**34.082**	**15.434**	**6.059**	**(1.665)**	**53.910**

					31. 12.2019
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas de Vendas**	**Outras Despesas/ Receitas Líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	19.752	-	-	-	19.752
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.409	-	-	-	2.409
Pessoal	953	12.415	955	-	14.323
Material	267	105	-	-	372
Custos e Serviços de Terceiros	6.930	2.303	612	-	9.845
Depreciação e Amortização	4.482	866	-	-	5.348
Seguros	230	-	-	-	230
Provisões Líquidas	-	-	3.869	(14.903)	(11.034)
Tributos	(307)	103	171	-	(33)
Aluguéis	-	411	-	-	411
Doações	-	-	-	624	624
Outros	1.690	84	-	3.431	5.205
Total	**36.406**	**16.287**	**5.607**	**(10.848)**	**47.452**

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1. CÁLCULOS DA COMPENSAÇÃO DE REPACTUAÇÃO DO GSF

No dia 04 de março de 2021 a CCEE, em webinar, apresentou os cálculos da compensação de repactuação do GSF e as extensões das outorgas das usinas que aderirem à repactuação do risco hidrológico no ACL.

Na Celesc G os cálculos apresentados pela CCEE, aferem às usinas contempladas, os seguintes prazos de extensão de concessão:

Nome da Usina	Extensão do Prazo de Concessão (Dias) - EXT_UHE (usina)	Margem Líquida da Usina (R$/MWh) - ML_UHE (usina)	Valor Futuro do Impacto Financeiro (R$) - VF_IFT_UHE (usina)	Impacto Financeiro (R$) - IFT_UHE (usina)	Data Fim de Concessão (usina)	Número de Anos até o Fim da Concessão (anos) - NAUHE (usina)	Meses
UHE GARCIA	214,9052	5.958.085,30	3.260.178,24	324.445,58	05/01/2046	25,096774	7,1635
UHE BRACINHO	232,6780	7.401.989,76	4.375.507,24	403.025,38	08/11/2046	25,938172	7,7559
UHE CEDROS	232,7055	5.677.662,60	3.356.599,16	309.174,36	08/11/2046	25,938172	7,7569
PCH CELSO RAMOS	1.530,6463	3.196.026,09	10.617.891,92	2.848.936,20	22/03/2035	14,30914	51,0215
UHE PALMEIRAS	232,6781	14.046.957,84	8.303.524,47	764.832,72	08/11/2046	25,938172	7,7559
UHE SALTO	232,7059	3.356.129,45	1.984.125,56	182.756,63	08/11/2046	25,938172	7,7569

A ANEEL tem o prazo de 30 dias para analisar e homologar os cálculos, a partir daí as geradoras tem o prazo de 60 dias para desistência e renúncia de ações judiciais e pedido para extensão do prazo de outorga.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, abaixo se encontra demonstrada a Proposta de Orçamento de Capital das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias para o ano de 2021, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião ordinária no dia 10 de dezembro de 2020, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/76.

Programas	Holding	Celesc D	Celesc G	Consolidado
Ativos Elétricos	-	540.840	-	540.840
Ativos Não-Elétricos	-	50.592	1.000	51.592
Usinas Próprias	-	-	16.653	16.653
Ampliação de Usinas	-	-	14.354	14.354
Participadas	-	-	4.829	4.829
Novos Negócios	-	-	27.050	27.050
Apropriação da Mão de Obra	-	66.687	-	66.687
TOTAL	**-**	**658.119**	**63.887**	**722.005**

Origem	Holding	Celesc D	Celesc G	Consolidado
Recursos de Terceiros	-	199.501	10.080	209.581
Recursos Próprios	-	393.716	53.807	447.523
Participação Financeira Consumidor	-	64.902	-	64.902
TOTAL	**-**	**658.119**	**63.887**	**722.005**

CAPEX Celesc Distribuição S/A

Investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica:
Dos R$540,84 milhões a serem investidos na rede de distribuição de energia, R$467,76 milhões serão utilizados pela área técnica, para viabilizar obras de ampliação e melhoria do sistema, e R$73,08 milhões serão investidos pela área comercial, principalmente na instalação e modernização de equipamentos de medição. Cabe destacar que parte dos investimentos realizados pela empresa possuem participação e/ou contrapartida do consumidor conforme regras regulatórias.

Investimentos em Instalações Gerais, Tecnologia da Informação e Veículos:
Serão R$38,33 milhões em aquisição de hardware e software para rede corporativa, R$10,30 milhões em veículos, e R$1,96 milhão em equipamentos, ferramentas e mobiliários diversos.

CAPEX Celesc Geração S/A

Do montante de R$63,89 milhões aprovados para 2021, serão investidos R$27,05 milhões em novos negócios e R$ 31,01 milhões na ampliação e melhorias das usinas, R$4,83 milhões em previsão de aporte de capital nas participadas e R$ 1,00 milhão em veículos, TI e equipamentos diversos.

Desta forma, incluindo a apropriação de mão de obra, no valor de R$66,69 milhões, o orçamento de investimentos consolidado da Companhia para 2021 totaliza o valor de R$722,01 milhões.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

.
.
O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras (individual e consolidada) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
.
Consoante com o posicionamento dos auditores da PricewaterhouseCoopersAuditores Independentes - PwC aprova os referidos documentos e propõe a aprovação por parte dos Senhores Acionistas.
.
.
Florianópolis/SC, 11 de março de 2021.
.
.
João Eduardo Noal Berbigier
Presidente
.
Amir Antônio Martins de Oliveira Junior
.
Cleicio Poleto Martins
.
Fabricio Santos Debortoli
.
Fabio William Loreti
.
João Manuel Brito Martins
.
Leandro Nunes da Silva
.
Luiz Alberton
.
Luiz Otavio Assis Henriques
.
Michelle Silva Wangham
.
Vanessa Evangelista Ramos Rothermel

DocuSign Envelope ID: 178CEE91-A5F1-4375-AF34-7725AB214A50

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da administração para destinação do resultado, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda, o conteúdo do Relatório da *PricewaterhouseCoopers*Auditores Independente - PwC, opina, que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis (SC), 08 de março de 2021.

DocuSigned by:
Luiz Felipe Ferreira
D6405C43CAEF4E2...

Luiz Felipe Ferreira

Presidente

DocuSigned by:
Márcio Ferreira
C5ED8AF2F64D419...

Márcio Ferreira

Conselheiro

DocuSigned by:
Ilana Luiza Ferreira Marujo
C8026249FBCC4CB...

Ilana Luiza Ferreira Marujo

Conselheiro

DocuSigned by:
FE4AD91B56C54D1...

Leandro Carron Rigamontte

Conselheiro

DocuSigned by:
PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO
3105B9A9A61B4B1...

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Conselheiro

DocuSign Envelope ID: 991C7C9E-B480-4973-BAB4-6E30DDC8BDBC

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE Exercício Social 2020

Aos Conselheiros de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.; Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC ("Companhia") e suas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A., regido pela Instrução CVM nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484de 7 de fevereiro de 2018 e o Regimento Interno do CAE da Companhia ("Regimento").

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria,a partir de 13 de agosto de 2020, é composto pelo Conselheiro de Administração Sr. Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior (Coordenador do Comitê), e pelos Srs. Thiago Sá Fortes Regis, Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Antônio Carlos Siegner Laporta, Octavio René Lebarbenchon Neto, conforme previsto na legislação brasileira.

A atual composição do CAE substituiu os membros antecessores, Srs. Luiz Alberton (Coordenador do Comitê), Aloísio Macário Ferreira de Souza, Marcos Eduardo Teixeira, Marcelo Nome Silva e Sérgio Tadeu Nabas, cujos mandatos vigoraram de 1 de janeiro de 2020 a 12 de agosto de 2020.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e no artigo 31-C, §2º, da Instrução CVM n° 308 de 14/05/1999.

2. Resumo das atividades em 2020

No período de janeiro a dezembro de 2020, o CAE da Celesc realizou 14 reuniões, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia, Auditor Interno, Auditores Independentes, Advogados Internos e Diretoria Executiva da Fundação de Seguridade Social

DS DS DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 991C7C9E-B480-4973-BAB4-6E30DDC8BDBC

– Celos, conforme extratos das atas do CAE disponíveis no portal da Celesc e atas completas disponíveis na Companhia.

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2019. Neste período foram, também, aprovadase encaminhadas ao Conselho de Administração, as Informações Trimestrais – ITRs do 1º (Primeiro), 2º (Segundo) e 3º (Terceiro) Trimestres de 2020, da Companhia.

As recomendações do CAE estão expressas a seguir.

O CAE acompanhou, por meio da Auditoria Interna, a execução dos planos de ação elaborados para mitigar as deficiências de controles internos, referentes ao relatório emitido pela Auditoria Independente PwC do exercício de 2019.

Teve ciência do status dos planos de ação relativos ao exercício de 2018 com prazos definidos até 12/2019, sendo que alguns apresentavam atraso, e solicitou que a Auditoria Interna continuassefazendo o acompanhamento da implantação e o reporte nas reuniões.

Acompanhou também as avaliações realizadas pela Diretoria de Planejamento, Controles e Compliance nos controles internos que impactam as demonstrações financeiras. Teve conhecimento dos testes de efetividade realizados nos riscos de reporte financeiro, com a apresentação dos testes efetivos e não efetivos.

Quanto a atualização da Árvore de Riscos e do Mapa de Riscos Corporativos da Celesc 2020, impactada pela pandemia causada pela COVID-19, o CAE também acompanhou e fez suas recomendações.

Quanto ao impacto da Mitigação dos Riscos Estratégicos, o CAE recomendou adequado tratamento e reporte dos atrasos na implementação de alguns planos de ação, especialmente naqueles riscos que trazem impactos significativos à Companhia e aprimoramentona avaliação destes impactos.

Relativo ao programa de Gestão de Riscos Corporativos o CAE acompanhou, por meiode apresentações quadrimestrais com o status dos planos de ação, reiterando a solicitando de atenção àqueles que se encontram em atraso e naavaliação de seusimpactos.

O CAE acompanhou durante o exercício de 2020 a atualização dos documentos normativos da Companhia.

A Fundação de Seguridade Social – Celos, por meio de sua Diretoria e Gerências, apresentou nas reuniões de 13 de março, 06 de maio e 10 de

DS DS DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 991C7C9E-B480-4973-BAB4-6E30DDC8BDBC

junho de 2020,informações sobre a carteira de investimentos e a prestação de contas com atualização do desempenho da carteira do Plano Misto e Plano Transitório e destaques dos investimentos, considerando o impacto da pandemia nos resultados apresentados. O CAE teve conhecimento das carteiras de ativos e suas respectivas rentabilidades.

Ainda em relação a Celos, o CAE tomou ciência na reunião de 10 de junho de 2020 dos seguintes assuntos: redução das despesas em planos de saúde em decorrência da pandemia, mas com previsão de retomada na sua utilização e do mecanismo do processo de reconhecimento de Custeio Administrativo da CELOS.

Os membros do Conselho Fiscal da Celos apresentaramna reunião realizada em 20 de janeiro de 2020 as informações acerca da elaboração do relatório trimestral de controles internos, cumprimento das normas que determinam a aprovação e acompanhamento dos planos de ação por parte do Conselho Deliberativo. O CAE solicitou que sejam verificados se os controles internos estão aderentes as melhores práticas para obter o selo de certificação para fundo de investimentos na Celos.

O CAE reiterou a recomendação à Companhia para contratação de auditoria independente para atendimento da Lei Complementar 108/2001, que determina que os patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar são responsáveis pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.

O Comitê apreciou a situação dos investimentos nas participações, tendo a Companhia apresentado os testes de*impairment*das participadas na Celesc Geração ea expectativa de rentabilidade futura dos investimentos. O CAE solicitou a apresentação domesmo estudo de recuperabilidade e rentabilidade nos demais investimentos que estão contabilizados na Celesc Holding, para fins de acompanhamento.

Aprovou as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2019, das subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração, apreciadas previamente pelo Conselho Fiscal.

Tomou conhecimento, nas reuniões realizadas em 06 de maio e 03 de julho de2020, do Relatório de Auditoria do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética da Celesc – BID referente ao exercício 2019, considerado sem ressalvas em relação ao impacto nas Demonstrações Financeiras.

Obteve, também, conhecimento de temas importantes, como: a alteração da metodologia de Perdas Estimada de Credito de Liquidação Duvidosa-PECLD; o Relatório de Sustentabilidade Celesc 2019 – GRI - Metodologia da Global ReportingInitiative;as projeções de impactos da COVID-19 nas

DS DS DS DS DS ACSL

DocuSign Envelope ID: 991C7C9E-B480-4973-BAB4-6E30DDC8BDBC

operações da Companhia; o projeto de mudança do sistema comercial para a solução SAP S/4 *Utilities.*

O Comitê acompanhou, mensalmente,os trabalhos realizados pela auditoria interna da Celesc na execução do Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI 2020.
Dentro de suas atribuições, aprovou a revisão do PAAI 2020 e a elaboração do PAAI para o exercício de 2021.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

No exercício de nossas atribuições e responsabilidades, analisamos as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31.12.2020 assim como as minutas dos Relatórios dos Auditores Independentes. Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Celesc, Relatório da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes (PwC), somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2020 com respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres dos Comitês não são vinculantes, cabendo apenas aos acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis, 09 de março de 2021.

DocuSigned by:
Amir Antonio Martins de Oliveira Júnior
3204FE4C49C24CB...
Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior
(Coordenador)

DocuSigned by:
6387EC1F33J3413...
Thiago Sá Fortes Regis

DocuSigned by:
B05F1649E7DA4C5...
Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

DocuSigned by:
Antonio Carlos Siegner Laporta
D3FAE07E1EC3422...
Antônio Carlos Siegner Laporta

DocuSigned by:
76DD763A0E0541F...
Octavio René Lebarbenchon Neto

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

.
.
Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

.
.
Cleicio Poleto Martins
Diretor Presidente

.
Claudine Furtado Anchite
Diretora de Finanças e Relações com Investidores

.
Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

.
Sandro Ricardo Levandoski
Diretor de Distribuição

.
Pablo Cupani Carena
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

.
Pablo Cupani Carena
Diretor de Gestão Corporativa

.
Fábio Valentim da Silva
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

.
Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

.
.
Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

.
.
Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

.
.
Cleicio Poleto Martins
Diretor Presidente

.
Claudine Furtado Anchite
Diretora de Finanças e Relações com Investidores

.
Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

.
Sandro Ricardo Levandoski
Diretor de Distribuição

.
Pablo Cupani Carena
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

.
Pablo Cupani Carena
Diretor de Gestão Corporativa

.
Fábio Valentim da Silva
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

.
Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

.
.
Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

www.pwc.com.br

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

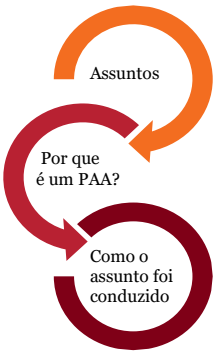
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Avenida Rio Branco, 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil 88015-215,
T: (48) 3212-0200, www.pwc.com/br

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita - Notas nº 4.21 e nº 31.1

O faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia e suas controladas é volumoso e pulverizado.

A valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e da contabilidade. Observa-se, ainda, que as transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia são processadas substancialmente por meio de rotinas automatizadas.

A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui julgamento por parte da Administração quanto à estimativa em relação à parcela da receita de fornecimento de energia entregue no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Os riscos observados referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou estimativas e premissas complexas e críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolvem: (a) estimar os volumes de energia consumida pelos clientes e (b) atribuir valor para mensurar o fornecimento não faturado.

As principais evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas através de uma combinação de testes de controles e testes de transações. Tais testes incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita de fornecimento de energia elétrica, as classes de consumidores e as tarifas correspondentes, entre outros; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; (iv) confronto dos cálculos efetuados com os preços homologados pelo Órgão Regulador; (v) recálculo dos valores não faturados e confronto das informações utilizadas referentes às quantidades de energia e tarifas com fontes extracontábeis, tais como: medições de consumo, tarifas definidas pelo órgão regulador, alíquotas de impostos vigentes, entre outras; e (vi) testes de verificação da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Nossos testes revelaram deficiências significativas no desenho e na execução de controles de acesso e de mudanças no sistema utilizado para controle do faturamento. Em virtude disso, alteramos e

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Em virtude da relevância da receita nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento e das deficiências de controles de acesso e de mudanças identificadas no sistema de faturamento, consideramos o reconhecimento da receita como um dos principais assuntos de auditoria.	ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao registro dessas transações e impacto das deficiências identificadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Benefícios pós-emprego – passivo atuarial – Notas nº 4.17 e nº 28

A Companhia patrocina planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos a previdência, assistência médica e outros. Os planos classificados como "benefício definido" geram passivos relevantes, os quais são calculados com referência a premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Esses passivos podem ser total ou parcialmente compensados pelos valores justos dos ativos dos respectivos planos. Os planos de saúde, em adição, incluem fatores de idade e incrementos futuros no custo dos planos na determinação dos passivos relacionados. Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos o passivo atuarial como um dos principais assuntos de auditoria.	Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: (i) entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar; (ii) teste, com base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de 2020; (iii) avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial em comparação com a legislação e com as práticas de mercado, conforme aplicável; e (iv) revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia. Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	nas notas explicativas, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ativos e Passivos Regulatórios (Ativo Financeiro e Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA) – Notas nº 4.13.5, 4.15.2 e nº 13

Os ativos e passivos regulatórios referem-se aos valores originados da diferença entre os custos originalmente previstos e aprovados anualmente pelo Órgão Regulador e aqueles que são efetivamente incorridos pelas distribuidoras ao longo do período de vigência da tarifa no período subsequente. Essa diferença constitui um direito a realizar, nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos previstos, ou uma obrigação, quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em decorrência da relevância dos montantes envolvidos, da sistemática de apuração dos valores - que envolve considerações quanto à elegibilidade de determinados itens (apropriações) - assim como do processo de amortização que se dá pelo recebimento/devolução de valores em bases estimadas, em distintos períodos tarifários, por meio de tarifas aos clientes.

Os principais procedimentos de auditoria que foram realizados, em bases amostrais, para a obtenção de evidência de auditoria foram os seguintes: (i) recálculo dos ativos e passivos financeiros; (ii) conferência dos valores com as respectivas resoluções, despachos e notas técnicas; (iii) revisão da conciliação efetuada pela Companhia entre os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais registrados contabilmente com aqueles homologados anualmente pelo Órgão Regulador para compor a tarifa da concessionária; e (iv) inspeção de selecionados documentos que compõe os custos incorridos com os valores de cobertura.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os valores contabilizados de apropriações e amortizações são adequadamente suportados e fundamentam os registros e as divulgações efetuadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 12 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP 236051/O-7